

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2017

José Ivo Sartori

Governador do Estado

Giovani Batista Feltes

Secretário de Estado da Fazenda

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin

Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200

90030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL	07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	141
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios	167
4 - BANRISUL Cartões S.A.	197
5 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS	245
6 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA	295
7 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	309
8 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	337
9 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM	355
10 - Companhia Operadora de Mineração - COM	403
11 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	415
12 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	425
13 - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica CEEE-GT	429
14 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	539
15 - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par	649
16 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	757
17 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	819

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
PRESS RELEASE	9
AMBIENTE DE NEGÓCIOS	11
DESTAQUES FINANCEIROS	11
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	12
DESTAQUES OPERACIONAIS.....	13
ANÁLISE DE DESEMPENHO.....	17
MERCADO COMPETITIVO.....	19
MARGEM ANALÍTICA.....	20
Desempenho da Intermediação Financeira	20
Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas	21
DESEMPENHO NO MERCADO ACIONÁRIO.....	22
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL.....	24
Ativos Totais.....	24
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	24
Operações de Crédito	26
Índice de Cobertura	32
Índice de Inadimplência	32
Captação de Recursos	33
Recursos Administrados.....	34
Patrimônio Líquido.....	34
Índice de Basileia	35
EVOLUÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO	36
Lucro Líquido.....	36
Receitas da Intermediação Financeira	37
Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	38
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	40
Resultado de Operações de Câmbio	40
Resultado das Aplicações Compulsórias	41
Despesas da Intermediação Financeira.....	42
Despesas de Captação no Mercado	42
Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses	43
Custo de Captação	44
Despesas de Provisão para Operações de Crédito	44
Margem Financeira	45
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	46
Despesas Administrativas Recorrentes	46
Outras Receitas Operacionais Recorrentes.....	48
Outras Despesas Operacionais.....	49
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO	50
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO	51
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	53
CENÁRIO ECONÔMICO	55
ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS	55
DESEMPENHO CONSOLIDADO	56
Lucro Líquido.....	56
Patrimônio Líquido.....	57
Ativo Total.....	57
Operações de Crédito	58
Recursos Captados e Administrados.....	59
PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS.....	60
Vero	60
Cartão Banricompras	60
Cartões de Crédito	60
Seguros, Previdência e Capitalização	61
Canais Digitais	61

Ações com o Poder Público	61
REDE DE ATENDIMENTO BANRISUL	62
Correspondentes Banrisul - Banriponto	62
EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS	62
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	62
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	62
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	62
Banrisul Cartões S.A.	62
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	63
Banrisul Icatu Participações S.A.	63
AÇÕES BANRISUL	63
Governança Corporativa	63
Estrutura Acionária	63
Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	64
CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE	64
GESTÃO DE RISCOS	64
Estrutura de Gestão de Riscos	64
Gerenciamento de Capital	65
Risco de Crédito	65
Risco de Mercado	65
Risco de Liquidez	66
Risco Operacional	66
Risco Socioambiental	66
Índice de Basileia	67
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	67
RECURSOS HUMANOS	68
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	68
RECONHECIMENTOS	68
AGRADECIMENTOS	69
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
BALANÇOS PATRIMONIAIS	73
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	77
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	78
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	79
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80
NOTAS EXPLICATIVAS	81
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	83
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	84
NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	92
NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	92
NOTA 06 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	92
NOTA 07 - CRÉDITOS VINCULADOS	95
NOTA 08 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	96
NOTA 09 - OUTROS CRÉDITOS	99
NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS	100
NOTA 11 - PERMANENTE	100
NOTA 12 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	101
NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	102
NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES	102
NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	103
NOTA 16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	104
NOTA 17 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	106
NOTA 18 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	106
NOTA 19 - DESPESAS DE PESSOAL	106
NOTA 20 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	107
NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	107
NOTA 22 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	108

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL	108
NOTA 24 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS	110
NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	111
NOTA 26 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	112
NOTA 27 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS	121
NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	127
NOTA 29 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	129
RELATÓRIOS	131
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	133
PARECER CONSELHO FISCAL	135
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	136

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações	23
Gráfico 2: Ativo Total	24
Gráfico 3: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25
Gráfico 4: Relações Interfinanceiras e Interdependências	26
Gráfico 5: Operações de Crédito	26
Gráfico 6: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica	28
Gráfico 7: Carteira de Crédito por Níveis de Risco	31
Gráfico 8: Composição da Provisão para Operações de Crédito	31
Gráfico 9: Índice de Cobertura	32
Gráfico 10: Índice de Inadimplência	32
Gráfico 11: Recursos Captados e Administrados	34
Gráfico 12: Patrimônio Líquido	34
Gráfico 13: Índice de Basileia	35
Gráfico 14: Lucro Líquido	36
Gráfico 15: Índice de Eficiência Recorrente	37
Gráfico 16: Receitas da Intermediação Financeira	37
Gráfico 17: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	38
Gráfico 18: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	40
Gráfico 19: Resultado de Operações de Câmbio	41
Gráfico 20: Resultado das Aplicações Compulsórias	41
Gráfico 21: Despesas da Intermediação Financeira	42
Gráfico 22: Despesas de Captação no Mercado	42
Gráfico 23: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses	43
Gráfico 24: Despesas de Provisão para Operações de Crédito	45
Gráfico 25: Margem Financeira	45
Gráfico 26: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	46
Gráfico 27: Despesas Administrativas Recorrentes	47
Gráfico 28: Outras Receitas Operacionais Recorrentes	48
Gráfico 29: Outras Despesas Operacionais	49
Gráfico 30: Lucro Líquido	56
Gráfico 31: Evolução do Patrimônio Líquido	57
Gráfico 32: Evolução do Ativo Total	58
Gráfico 33: Evolução das Operações de Crédito	59
Gráfico 34: Estrutura Acionária	63

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2017, o Banrisul seguiu seu objetivo de projetar o Grande Banco do Sul ao futuro como uma Instituição eficiente, moderna e sustentável. Neste período, a economia brasileira viveu o seu reaquecimento lento e contínuo. Embora ainda sinta os efeitos da pior crise de sua história, com dificuldade de recuperação do mercado de trabalho e baixo crescimento do PIB, o país passou a ter a menor taxa de juros nominal da história (7%) e inflação anual em níveis reduzidos.

Isso é positivo para o Rio Grande do Sul e para o Banrisul. O desempenho da agropecuária e o aumento da produtividade da safra de grãos fomentam diversas cadeias produtivas nos pequenos e médios municípios. E a indústria, apesar de acumular meses seguidos de perdas, aumenta sua confiança: indicadores de intenção de investimento atingiram, no final do ano, o maior patamar desde o início da crise.

O Banrisul teve um papel fundamental nesse contexto, impulsionando o desenvolvimento do Rio Grande do Sul como banco múltiplo essencial para a economia regional. Como vem fazendo desde sua fundação, em 1928, a Instituição acompanha e interage permanentemente nos processos de evolução das pessoas, das instituições e na transformação da sociedade.

Com profissionalismo, independência e compromisso com resultado, o Banrisul vocacionado ao varejo e ao agro implementou um conjunto de estratégias e consolidou sua agenda de transformação.

Buscando estreitar o relacionamento com servidores públicos, foi dada sequência às negociações para aquisição dos serviços de pagamento de folha. Somadas às negociações anteriores, iniciadas em 2016, o Banco estabeleceu contratos com 256 prefeituras gaúchas, o que representa 51,5% do total de municípios.

Focado em iniciativas estratégicas, o Banrisul aperfeiçoou a gestão de risco de crédito e cobrança. Implantou o novo modelo operacional de concessão de crédito e a nova modelagem de análise de risco dos clientes, na origem do crédito e na cobrança de inadimplentes, baseados em controle eficaz de dados, definição de limites e precificação de riscos. Com a qualificação do crédito, reduziu-se a inadimplência e, consequentemente, as despesas com provisionamento, avançando também na recuperação e renegociação de créditos. Da mesma forma, o Banco revisou seu modelo comercial a partir do Projeto Banrisul Mais – que busca alavancar resultados com melhoria do atendimento e aumento da eficiência e da produtividade, tendo por base a padronização de atividades diárias e rotinas operacionais.

O caminho que o Banrisul está trilhando exige do seu quadro funcional qualificação técnica e aprendizado permanente como fator essencial à perpetuidade e ao sucesso da organização. Através da Escola de Líderes, coordenada pela Universidade Corporativa, o Banco intensificou a capacitação de seus colaboradores, oferecendo programas que desenvolvem e aprimoram competências necessárias à formação de lideranças. Em reconhecimento por esse trabalho, o Banrisul recebeu o Prêmio Top Ser Humano 2017, uma das mais importantes distinções gaúchas na área de gestão de pessoas.

A participação dos funcionários é um pilar essencial para o crescimento do Banrisul. Em dezembro de 2017, foi criado o Banrisul Ideias – plataforma colaborativa e interativa em modelo de rede social, onde são propostas ideias que respondem a desafios apresentados pelo Banco e soluções inovadoras para as rotinas profissionais.

Condição indispensável à sustentabilidade das companhias, a modernização fez parte dos esforços do Banrisul em 2017. Através da oferta de canais digitais, a Instituição continua investindo prioritariamente em tecnologia, alinhado ao aumento expressivo do volume de transações realizadas através de dispositivos móveis. Soluções tecnológicas como o aplicativo Banrisul Digital, BanriSaque e Banricompras Vero Pay tiveram ações de marketing institucionais próprias, com campanhas nos principais meios de comunicação. Por isso, o Banco foi reconhecido como uma das empresas mais inovadoras no uso de TI, conquistando os prêmios *eFinance* 2017, com o Cartão Virtual, e Top de Marketing, com o case “Banrisul Digital, Clique e Simplifique”.

Referência no mercado de Tecnologia da Informação Bancária, o Banrisul teve participação de destaque em ações externas, protagonizando projetos estratégicos na área digital. O Fórum Internacional de TI completou dez anos, sendo reconhecido como um dos eventos mais importantes do setor na Região Sul do Brasil.

No segmento de seguros – em especial de vida, capitalização e previdência –, foi atingida em 2017 a marca de R\$1,0 bilhão de faturamento, com receita total de R\$242,2 milhões. Em dezembro de 2017, o Banco estabeleceu parceria estratégica com a Icatu Seguros, visando a criação de nova empresa, para comercialização de produtos de capitalização nos canais de distribuição do Banrisul.

O desempenho do Banco no mercado de cartões de débito e crédito e de aquisição, através da Rede Vero da Banrisul Cartões S.A., subsidiária do Banrisul, também agregou resultados relevantes. Nessa área, foi alcançado lucro líquido de R\$222,1 milhões.

Em decorrência de todo esse trabalho, o Banrisul está entre as seis maiores instituições financeiras do País em número de agências e depósitos. É líder de mercado no Rio Grande do Sul, com a maior rede de distribuição do Estado – representada, em dezembro de 2017, por 28,7% das agências bancárias gaúchas. Está presente em 93,6% dos municípios, fortalecendo sua marca em todas as regiões e conhecendo de perto as potencialidades locais.

O conjunto de estratégias adotadas pelo Banrisul proporcionou um resultado sólido, preservando a grandeza da Instituição. Graças a isso, o Banco encerrou o exercício de 2017 com uma marca histórica – alcançando lucro líquido de R\$1,05 bilhão e resultado recorrente de R\$911,6 milhões. A carteira de crédito do Banco alcançou R\$31,4 bilhões ao final do ano, e a inadimplência recuou para 3,56%. O Índice de Eficiência Recorrente foi de 52,8%. O patrimônio líquido atingiu R\$7,03 bilhões, enquanto os ativos totalizaram R\$73,3 bilhões, 42,8% dos quais em operações de crédito. Por sua vez, os recursos captados e administrados registraram saldo de R\$61,6 bilhões.

Com a retomada gradual do crescimento econômico, o Banrisul consolidou importantes projetos e conquistou excelentes resultados. Iniciamos 2018 com a certeza de que teremos êxitos ainda maiores – neste que será o 90º ano de sua história. Em suas nove décadas, a Instituição reafirma sua crença nos sonhos dos gaúchos e no crescimento econômico, social e cultural da nossa região. Afinal, é isso que faz do Banrisul o grande banco do sul, cada vez mais eficiente, moderno e sustentável.

Luiz Gonzaga Veras Mota

Presidente do Banrisul

Press Release

Este *Press Release* pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos.

Riscos conhecidos incluem incertezas que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e serviços, aceitação dos serviços no mercado, transações de serviços da Companhia e de seus competidores, aprovação regulamentar, flutuação da moeda, mudanças no *mix* de serviços oferecidos e outros riscos descritos nos relatórios da Companhia. Este *Press Release* está atualizado até a presente data e o Banrisul poderá ou não atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

TABELA 1: INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017 / 2016	4T17/ 3T17
Margem Financeira	5.215,0	5.169,2	1.427,6	1.273,4	1.281,5	1.232,5	1.341,0	0,9%	12,1%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	1.444,4	1.667,6	353,0	375,8	339,9	375,7	402,6	-13,4%	-6,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.770,6	3.501,6	1.074,7	897,6	941,6	856,8	938,4	7,7%	19,7%
Receita da Intermediação Financeira	9.978,5	10.668,4	2.452,9	2.346,6	2.603,7	2.575,2	2.707,4	-6,5%	4,5%
Despesa da Intermediação Financeira	6.207,9	7.166,9	1.378,2	1.449,1	1.662,1	1.718,5	1.769,0	-13,4%	-4,9%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.746,5	1.700,3	467,0	440,1	423,9	415,5	430,7	2,7%	6,1%
Despesas Administrativas Recorrentes ⁽¹⁾	3.630,9	3.461,8	913,6	900,8	930,5	886,0	951,8	4,9%	1,4%
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	540,9	635,7	156,9	141,2	130,7	112,2	189,2	-14,9%	11,1%
Outras Receitas Operacionais Recorrentes	453,8	406,0	117,2	130,1	95,5	111,0	100,1	11,8%	-9,9%
Lucro Líquido Recorrente	911,6	652,3	323,7	220,5	184,1	183,3	157,6	39,8%	46,8%
Lucro Líquido	1.053,0	659,7	516,4	220,5	187,7	128,5	165,0	59,6%	134,2%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2017	Dez 2016	Dez 2017	Set 2017	Jun 2017	Mar 2017	Dez 2016	Dez 2017/ Dez 2016	Dez 2017/ Set 2017
Ativos Totais	73.287,4	69.038,5	73.287,4	71.322,4	70.502,8	68.889,8	69.038,5	6,2%	2,8%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	19.965,0	17.816,7	19.965,0	19.475,4	19.132,5	17.761,8	17.816,7	12,1%	2,5%
Carteira de Crédito Total	31.369,1	30.337,4	31.369,1	30.492,0	30.905,4	30.540,0	30.337,4	3,4%	2,9%
Provisão para Operações de Crédito	2.776,6	2.638,6	2.776,6	2.700,0	2.708,0	2.717,0	2.638,6	5,2%	2,8%
Créditos em Atraso > 90 dias	1.117,0	1.516,7	1.117,0	1.311,3	1.458,2	1.516,9	1.516,7	-26,4%	-14,8%
Recursos Captados e Administrados	61.604,1	56.364,6	61.604,1	60.668,3	59.361,6	57.392,9	56.364,6	9,3%	1,5%
Patrimônio Líquido	7.035,0	6.443,4	7.035,0	6.731,1	6.603,0	6.485,0	6.443,4	9,2%	4,5%
Patrimônio de Referência Conglomerado Prudencial	6.578,7	6.521,5	6.578,7	6.320,6	6.169,9	6.038,0	6.521,5	0,9%	4,1%
Patrimônio Líquido Médio	6.739,2	6.326,0	6.883,1	6.667,1	6.544,0	6.464,2	6.457,8	6,5%	3,2%
Ativo Total Médio	71.162,9	67.988,1	72.304,9	70.912,6	69.696,3	68.964,2	68.463,3	4,7%	2,0%
Ativos Rentáveis Médios	62.637,3	59.418,4	64.112,0	63.174,5	62.147,2	61.115,1	60.151,0	5,4%	1,5%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017 / 2016	4T17/ 3T17
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	420,2	264,8	174,4	83,0	81,7	81,1	30,1	58,7%	110,1%
Valor de Mercado	6.093,7	4.220,6	6.093,7	7.214,3	5.373,9	6.183,7	4.220,6	44,4%	-15,5%
Valor Patrimonial por Ação	17,20	15,76	17,20	16,46	16,15	15,86	15,76	9,1%	4,5%
Preço Médio da Ação (R\$)	14,87	9,12	14,84	15,69	13,87	15,02	11,60	63,0%	-5,4%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	2,57	1,61	1,26	0,55	0,45	0,31	0,40	59,6%	129,1%
Índices Financeiros	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16		
ROAA Recorrente Anualizado ⁽⁴⁾	1,3%	1,0%	1,8%	1,2%	1,1%	1,1%	0,9%		
ROAE Recorrente Anualizado ⁽⁵⁾	13,5%	10,3%	20,2%	13,9%	11,7%	11,8%	10,1%		
Índice de Eficiência Recorrente ⁽⁶⁾	52,8%	52,1%	50,6%	54,7%	54,3%	53,5%	52,1%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	8,33%	8,70%	9,21%	8,31%	8,51%	8,31%	9,22%		
Custo Operacional Recorrente	5,0%	5,0%	5,0%	5,1%	5,2%	5,2%	5,0%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁸⁾	3,56%	5,00%	3,56%	4,30%	4,72%	4,97%	5,00%		
Índice de Cobertura 90 dias ⁽⁹⁾	248,6%	174,0%	248,6%	205,9%	185,7%	179,1%	174,0%		
Índice de Provisãoamento ⁽¹⁰⁾	8,9%	8,7%	8,9%	8,9%	8,8%	8,9%	8,7%		
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	17,0%	16,9%	17,0%	16,5%	15,7%	15,8%	16,9%		
Indicadores Estruturais	Dez 2017	Dez 2016	Dez 2017	Set 2017	Jun 2017	Mar 2017	Dez 2016		
Agências	526	536	526	530	532	536	536		
Postos de Atendimento Bancário	191	200	191	196	200	200	200		
Pontos de Atendimento Eletrônico	486	501	486	480	478	501	501		
Colaboradores	10.516	11.214	10.516	10.591	10.503	11.098	11.214		
Indicadores Econômicos	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16		
Selic Efetiva Acumulada	9,94%	14,02%	1,76%	2,26%	2,55%	3,03%	3,24%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	3,31	3,26	3,31	3,17	3,31	3,17	3,26		
Variação Cambial (%)	1,50%	-16,54%	4,42%	-4,24%	4,41%	-2,78%	0,40%		
IGP-M	-0,53%	7,19%	1,62%	-0,15%	-2,68%	0,73%	0,67%		
IPCA	2,95%	6,29%	1,14%	0,59%	0,22%	0,96%	0,74%		

(1) Inclui despesas de pessoal recorrentes e outras despesas administrativas.

(2) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

(3) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, creditados e/ou provisionados (antes da retenção do Imposto de Renda).

(4) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(5) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(6) Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

(7) Margem financeira em percentual dos ativos rentáveis.

(8) Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

(9) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 90 dias.

(10) Provisão para devedores duvidosos / carteira de crédito.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O ciclo recessivo enfrentado pelo Brasil nos últimos anos, fez com que o Banrisul estabelecesse mudanças no planejamento estratégico para o enfrentamento da crise econômica e alteração de perfil para os anos seguintes. Diversas estratégias foram estabelecidas, entre elas, a redução da exposição junto à grandes empresas, passando a focar sua atuação nas pequenas e médias, assim como ampliar o agronegócio para atender toda a cadeia desse segmento. Ao mesmo tempo, definiu-se por aumentar a participação das pessoas físicas no total da carteira, exigindo maior seletividade na análise e concessão de novas operações.

Para a viabilização dessa estratégia, de atuar de forma mais assertiva em um mercado massificado, foram revisados e implementados novos modelos de risco de crédito, parte já implantado, permitindo a redistribuição da carteira com segurança e que deverá dar suporte à estratégia em curso. A estratégia de preservação das margens financeiras passa por gradual alocação dos recursos de tesouraria para o portfólio de crédito, o que se viabiliza com a distribuição do crédito massificado, para o qual os modelos de risco desenvolvidos são condições precedentes.

Da mesma forma, visando a diversificação das fontes de receita, a Instituição direciona, também, ações que buscam potencializar o desempenho dos negócios relacionados à rede de aquisição de cartões, seguros, previdência e capitalização. Os resultados alcançados nestes segmentos, em 2017, demonstram a assertividade dos negócios realizados.

DESTAQUES FINANCEIROS

Apresentamos abaixo, de forma sintética, o desempenho do Banrisul no exercício de 2017 e no 4T17. A Análise de Desempenho, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponibilizadas no [site www.banrisul.com.br/ri](http://www.banrisul.com.br/ri).

TABELA 2: DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS ITENS DE RESULTADO

Resultado - R\$ Milhões	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017 / 2016	4T17 / 3T17
Margem Financeira Líquida	5.215,0	5.169,2	1.427,6	1.273,4	1.281,5	1.232,5	1.341,0	0,9%	12,1%
Despesas de Provisão p/ Operações de Crédito	1.444,4	1.667,6	353,0	375,8	339,9	375,7	402,6	-13,4%	-6,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.770,6	3.501,6	1.074,7	897,6	941,6	856,8	938,4	7,7%	19,7%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.746,5	1.700,3	467,0	440,1	423,9	415,5	430,7	2,7%	6,1%
Despesas Administrativas Recorrentes	3.630,9	3.461,8	913,6	900,8	930,5	886,0	951,8	4,9%	1,4%
Resultado Operacional	1.594,6	1.104,9	789,4	320,3	302,4	182,6	233,8	44,3%	146,4%
Lucro Líquido	1.053,0	659,7	516,4	220,5	187,7	128,5	165,0	59,6%	134,2%
Lucro Líquido Recorrente	911,6	652,3	323,7	220,5	184,1	183,3	157,6	39,8%	46,8%

O **lucro líquido consolidado** alcançou R\$1.053,0 milhões no exercício de 2017, 59,6% acima do resultado contábil apurado no ano de 2016. O **resultado recorrente** totalizou R\$911,6 milhões no exercício de 2017, 39,8% acima do desempenho recorrente registrado no ano anterior. No 4T17, o resultado recorrente somou R\$323,7 milhões, com ampliação de R\$166,0 milhões em relação ao 4T16 e crescimento de R\$103,2 milhões na comparação com o 3T17.

Os eventos extraordinários, contabilizados em 2017, referem-se ao **Plano de Aposentadoria Voluntária** - PAV, instituído para incentivar o desligamento de empregados aptos à aposentadoria oficial em condições favoráveis; **Plano de Desligamento Voluntário** - PDV, destinado aos empregados lotados, nas agências/unidades vinculadas às Superintendências Regionais Santa Catarina e Outros Estados; **reconhecimento do direito de crédito tributário** de IRPJ e CSLL, relativo a ação judicial em função do Plano Verão, e constituição de **convênio com a Icatu Seguros**, para comercialização de produtos de capitalização nos canais de distribuição do Banrisul.

O **desempenho recorrente** registrado pelo Banrisul no ano de 2017 frente ao ano de 2016, reflete a estabilidade da margem financeira, o menor fluxo de despesas de PDD, o crescimento, ainda que moderado, das receitas de tarifas e serviços, bem como o aumento das despesas administrativas recorrentes, em especial as relacionadas ao incremento nos negócios.

Em relação ao desempenho do 4T17 frente ao 3T17, a evolução do período foi influenciada, especialmente, pela expansão da margem financeira, pela redução das despesas de PDD, pelo aumento das receitas de prestação de serviços e tarifas, pela expansão das despesas administrativas e pela evolução desfavorável de outras receitas/despesas operacionais.

A **margem financeira**, R\$5.215,0 milhões, apurada no exercício de 2017 apresentou relativa estabilidade, com aumento de R\$45,8 milhões frente àquela apurada em 2016. No 4T17, a margem financeira totalizou R\$1.427,6 milhões, com incremento de 12,1%, ou R\$154,2 milhões em comparação com o 3T17.

A estabilidade da **margem financeira** no exercício de 2017 em relação ao ano de 2016 resultou da diminuição de despesas com juros minimizada pela redução de receitas com juros, num contexto de queda dos juros básicos e crescimento dos ativos em tesouraria. O desempenho da margem no 4T17 em relação ao 3T17, proveio do aumento de receitas com juros, bem como da redução de despesas com juros.

As **despesas de provisão** para perdas em operações de crédito, R\$1.444,4 milhões no exercício de 2017, apresentaram redução de 13,4% ou R\$223,2 milhões em relação às despesas no ano de 2016, face à rolagem da carteira por níveis de *rating* e à redução das operações de crédito em atraso. No 4T17, as despesas de PDD somaram R\$353,0 milhões, com redução de 6,1% ou R\$22,9 milhões frente ao 3T17.

As **receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias**, R\$1.746,5 milhões no exercício de 2017, apresentaram crescimento de 2,7% ou R\$46,2 milhões em relação ao ano de 2016. No 4T17, as receitas de serviços e tarifas bancárias alcançaram R\$467,0 milhões, com aumento de 6,1% ou R\$26,9 milhões na comparação com o 3T17, influenciado, especialmente, pela elevação das receitas da rede de adquirência.

As **despesas administrativas recorrentes**, constituídas por despesas de pessoal recorrentes e outras despesas administrativas, somaram R\$3.630,9 milhões no exercício de 2017, com aumento de 4,9% ou R\$169,1 milhões frente às despesas de 2016. No 4T17, as despesas administrativas recorrentes, R\$913,6 milhões, apresentaram aumento de 1,4% ou R\$12,8 milhões na comparação com as despesas do 3T17.

As **despesas de pessoal recorrentes** apresentaram aumento de 1,7% ou R\$30,7 milhões no exercício de 2017 frente ao fluxo de despesas do ano de 2016, devido, principalmente, aos acordos coletivos da categoria de 2016 e 2017 e ao efeito da saída de empregados no âmbito do PAV. No 4T17, as despesas de pessoal recorrentes apresentaram relativa estabilidade frente às despesas do 3T17.

Outras despesas administrativas registraram, no exercício de 2017, ampliação de 8,4% ou R\$138,4 milhões na comparação com o ano anterior, performance proveniente, em especial, das despesas relacionadas aos negócios com correspondentes e das despesas com a amortização referentes à compra dos serviços da folha de pagamento dos servidores estaduais e municipais. No 4T17, outras despesas administrativas apresentaram aumento de 3,3% ou R\$14,5 milhões frente ao 3T17.

EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

A **reconciliação entre lucro líquido e resultado recorrente** está apresentada na sequência, face à ocorrência de eventos extraordinários nos exercícios de 2017 e 2016. A reconciliação é utilizada para demonstração dos indicadores de retorno sobre patrimônio líquido, sobre ativos e de eficiência, calculados com base em resultado recorrente.

O Banrisul lançou, em fevereiro de 2017, o **Plano de Aposentadoria Voluntária** - PAV, disponibilizado a empregados aposentados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS ou aptos para tanto. No ano, 664 empregados se desligaram do Banco no âmbito do PAV. Já em outubro de 2017, o Banco disponibilizou o **Plano de Desligamento Voluntário** - PDV, destinado aos empregados lotados, nas agências/unidades vinculadas às Superintendências Regionais Santa Catarina e Outros Estados, em virtude da reestruturação dos negócios do Banco nessas regiões. Em 31 de dezembro de 2017, 56 empregados haviam aderido ao PDV. Os custos contabilizados no âmbito do PAV e PDV totalizaram R\$93,9 milhões em 2017.

Em dezembro de 2017, ocorreram o reconhecimento contábil de crédito tributário de IRPJ e CSLL, advindos de processo judicial que estabeleceu o direito à aplicação integral do IPC de janeiro de 1989, **Plano Verão**, como correção monetária do Balanço Patrimonial e seus efeitos subsequentes, no montante de R\$252,1 milhões, e da receita relacionada ao convênio de distribuição de títulos de capitalização, conforme parceria firmada entre Banrisul e Icatu Seguros. Líquido dos efeitos fiscais, os eventos extraordinários impactaram o resultado em R\$141,4 milhões.

TABELA 3: DEMONSTRATIVO LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL X LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

Eventos Extraordinários - R\$ Milhões	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Lucro Líquido Recorrente	911,6	652,3	323,7	220,5	184,1	183,3	157,6
Eventos Extraordinários	141,4	7,4	192,7	-	3,6	(54,8)	7,4
Plano de Aposentadoria Voluntária - PAV	(89,2)	-	4,0	-	6,5	(99,7)	-
Plano de Desligamento Voluntário - PDV	(4,7)	-	(4,7)	-	-	-	-
Convênio de Distribuição de Seguros ⁽¹⁾	-	13,5	-	-	-	-	13,5
Convênio de Distribuição de Títulos de Capitalização	60,0	-	60,0	-	-	-	-
Crédito Tributário - Plano Verão	252,1	-	252,1	-	-	-	-
Efeitos Fiscais ⁽²⁾	(76,7)	(6,1)	(118,7)	-	(2,9)	44,9	(6,1)
Lucro Líquido	1.053,0	659,7	516,4	220,5	187,7	128,5	165,0
ROAA Recorrente	1,3%	1,0%	1,8%	1,2%	1,1%	1,1%	0,9%
ROAE Recorrente	13,5%	10,3%	20,2%	13,9%	11,7%	11,8%	10,1%
Índice de Eficiência Recorrente ⁽³⁾	52,8%	52,1%	52,8%	54,7%	54,3%	53,5%	52,1%

(1) Complemento ao valor recebido em 2014 relacionado ao acordo de distribuição de produtos de seguro de vida e previdência da Icatu Seguros nos canais Banrisul. Em 2015, foi finalizada a constituição da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A., na qual o Banrisul detém 49,9% do capital.

(2) Benefício fiscal relacionado aos eventos PAV, PDV, Convênio de Distribuição de Seguros, Convênio de Distribuição de Títulos de Capitalização e Crédito Tributário.

(3) Acumulado no período dos últimos 12 meses.

O **ROAE recorrente** alcançou 13,5% no exercício de 2017, 3,2 pp. acima do apurado no ano de 2016, influenciado pela estabilidade da margem financeira, pela redução das despesas de PDD, pelo crescimento das receitas de tarifas e serviços e pelo aumento das despesas administrativas.

O **Índice de eficiência recorrente** alcançou 52,8% no ano de 2017 frente aos 52,1%, alcançado no ano de 2016. A trajetória do indicador de eficiência reflete o contexto de estabilidade da margem financeira, crescimento das receitas de serviços e tarifas, frente ao incremento de despesas administrativas, especialmente influenciadas pelas despesas relacionadas ao incremento nos negócios.

DESTAQUES OPERACIONAIS

TABELA 4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução Patrimonial - R\$ Milhões	Dez 2017	Set 2017	Jun 2017	Mar 17	Dez 2016	Dez 2017/ Dez 2016	Dez 2017/ Set 2017
Ativos Totais	73.287,4	71.322,4	70.502,8	68.889,8	69.038,5	6,2%	2,8%
Operações de Crédito	31.369,1	30.492,0	30.905,4	30.540,0	30.337,4	3,4%	2,9%
TVM + Aplicações Interfinanceiras - Obrigações Compromissadas	19.965,0	19.475,4	19.132,5	17.761,8	17.816,7	12,1%	2,5%
Recursos Captados e Administrados	61.604,1	60.668,3	59.361,6	57.392,9	56.364,6	9,3%	1,5%
Patrimônio Líquido	7.035,0	6.731,1	6.603,0	6.485,0	6.443,4	9,2%	4,5%

Os **ativos totais** alcançaram saldo de R\$73.287,4 milhões em dezembro 2017, com expansão de 6,2% ou R\$4.248,9 milhões em relação a dezembro de 2016 e aumento de 2,8% ou R\$1.965,0 milhões na comparação com setembro de 2017. O crescimento dos ativos nos doze meses reflete o incremento na captação de recursos, em especial, dos depósitos, em R\$4.544,9 milhões, parcialmente compensado pela redução das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$636,3 milhões, e pela diminuição da captação no mercado aberto em R\$600,8 milhões. No que se refere à alocação, destaca-se ampliação no saldo de tesouraria, em R\$1.547,6 milhões, aumento do montante de depósitos compulsórios no Banco Central, em R\$1.204,2 milhões, e na carteira de crédito em R\$1.031,7 milhões. Nos últimos três meses, a trajetória dos ativos reflete, em especial, a ampliação no saldo de depósitos em R\$1.704,3 milhões. Quanto à alocação, a carteira de crédito registrou crescimento de R\$877,1 milhões e a tesouraria apresentou ampliação de R\$592,5 milhões.

Os **ativos de crédito** no conceito ampliado alcançaram R\$31.930,4 milhões em dezembro de 2017, com aumento de 2,2% nos doze meses. Descontadas as operações de coobrigação em garantias prestadas, o crédito apresentou ampliação de 3,4% nos doze meses, desempenho motivado, especialmente, pela elevação de R\$2.815,3 milhões no crédito comercial pessoa física (incluídas as vendas/transferências de ativos), trajetória minimizada pela redução de R\$1.009,1 milhões no crédito comercial pessoa jurídica e pela diminuição de R\$752,3 milhões no crédito direcionado. Na comparação com setembro de 2017, a carteira de crédito apresentou aumento de 2,9% face ao aumento no crédito comercial pessoa física.

TABELA 5: DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Operações de Crédito - R\$ Milhões	Dez 2017	% Total Crédito	Set 2017	Jun 2017	Mar 2017	Dez 2016	Dez 2017/ Dez 2016	Dez 2017/ Set 2017
Câmbio	674,7	2,2%	653,6	713,5	736,1	780,8	-13,6%	3,2%
Comercial	22.488,4	71,7%	21.397,7	21.455,6	20.730,8	20.295,0	10,8%	5,1%
Pessoa Física	15.890,6	50,7%	14.751,1	14.393,1	13.266,6	12.688,1	25,2%	7,7%
Consignado	11.026,2	35,1%	10.692,7	10.269,6	9.124,4	8.568,3	28,7%	3,1%
Outros	4.864,3	15,5%	4.058,4	4.123,5	4.142,2	4.119,8	18,1%	19,9%
Pessoa Jurídica	6.597,8	21,0%	6.646,6	7.062,5	7.464,2	7.606,9	-13,3%	-0,7%
Capital de Giro ⁽¹⁾	4.449,3	14,2%	4.384,5	4.771,1	5.073,7	5.179,1	-14,1%	1,5%
Outros	2.148,5	6,8%	2.262,1	2.291,4	2.390,5	2.427,8	-11,5%	-5,0%
Financiamento de Longo Prazo	1.231,4	3,9%	1.409,8	1.528,7	1.587,6	1.652,3	-25,5%	-12,7%
Imobiliário	3.828,9	12,2%	3.808,6	3.821,1	3.835,6	3.873,1	-1,1%	0,5%
Rural	2.383,4	7,6%	2.362,5	2.425,3	2.585,7	2.564,5	-7,1%	0,9%
Outros ⁽²⁾	762,3	2,4%	859,7	961,1	1.064,2	1.171,7	-34,9%	-11,3%
Total Oper. com Caract. Concessão de Crédito	31.369,1	100,0%	30.492,0	30.905,4	30.540,0	30.337,4	3,4%	2,9%

(1) Reagrupamento de produtos.

(2) Inclui *leasing*, créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e setor público.

Os **títulos e valores mobiliários - TVM e as aplicações interfinanceiras de liquidez** totalizaram R\$24.817,6 milhões que, subtraídas das operações compromissadas, apresentaram saldo líquido de R\$19.965,0 milhões ao final de dezembro de 2017, com elevação de 12,1% ou R\$2.148,3 milhões em doze meses. A evolução das aplicações em tesouraria no período foi influenciada pela expansão dos depósitos, num contexto de aumento dos recolhimentos compulsórios no Banco Central e da carteira de crédito. Em relação a setembro de 2017, o saldo de TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, descontadas as operações compromissadas, apresentou aumento de 2,5% ou R\$489,6 milhões, influenciado pelo crescimento dos depósitos, em um contexto de crescimento da carteira de crédito.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$61.604,1 milhões em dezembro de 2017, com expansão de 9,3% ou R\$5.239,5 milhões em doze meses, desempenho motivado, especialmente, pelo incremento de R\$4.544,9 milhões dos depósitos. No último trimestre, os recursos captados e administrados apresentaram elevação de 1,5% ou R\$935,8 milhões, influenciada, em especial, pelo incremento dos depósitos, em R\$1.704,3 milhões, minimizado pela redução dos recursos de terceiros administrados em R\$827,8 milhões.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$7.035,0 milhões em dezembro de 2017, 9,2% ou R\$591,6 milhões acima da posição de dezembro de 2016 e 4,5% ou R\$303,9 milhões maior que o saldo de setembro de 2017. A evolução nos doze meses reflete a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, o remensuramento do passivo atuarial do plano de benefícios pós-emprego ajustado pelo efeito tributário, conforme aplicação das regras contábeis previstas no CPC 33 (R1), e os ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior.

O Banrisul recolheu e provisionou R\$1.134,4 milhões em **impostos e contribuições** próprios no exercício de 2017. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$1.227,6 milhões no período.

TABELA 6: OUTROS INDICADORES

Indicadores - %	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Margem Financeira sobre Ativos Rentáveis	8,33%	8,70%	9,21%	8,31%	8,51%	8,31%	9,22%
Índice de Basileia Conglomerado Prudencial	17,0%	16,9%	17,0%	16,5%	15,7%	15,8%	16,9%
Carteira de Crédito Risco Normal/Carteira Total	87,8%	87,0%	87,8%	88,0%	87,7%	87,0%	87,0%
Carteira de Crédito Risco 1 e 2/Carteira Total	12,2%	13,0%	12,2%	12,0%	12,3%	13,0%	13,0%
Índice de Inadimplência 90 dias	3,56%	5,00%	3,56%	4,30%	4,72%	4,97%	5,00%
Índice de Cobertura 90 dias	248,6%	174,0%	248,6%	205,9%	185,7%	179,1%	174,0%
Índice de Provisionamento	8,9%	8,7%	8,9%	8,9%	8,8%	8,9%	8,7%

A evolução da **margem financeira sobre ativos rentáveis**, comparados os anos de 2017 e 2016, reflete a redução de ativos de crédito em proporção dos ativos rentáveis, bem como a diminuição da taxa básica de juros, com efeito direto nas despesas e receitas com juros.

O **índice de inadimplência de 90 dias** alcançou 3,56% em dezembro de 2017, com redução de 1,44 pp. em doze meses e diminuição de 0,74 pp. nos últimos três meses. O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias alcançou R\$1.117,0 milhões. O **índice de cobertura** de dezembro de 2017 alcançou 248,6% em proporção das operações em atraso acima de 90 dias, frente 174,0% de dezembro de 2016 e 205,9% de setembro de 2017. Na comparação com dezembro de 2016 e setembro de 2017, a trajetória do índice de cobertura de 90 dias foi influenciada, em especial, pela redução do saldo de operações de crédito em atraso, num contexto de aumento do saldo de provisão para créditos.

O **índice de provisionamento** alcançou 8,9% do saldo de crédito em dezembro de 2017, 0,2 pp. acima do indicador de dezembro de 2016 e estável em relação ao índice de setembro de 2017. O saldo de provisão para operações de crédito apresentou aumento de R\$138,0 milhões nos doze meses, face à rolagem da carteira por níveis de *rating*. A carteira de crédito classificada por *rating* apresentou aumento de 0,8 pp. na proporção de operações classificadas como risco normal em relação ao total da carteira nos doze meses. Nos últimos três meses, o saldo de provisão registrou crescimento de R\$76,6 milhões e a representatividade da carteira de crédito de risco normal sobre a carteira total apresentou retração de 0,2 pp.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2018.

Análise de Desempenho

Apresentamos a Análise de Desempenho do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativa ao ano de 2017 e quarto trimestre de 2017.

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava, em setembro de 2017, a 10ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), 10ª posição em patrimônio líquido, 8ª posição em captações (depósitos totais, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses) e 6ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil, excluído o BNDES.

A captação de depósitos a prazo do Banrisul alcançou 4,6817% no mercado nacional em dezembro de 2017, frente *market share* de 5,0366% de dezembro de 2016; o saldo desses depósitos cresceu 11,0% nos doze meses, frente à expansão de 19,4% verificada no SFN no mesmo período. Em relação aos depósitos à vista, a representatividade do Banrisul nesses recursos, no mercado nacional, alcançou 2,2556% em dezembro de 2017, expansão de 0,3151 pp. frente ao indicador de dezembro de 2016, 1,9405%; nos depósitos de poupança, o Banrisul apresentou crescimento, com a representatividade de 1,1554% do saldo desses recursos no SFN em dezembro de 2017, diante dos 1,1368% registrados em dezembro de 2016. No que se refere à carteira de crédito, o Banco atingiu representatividade de 1,0166% do crédito total do SFN em dezembro de 2017, frente à participação de 0,9769% em dezembro de 2016.

A representatividade do saldo de operações de crédito do Banco no mercado do Rio Grande do Sul alcançou 19,2061% em setembro de 2017, com aumento de 1,7626 pp. frente à representatividade de setembro de 2016. No mercado regional, o Banrisul alcançou 47,0428% na participação dos depósitos a prazo em setembro de 2017, com retração de 0,3689 pp. nos doze meses, e alcançou participação de 13,5063% nos depósitos de poupança no mesmo período, com diminuição de 0,4759 pp. Já os depósitos à vista apresentaram aumento de 0,0695 pp., nos doze meses, alcançando a representatividade de 26,1500%, frente aos 26,0805% de setembro de 2016.

TABELA 7: MERCADO COMPETITIVO

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Dez/17 ⁽¹⁾	Dez/16	Set/17 ⁽²⁾	Set/16
Depósito à Vista	2,2556%	1,9405%	26,1500%	26,0805%
Poupança	1,1554%	1,1368%	13,5063%	13,9822%
Depósito a Prazo	4,6817%	5,0366%	47,0428%	47,4117%
Operações de Crédito	1,0166%	0,9769%	19,2061%	17,4435%
Nº de Agências	2,4879%	2,3684%	29,8489%	28,0571%

(1) Última informação divulgada.

(2) Última informação disponível.

MARGEM ANALÍTICA

DESEMPENHO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas da intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas.

As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A trajetória da margem sobre ativos rentáveis foi decrescente no ano de 2017 em relação ao observado no ano de 2016. Os ativos médios rentáveis apresentaram crescimento de 5,4% e os passivos onerosos aumentaram 5,5%. A margem absoluta do ano de 2017 apresentou relativa estabilidade e a margem relativa reduziu 0,37 pp. frente à apurada no ano de 2016.

O decréscimo da Taxa Selic efetiva no período refletiu na redução das taxas dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos bem como os prazos e as condições de juros pactuadas são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos médios rentáveis apresentou retração de 3,4 pp. na comparação entre 2017 e 2016, atingindo 44,4%. As operações de tesouraria apresentaram ampliação de 1,0 pp. na participação do total de ativos rentáveis, passando de 35,2% no ano de 2016 para 36,2% no ano de 2017. Os compulsórios ampliaram a representatividade no total de ativos rentáveis em 1,9 pp., alcançando 17,0% no ano de 2017.

Em relação aos passivos onerosos, o saldo médio dos depósitos a prazo representou 61,5% desses passivos no ano de 2017 frente aos 56,2% no ano de 2016. Os depósitos de poupança se mantiveram estáveis na representatividade sobre os passivos onerosos, atingindo 14,5% no ano de 2017. A captação no mercado aberto alcançou participação de 9,1% dos passivos onerosos no ano de 2017, com redução de 2,0 pp. na comparação com 2016.

Os resultados dessas variações em conjunto ocasionaram diminuição de 0,28 pp. no *spread*, que atingiu 7,37% no ano de 2017.

TABELA 8: MARGEM ANALÍTICA - R\$ MILHÕES

	2017			2016			2015		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	62.637,3	9.978,5	15,93%	59.418,4	10.668,4	17,95%	57.373,7	10.804,3	18,83%
Operações de Créditos	27.786,4	6.780,2	24,40%	28.410,6	7.057,2	24,84%	29.762,4	7.003,9	23,53%
Compromissos de Revendas	693,0	100,0	14,44%	958,1	144,1	15,04%	554,4	64,7	11,66%
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	22.004,0	2.043,4	9,29%	19.940,0	2.271,7	11,39%	19.299,0	2.894,2	15,00%
Depósitos Interbancários	605,6	50,1	8,27%	265,0	27,6	10,40%	6,8	0,2	3,39%
Outros Ativos Rentáveis	11.548,3	1.004,8	8,70%	9.844,8	1.167,9	11,86%	7.751,2	841,3	10,85%
Compulsórios	10.618,9	940,6	8,86%	8.984,6	1.095,4	12,19%	6.961,3	774,2	11,12%
Outros	929,4	64,2	6,91%	860,1	72,5	8,42%	789,8	67,2	8,50%
Ativos Não Rentáveis	8.134,8	-	-	8.145,3	-	-	6.323,4	-	-
Ativos Totais	70.772,1	9.978,5	14,10%	67.563,8	10.668,4	15,79%	63.697,1	10.804,3	16,96%
Passivos Onerosos	54.651,3	(4.763,5)	8,72%	51.813,4	(5.499,3)	10,61%	49.588,4	(6.390,4)	12,89%
Depósitos Interfinanceiros	218,2	(18,7)	8,56%	447,8	(53,7)	12,00%	886,4	(85,7)	9,67%
Poupança	7.911,4	(496,6)	6,28%	7.515,6	(587,4)	7,82%	7.643,9	(575,8)	7,53%
Depósitos a Prazo	33.618,6	(2.953,8)	8,79%	29.111,4	(3.485,2)	11,97%	24.815,4	(2.761,7)	11,13%
Captações no Mercado Aberto	4.979,7	(521,6)	10,47%	5.727,0	(807,0)	14,09%	5.363,1	(679,6)	12,67%
Dívida Subordinada	1.805,1	(200,9)	11,13%	1.898,5	(2,9)	0,15%	2.384,9	(961,3)	40,31%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.253,1	(304,6)	9,36%	3.914,9	(172,8)	4,41%	4.458,0	(817,1)	18,33%
No País	2.411,3	(152,3)	6,32%	2.760,7	(134,2)	4,86%	2.799,5	(132,8)	4,74%
Exterior	841,8	(152,4)	18,10%	1.154,2	(38,6)	3,35%	1.658,4	(684,3)	41,26%
Outros	2.865,1	(267,3)	9,33%	3.198,2	(390,2)	12,20%	4.036,8	(509,2)	12,61%
Passivos Não Onerosos	9.443,4	-	-	9.318,1	-	-	8.166,8	-	-
Patrimônio Líquido	6.677,4	-	-	6.432,3	-	-	5.941,9	-	-
Passivos e PL	70.772,1	(4.763,5)	6,73%	67.563,8	(5.499,3)	8,14%	63.697,1	(6.390,4)	10,03%
Spread			7,37%			7,65%			6,93%
Margem		5.215,0	8,33%		5.169,2	8,70%		4.414,0	7,69%

VARIAÇÕES NAS RECEITAS E DESPESAS DE JUROS: VOLUMES E TAXAS

A tabela a seguir apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 2017 vs 2016, (ii) 2016 vs 2015 e (iii) 2015 vs 2014.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros sobre os ativos geradores de receitas e passivos onerosos. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos onerosos no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A trajetória decrescente das receitas geradas pelos ativos rentáveis no ano de 2017, em R\$689,9 milhões, está associada ao decréscimo das taxas médias, que motivou redução das rendas em R\$940,1 milhões, em especial nas receitas de tesouraria e de compulsórios, ainda que a variação do volume médio dos ativos rentáveis tenha apresentado incremento de R\$250,2 milhões.

A retração das despesas geradas pelos passivos onerosos no ano de 2017 em relação a 2016, em R\$735,7 milhões, está vinculada, principalmente, à redução das taxas médias, que motivou a queda das despesas, em R\$1.037,5 milhões, em especial dos depósitos a prazo, devido à redução da Taxa Selic efetiva. O aumento das despesas relacionadas ao volume médio de captação de recursos, em R\$301,8 milhões, foi motivado pelo incremento das despesas dos depósitos a prazo, minimizado pela retração nas despesas de captação no mercado aberto.

A retração das despesas, devido à variação nas taxas médias dos passivos onerosos, em valor mais expressivo que a diminuição das receitas face à redução das taxas médias dos ativos rentáveis gerou um ganho de R\$97,4 milhões. O ganho gerado com o aumento do volume médio dos ativos rentáveis em valor menos expressivo que os ônus imputados aos passivos onerosos, gerou retração de R\$51,6 milhões. O fluxo de 2017 em relação a 2016 gerou ganho de margem analítica em R\$45,8 milhões.

TABELA 9: VARIAÇÕES NAS RECEITAS E DESPESAS DE JUROS: VOLUMES E TAXAS - R\$ MILHÕES

	2017/2016			2016/2015			2015/2014		
	Aumento / Redução Devido a Variação em:			Aumento / Redução Devido a Variação em:			Aumento / Redução Devido a Variação em:		
	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida
Ativos Rentáveis									
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	(141,1)	(135,9)	(277,0)	(238,9)	292,1	53,3	521,4	995,7	1.517,1
Compromissos de Revendas	(38,0)	(6,0)	(44,0)	56,8	22,6	79,4	36,7	(5,2)	31,5
Operações com TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	219,5	(447,9)	(228,4)	93,3	(715,8)	(622,5)	191,0	666,9	857,9
Depósitos Interbancários	26,8	(4,3)	22,5	25,9	1,4	27,4	2,6	(12,4)	(9,7)
Compulsórios	177,5	(332,3)	(154,8)	241,3	80,0	321,3	80,9	122,2	203,1
Outros	5,5	(13,7)	(8,2)	5,9	(0,6)	5,3	3,3	4,4	7,7
Total de Ativos Rentáveis	250,2	(940,1)	(689,9)	184,4	(320,3)	(135,9)	835,9	1.771,8	2.607,7
Passivos Onerosos									
Depósitos Interfinanceiros	9,6	25,4	35,1	49,3	(17,3)	32,0	(43,5)	(3,5)	(46,9)
Depósitos de Poupança	(29,7)	120,5	90,8	9,4	(21,0)	(11,6)	(15,9)	(66,5)	(82,4)
Depósitos a Prazo	(486,8)	1.018,2	531,4	(503,3)	(220,2)	(723,5)	(364,6)	(473,5)	(838,1)
Captações no Mercado Aberto	133,3	152,1	285,4	(48,1)	(79,4)	(127,4)	44,6	(104,7)	(60,1)
Dívida Subordinada	0,1	(198,1)	(198,0)	246,3	712,1	958,4	(133,5)	(313,9)	(447,5)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	23,4	(155,2)	(131,8)	114,0	530,3	644,3	(87,0)	(358,8)	(445,8)
Outros	48,2	74,7	122,9	101,7	17,4	119,0	31,0	(93,9)	(62,9)
Total de Passivos Onerosos	(301,8)	1.037,5	735,7	(30,7)	921,8	891,1	(568,8)	(1.414,8)	(1.983,6)

DESEMPENHO NO MERCADO ACIONÁRIO

O Banrisul aderiu ao Nível 1 de Governança, em julho de 2007, reforçando o seu comprometimento com as boas práticas de governança corporativa. Além disso, o Banco adotou voluntariamente determinadas regras dos demais níveis diferenciados de Governança Corporativa, fortalecendo e consolidando relação de transparência com clientes e investidores, construída pela disseminação de dados e informações ao mercado, proporcionando oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O capital social do Banrisul, em dezembro de 2017, era de R\$4.750,0 milhões, representado por 408.974.477 ações, sendo 205.058.582 ações ordinárias e 203.915.895 ações preferenciais, na forma escritural e sem valor nominal. O maior acionista do Banco é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que detém diretamente 99,6% do capital votante e 57,0% do capital total.

Em 31 de dezembro de 2017, havia 62.932 acionistas com domicílio no Brasil (99,4% do total de acionistas e 70,9% do total das ações) e 363 acionistas residentes no exterior (0,6% dos acionistas e 29,1% das ações).

No total, o Banrisul faz parte da composição de oito índices da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. No final do mês de dezembro de 2017, a ação PNB (BRSR6) estava entre as 100 ações mais negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, listada na 94ª posição do *ranking* de 12 meses.

O Banrisul participa de eventos para divulgação, tais como os promovidos pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais), mantendo comunicação ágil e equânime para atender investidores, acionistas e interessados. Também participa de conferências e *roadshows* nacionais e internacionais com investidores institucionais. Em 2017, foram realizadas 137 reuniões, teleconferências e eventos no exterior, com a participação de 492 interessados, que promoveram oportunidades de interação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiros.

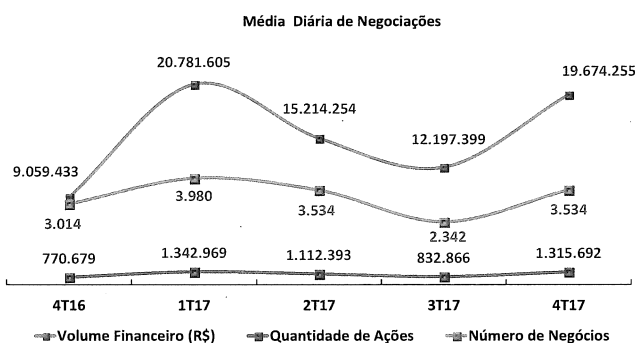
TABELA 10: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Reuniões	1	-	1	18	1
Teleconferências	32	16	28	25	6
Eventos no Exterior	-	-	15 ²	-	16 ¹
Reuniões APIMEC	1	-	-	-	3
Total	34	16	44	43	26

¹ Nova Iorque.² Londres.

No 4T17, o volume financeiro médio negociado diariamente apresentou aumento de 117,2% em relação ao apurado no 4T16; no mesmo período, o número de negócios médio diário cresceu 17,3%. Na comparação com o último trimestre, o volume financeiro médio apresentou crescimento de 61,3% e o número de negócios médio ampliou 50,9%.

Gráfico 1: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações



Em dezembro de 2017, o valor de mercado do Banrisul atingiu R\$6.093,7 milhões, apresentando crescimento de 44,4% frente dezembro de 2016 e queda de 15,5% em relação a setembro de 2017. Estimativas sobre a ação do Banrisul, elaboradas de forma independente por corretoras e bancos de investimento, estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.banrisul.com.br/ri).

São apresentados na tabela seguinte os *ratings* do Banrisul conforme as principais agências de classificação de risco.

TABELA 11: CLASSIFICAÇÃO DE AGÊNCIAS DE RATING

Fitch Ratings						
Viabilidade	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
b+	B+	B	B+	B	A- (bra)	F2 (bra)
Moody's Investors Service						
Avaliação de Risco da Contraparte	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Ba2(cr)/NP(cr)	Ba3	NP	Ba3	NP	A1.br	BR-1
Standard & Poor's						
Perfil de Crédito Individual	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
bb-	BB-	-	BB-	-	brA+	

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

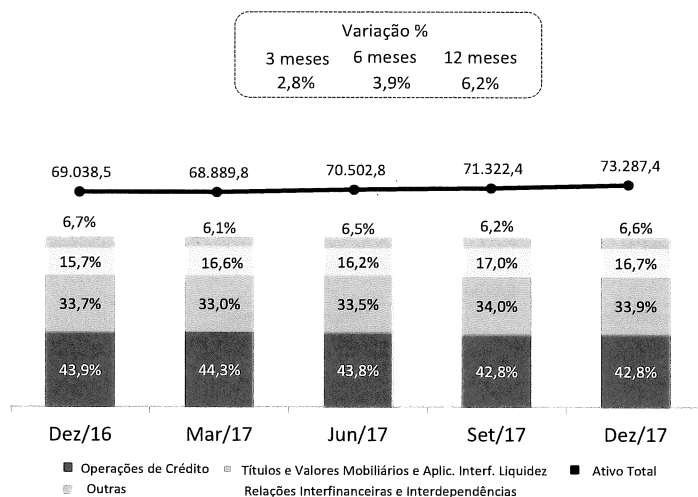
ATIVOS TOTAIS

Os ativos totais alcançaram R\$73.287,4 milhões em dezembro de 2017 e estão compostos por (i) 42,8% de operações de crédito, (ii) 33,9% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, (iii) 16,7% de relações interfinanceiras e interdependências e (iv) 6,6% de outros ativos. Quanto à tempestividade, os ativos com vencimento até 360 dias estão constituídos, especialmente, por títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez (38,9%), relações interfinanceiras e interdependências (24,6%) e operações de crédito e arrendamento mercantil (21,7%). No que se refere aos ativos de longo prazo (acima de 360 dias), destaca-se a participação de operações de crédito e arrendamento mercantil (61,5%) e dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (26,9%).

Em doze meses, os ativos totais registraram expansão de 6,2% ou R\$4.248,9 milhões. A ampliação dos ativos no período proveio, principalmente, do incremento de R\$4.544,9 milhões nos depósitos, evolução parcialmente minimizada pela redução de R\$636,3 milhões nas obrigações por empréstimos e repasses e pela retração de R\$600,8 milhões nas captações no mercado aberto. Quanto à alocação dos recursos, a tesouraria apresentou crescimento de R\$1.547,6 milhões, os depósitos compulsórios no Banco Central apresentaram aumento de R\$1.204,2 milhões e a carteira de crédito registrou crescimento de R\$1.031,7 milhões no período.

No último trimestre, os ativos registraram crescimento de 2,8% ou R\$1.965,0 milhões, proveniente, principalmente, do aumento dos depósitos, em R\$1.704,3 milhões, e das dívidas subordinadas, em R\$113,4 milhões, movimento minimizado, em parte, principalmente, pela redução das relações interfinanceiras e interdepartamentais em R\$418,1 milhões. Os recursos foram direcionados, especialmente, para a carteira de crédito, que registrou crescimento de R\$877,1 milhões e para a tesouraria, que apresentou ampliação de R\$592,5 milhões.

Gráfico 2: Ativo Total - R\$ Milhões



TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

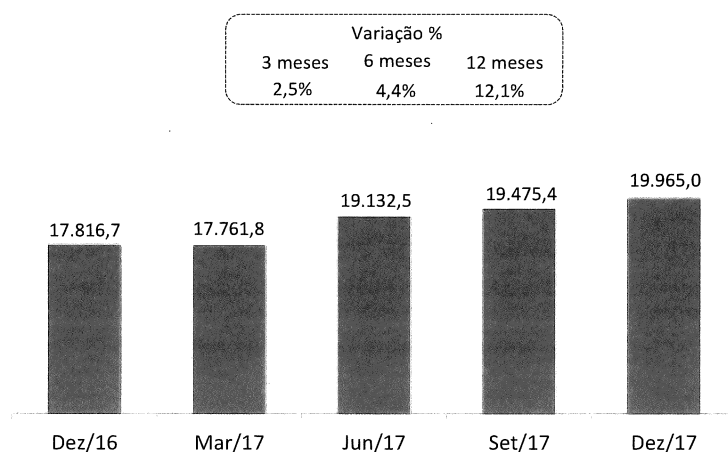
As aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez e deduzidas das obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$19.965,0 milhões em dezembro de 2017, com crescimento de 12,1% ou R\$2.148,3 milhões em relação a dezembro de 2016 e de 2,5% ou R\$489,6 milhões na comparação com setembro de 2017.

Nos doze meses, a evolução do saldo de tesouraria, líquida das obrigações compromissadas, foi influenciada pela expansão do saldo dos depósitos e dos recursos em letras, num contexto de crescimento dos recolhimentos compulsórios e da carteira de crédito.

No último trimestre, a trajetória do saldo de TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez, líquida das obrigações compromissadas, foi influenciada pela expansão dos depósitos, num contexto de crescimento da carteira de crédito.

Em relação à composição das aplicações em tesouraria, 76,1% são de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$18.876,4 milhões, 16,0% de títulos mantidos para negociação, no montante de R\$3.962,0 milhões, 5,0% de títulos disponíveis para venda, que somaram R\$1.245,2 milhões, 2,5% em aplicações interfinanceiras de liquidez, que atingiram R\$628,7 milhões, e 0,4% de instrumentos financeiros derivativos, cujo saldo alcançou R\$105,2 milhões, totalizando R\$24.817,6 milhões em ativos de tesouraria. Quanto aos emissores dos títulos que compõem a tesouraria, são, em sua maioria, de papéis públicos federais, que, somados, representam 94,6% das aplicações em tesouraria.

Gráfico 3: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾ - R\$ Milhões



(1) Deduzidos de obrigações compromissadas.

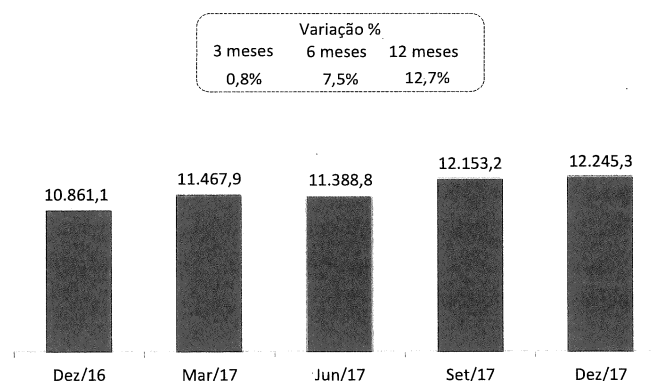
Relações Interfinanceiras e Interdependências

As relações interfinanceiras e interdependências totalizaram R\$12.245,3 milhões em dezembro de 2017, com expansão de 12,7% ou R\$1.384,2 milhões em relação a dezembro de 2016 e relativa estabilidade, com ampliação de R\$92,1 milhões na comparação com setembro de 2017.

Em relação a dezembro de 2016, o saldo das relações interfinanceiras e interdependências apresentou incremento influenciado, especialmente, pelo crescimento dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Banco Central, face, em especial, à expansão do saldo dos depósitos a prazo.

Na comparação com setembro de 2017, a trajetória do saldo das relações interfinanceiras e interdependências foi influenciada, principalmente, pela expansão das transferências internas de recursos e dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Bacen, movimento minimizado, em parte, pela redução de saldo dos serviços de compensação. Conforme Circular nº 3.823/17, do Banco Central do Brasil, houve a unificação do compulsório adicional com o compulsório incidente sobre depósitos a prazo a partir de abril de 2017. Já a Resolução nº 4.579/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, promoveu o aumento de alíquota em encaixe obrigatório sobre poupança rural.

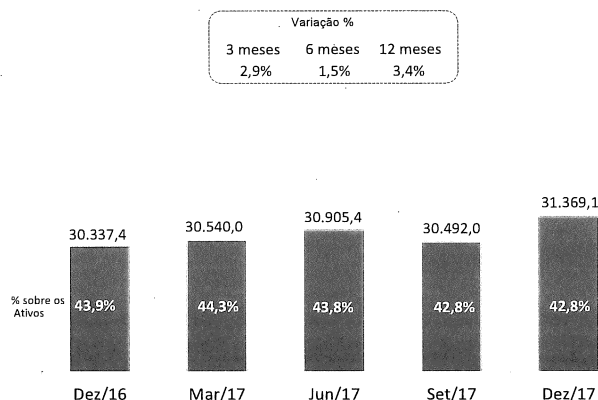
Gráfico 4: Relações Interfinanceiras e Interdependências - R\$ Milhões



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito do Bannrisul totalizou R\$31.369,1 milhões em dezembro de 2017, saldo 3,4% ou R\$1.031,7 milhões acima do alcançado em dezembro de 2016 e expansão de 2,9% ou R\$877,1 milhões na comparação com setembro de 2017. A carteira de crédito ampliada, que inclui coobrigações e riscos em garantias prestadas, atingiu saldo de R\$31.930,4 milhões em dezembro de 2017 e apresentou crescimento de 2,2% ou R\$687,4 milhões em relação a dezembro de 2016 e de 2,9% ou R\$904,3 milhões na comparação com setembro de 2017.

Gráfico 5: Operações de Crédito - R\$ Milhões



Nos doze meses, a expansão do saldo de operações de crédito proveio, especialmente, da ampliação da carteira comercial pessoa física, em R\$3.202,5 milhões, face ao aumento do crédito consignado, trajetória, parcialmente, compensada pela redução do crédito comercial pessoa jurídica, em R\$1.009,1 milhões, dos financiamentos de longo prazo, em R\$421,0 milhões, dos créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, em R\$387,2 milhões, e do crédito rural em R\$181,1 milhões.

Na comparação com setembro de 2017, o acréscimo do saldo do crédito foi motivado, principalmente, pela expansão do crédito comercial pessoa física, em R\$1.139,5 milhões, movimento minimizado pela retração dos financiamentos de longo prazo, em R\$178,4 milhões, e pela queda dos créditos vinculados a operações adquiridas em cessão em R\$94,6 milhões.

Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito ao segmento empresarial totalizaram R\$9.969,5 milhões em dezembro de 2017, compondo 31,8% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 59,5% estão alocados em crédito às médias, pequenas e microempresas.

Na comparação com dezembro de 2016, o saldo de crédito às médias, pequenas e microempresas apresentou redução de 15,9% ou R\$1.118,4 milhões, e o saldo de crédito às grandes empresas registrou queda de 13,3% ou R\$618,7 milhões.

Nos últimos três meses, observou-se retração de 4,0% ou R\$245,4 milhões no saldo de crédito às médias, pequenas e microempresas, enquanto que o crédito aplicado às grandes empresas se manteve relativamente estável, com crescimento de R\$37,2 milhões.

TABELA 12: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO PESSOA JURÍDICA POR PORTE DE EMPRESA - R\$ MILHÕES

Porte	Dez 2017			Set 2017			Dez 2016			Dez 2017/ Set 2017	Dez 2017/ Dez 2016
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total		
Grandes Empresas	4.035,4	40,5%	12,9%	3.998,2	39,3%	13,1%	4.654,1	39,8%	15,3%	0,9%	-13,3%
Total Média/Pequena/Micro	5.934,1	59,5%	18,9%	6.179,5	60,7%	20,3%	7.052,5	60,2%	23,2%	-4,0%	-15,9%
Médias Empresas	4.273,5	42,9%	13,6%	4.404,7	43,3%	14,4%	5.221,9	44,6%	17,2%	-3,0%	-18,2%
Pequenas Empresas	1.327,8	13,3%	4,2%	1.412,3	13,9%	4,6%	1.450,6	12,4%	4,8%	-6,0%	-8,5%
Microempresas	332,8	3,3%	1,1%	362,5	3,6%	1,2%	380,0	3,2%	1,3%	-8,2%	-12,4%
Total PJ	9.969,5	100,0%	31,8%	10.177,7	100,0%	33,4%	11.706,6	100,0%	38,6%	-2,0%	-14,8%

Critério utilizado: Faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas até R\$400 mil, Médias até R\$25 milhões; Para Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões a partir de junho de 2017.

Composição do Crédito por Setor de Atividade

Na segmentação da carteira de crédito por atividade, o setor privado atingiu 99,8% dos ativos de crédito em dezembro de 2017. A carteira de crédito por setor de atividade é composta, especialmente, por pessoa física, 52,7% do total, seguida por habitação, 12,2% do crédito total, indústria, que representa 10,5% dos ativos de crédito do Banco, e serviços, 9,9% do total da carteira de crédito por atividade.

Em relação a dezembro de 2016, destaca-se, principalmente, a ampliação das operações de crédito à pessoa física, minimizada pela retração das operações de crédito aos setores do comércio, indústria e serviços. No último trimestre, ocorreu crescimento do crédito destinado à pessoa física, minimizado pela redução dos setores do comércio e serviços.

TABELA 13: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE - R\$ MILHÕES

	Dez 2017	Set 2017	Jun 2017	Mar 2017	Dez 2016	Dez 2017/ Set 2017	Dez 2017/ Dez 2016
Setor Privado	31.295,9	30.417,1	30.828,2	30.462,4	30.254,1	2,9%	3,4%
Rural	2.383,4	2.362,5	2.425,3	2.585,7	2.564,5	0,9%	-7,1%
Indústria	3.308,5	3.306,7	3.683,6	3.752,7	3.829,7	0,1%	-13,6%
Comércio	2.108,4	2.222,2	2.339,8	2.543,3	2.675,1	-5,1%	-21,2%
Serviços e Outros	3.119,6	3.214,0	3.313,7	3.526,9	3.574,6	-2,9%	-12,7%
Pessoa Física	16.547,1	15.503,1	15.244,6	14.218,2	13.737,1	6,7%	20,5%
Habitação	3.828,9	3.808,6	3.821,1	3.835,6	3.873,1	0,5%	-1,1%
Setor Público	73,3	74,9	77,1	77,6	83,3	-2,2%	-12,1%
Total	31.369,1	30.492,0	30.905,4	30.540,0	30.337,4	2,9%	3,4%

Composição do Crédito por Carteira

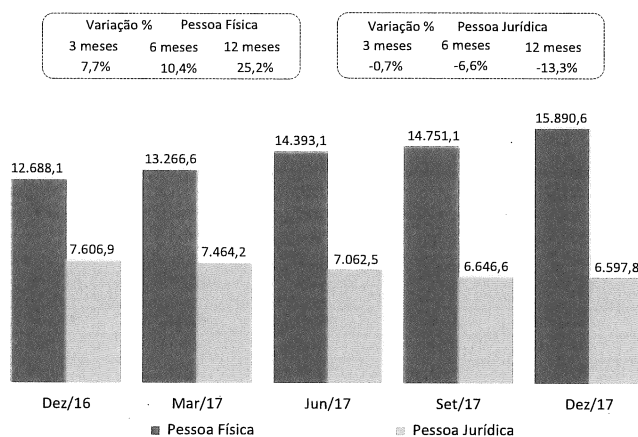
A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil, os créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio, e representavam 74,1% do total da carteira de crédito em dezembro de 2017. As carteiras de financiamento de longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e participavam com 25,9% do saldo no mesmo período.

TABELA 14: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO POR CARTEIRA - R\$ MILHÕES

Operações de Crédito	Dez 2017	Set 2017	Jun 2017	Mar 2017	Dez 2016	Dez 2017/ Set 2017	Dez 2017/ Dez 2016
Setor Privado	31.295,9	30.417,1	30.828,2	30.462,4	30.254,1	2,9%	3,4%
Câmbio	674,7	653,6	713,5	736,1	780,8	3,2%	-13,6%
Comercial	22.488,4	21.397,7	21.455,6	20.730,8	20.295,0	5,1%	10,8%
Pessoa Física	15.890,6	14.751,1	14.393,1	13.266,6	12.688,1	7,7%	25,2%
Pessoa Jurídica	6.597,8	6.646,6	7.062,5	7.464,2	7.606,9	-0,7%	-13,3%
Financiamento de Longo Prazo	1.231,4	1.409,8	1.528,7	1.587,6	1.652,3	-12,7%	-25,5%
Imobiliário	3.828,9	3.808,6	3.821,1	3.835,6	3.873,1	0,5%	-1,1%
Leasing	38,1	39,2	42,5	46,6	50,2	-2,9%	-24,1%
Rural	2.383,4	2.362,5	2.425,3	2.585,7	2.564,5	0,9%	-7,1%
Créditos Vinculados a Op. Adquiridas Cessão	651,0	745,6	841,5	940,0	1.038,2	-12,7%	-37,3%
Setor Público	73,3	74,9	77,1	77,6	83,3	-2,2%	-12,1%
Total Oper. com Caract. Concessão de Crédito	31.369,1	30.492,0	30.905,4	30.540,0	30.337,4	2,9%	3,4%
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	561,3	534,1	569,5	697,3	905,5	5,1%	-38,0%
Total	31.930,4	31.026,1	31.474,9	31.237,3	31.242,9	2,9%	2,2%

A carteira comercial totalizou R\$22.488,4 milhões em dezembro de 2017, compondo 71,7% do saldo total de operações de crédito do Banco. Em relação à composição do crédito comercial, o segmento pessoa física correspondeu a 70,7% do saldo da carteira comercial e 50,7% do total das operações de crédito do Banco em dezembro de 2017. O segmento empresarial representou, no mesmo período, 29,3% do saldo do crédito comercial e 21,0% do montante total de crédito.

Gráfico 6: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões



A carteira de crédito imobiliário alcançou o montante de R\$3.828,9 milhões em dezembro de 2017, com diminuição de 1,1% ou R\$44,2 milhões em relação a dezembro de 2016 e relativa estabilidade, com aumento de R\$20,3 milhões na comparação com setembro de 2017. No montante de crédito imobiliário está incluído o valor de R\$36,1 milhões referente à operação de cessão de crédito imobiliário com coobrigação.

O saldo do crédito rural totalizou R\$2.383,4 milhões em dezembro de 2017 e apresentou redução de 7,1% ou R\$181,1 milhões em doze meses, e relativa estabilidade, com crescimento de R\$20,9 milhões na comparação com setembro de 2017. O crédito rural representava 7,6% da carteira de crédito do Banco em dezembro de 2017.

Os financiamentos de longo prazo atingiram R\$1.231,4 milhões em dezembro de 2017, com decréscimo de 25,5% ou R\$421,0 milhões em doze meses e de 12,7% ou R\$178,4 milhões nos últimos três meses.

A carteira de câmbio alcançou R\$674,7 milhões em dezembro de 2017, com retração de 13,6% ou R\$106,1 milhões em relação a dezembro de 2016, e expansão de 3,2% ou R\$21,1 milhões na comparação com setembro de 2017.

Crédito Comercial

O crédito comercial pessoa física, refletindo a política de direcionamento da Instituição para linhas de menor risco, atingiu saldo de R\$15.890,6 milhões em dezembro de 2017, com crescimento de 25,2% ou R\$3.202,5 milhões em relação a dezembro de 2016 e aumento de 7,7% ou R\$1.139,5 milhões na comparação com setembro de 2017.

O crédito consignado totalizou R\$11.026,2 milhões em dezembro de 2017, perfazendo 69,4% da carteira comercial pessoa física e 49,0% do crédito comercial, e apresentou ampliação de 28,7% ou R\$2.457,9 milhões em doze meses e de 3,1% ou R\$333,6 milhões no último trimestre.

Somado às transferências de ativos, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Banco Central do Brasil em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, o crédito comercial pessoa física totalizou R\$16.541,6 milhões e o crédito consignado atingiu R\$11.677,3 milhões em dezembro de 2017. Do montante de crédito consignado, 58,3%, R\$6.809,3 milhões, corresponde ao saldo proveniente da rede Banrisul, 35,4%, R\$4.134,6 milhões, refere-se ao crédito originado pelos correspondentes, e 6,3%, R\$733,4 milhões, são créditos adquiridos com coobrigação.

A carteira comercial pessoa física, incluídas as transferências de ativos, apresentou crescimento de 20,5% ou R\$2.815,3 milhões nos doze meses, influenciado, especialmente, pelo incremento do crédito consignado, em R\$2.070,7 milhões, em especial no Consignado INSS, do crédito pessoal, em R\$675,5 milhões, e do cartão de crédito e débito, em R\$212,6 milhões, movimento parcialmente minimizado pela redução do cheque especial em R\$62,3 milhões.

No último trimestre, a expansão da carteira comercial pessoa física somada às transferências de ativos, em 6,7% ou R\$1.044,9 milhões, decorreu, principalmente, do crescimento do saldo do crédito pessoal em R\$725,7 milhões.

O crédito comercial pessoa jurídica alcançou R\$6.597,8 milhões em dezembro de 2017, com redução de 13,3% ou R\$1.009,1 milhões em relação a dezembro de 2016 e relativa estabilidade, com retração de R\$48,8 milhões na comparação com setembro de 2017. A carteira comercial segmento empresarial está composta, principalmente, por linhas de capital de giro, representando 67,4% do crédito comercial à pessoa jurídica e 19,8% do crédito comercial.

A trajetória da carteira comercial pessoa jurídica foi influenciada, especialmente, pela retração de saldo das linhas de capital de giro em R\$729,7 milhões nos doze meses. Em relação ao último trimestre, a relativa estabilidade decorreu do decréscimo de saldo das contas devedoras, em R\$132,9 milhões, movimento minimizado, em parte, pela expansão de saldo do capital de giro em R\$64,8 milhões. A diminuição da carteira pessoa jurídica refletiu os ajustes na política de exposição e de crédito, além da conjuntura econômica nacional.

TABELA 15: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO COMERCIAL PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA - R\$ MILHÕES

	Dez 2017	Set 2017	Jun 2017	Mar 2017	Dez 2016	Dez 2017/ Set 2017	Dez 2017/ Dez 2016
Pessoa Física	15.890,6	14.751,1	14.393,1	13.266,6	12.688,1	7,7%	25,2%
Cartão de Crédito e Débito ⁽¹⁾	1.748,7	1.537,2	1.536,8	1.475,3	1.536,1	13,8%	13,8%
Cheque Especial	479,8	578,5	578,7	598,7	542,1	-17,1%	-11,5%
Crédito Consignado	11.026,2	10.692,7	10.269,6	9.124,4	8.568,3	3,1%	28,7%
Crédito Pessoal - Não Consignado	1.779,2	1.053,5	1.091,7	1.134,7	1.103,7	68,9%	61,2%
Outros	856,6	889,2	916,3	933,5	937,9	-3,7%	-8,7%
Pessoa Jurídica	6.597,8	6.646,6	7.062,5	7.464,2	7.606,9	-0,7%	-13,3%
Capital de Giro ⁽²⁾	4.449,3	4.384,5	4.771,1	5.073,7	5.179,1	1,5%	-14,1%
Contas Devedoras	696,2	829,2	871,6	939,4	965,1	-16,0%	-27,9%
Compror/Vendor	67,2	85,2	90,8	96,0	97,6	-21,2%	-31,2%
Crédito no Exterior	111,6	114,4	134,1	135,9	154,1	-2,4%	-27,6%
Desconto de Recebíveis	135,5	130,5	149,6	189,2	199,7	3,9%	-32,1%
Outros	1.138,0	1.102,8	1.045,3	1.030,1	1.011,2	3,2%	12,5%
Total	22.488,4	21.397,7	21.455,6	20.730,8	20.295,0	5,1%	10,8%

(1) Do saldo de R\$1.748,7 milhões, R\$242,3 milhões referem-se ao cartão de crédito - rotativo.

(2) Reagrupamento de produtos.

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

A concessão de ativos de crédito totalizou R\$44.495,2 milhões no ano de 2017, com acréscimo de 7,0% ou R\$2.925,0 milhões frente ao volume concedido no ano de 2016. No 4T17, a concessão de crédito alcançou R\$12.068,6 milhões, com crescimento de 6,1% ou R\$691,7 milhões na comparação com o 4T16 e de 18,8% ou R\$1.907,6 milhões em relação ao 3T17.

TABELA 16: COMPOSIÇÃO DOS VOLUMES CONCEDIDOS DE CRÉDITO POR LINHAS DE FINANCIAMENTO - R\$ MILHÕES

Operações de Crédito	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	4T17/ 3T17	2017/ 2016
Câmbio	1.061,0	1.091,0	220,5	238,1	309,5	292,9	194,5	-7,4%	-2,7%
Comercial ⁽¹⁾	40.684,3	37.695,3	11.004,3	9.326,9	10.719,2	9.633,9	10.353,2	18,0%	7,9%
Pessoa Física	24.173,9	19.004,4	6.747,8	5.444,9	6.752,4	5.228,9	5.399,4	23,9%	27,2%
Pessoa Jurídica	16.510,4	18.690,9	4.256,5	3.882,0	3.966,9	4.405,0	4.953,8	9,6%	-11,7%
Leasing	8,1	15,6	2,3	2,4	1,6	1,8	2,3	-2,8%	-48,1%
Financiamento de Longo Prazo	382,3	672,1	145,6	51,8	94,4	90,4	146,8	181,2%	-43,1%
Financiamento Imobiliário	656,5	494,5	210,8	132,9	176,6	136,2	176,7	58,6%	32,8%
Financiamento Rural	1.702,9	1.601,6	485,2	408,9	450,3	358,6	503,4	18,7%	6,3%
Total	44.495,2	41.570,1	12.068,6	10.161,0	11.751,6	10.513,9	11.376,9	18,8%	7,0%

(1) O volume concedido não inclui valores a faturar/debitar de cartões de crédito e débito.

Na comparação entre os anos de 2017 vs 2016, a ampliação do volume concedido proveio, principalmente, da elevação da carteira comercial, em 7,9% ou R\$2.989,0 milhões, face à concessão às pessoas físicas, do incremento no financiamento imobiliário, em 32,8% ou R\$162,0 milhões, e do financiamento rural, em 6,3% ou R\$101,3 milhões, movimento minimizado, parcialmente, pela redução do volume concedido em financiamentos de longo prazo em 43,1% ou R\$289,9 milhões.

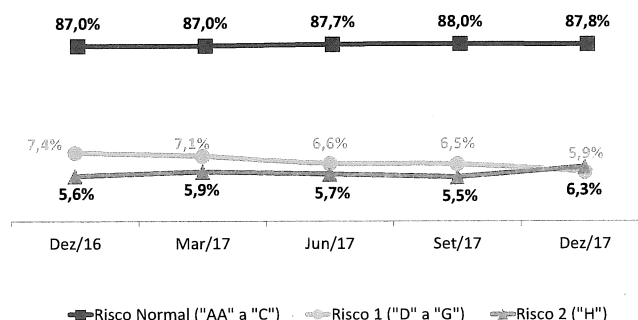
No comparativo entre 4T17 vs 4T16, a trajetória da concessão de crédito proveio, especialmente, do acréscimo do volume concedido na carteira comercial, em 6,3% ou R\$651,0 milhões, devido ao segmento de pessoa física.

Em relação ao último trimestre, a expansão na concessão de crédito reflete, principalmente, o crescimento dos volumes concedidos na carteira comercial, em 18,0% ou R\$1.677,3 milhões, face, em especial, às operações de adiantamento do 13º salário de 2017 dos servidores do Estado.

Composição do Crédito por Rating

As operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, representavam 87,8% da carteira de crédito em dezembro de 2017. O indicador apresentou ampliação de 0,8 pp. frente à posição registrada em dezembro de 2016 e redução de 0,2 pp. na comparação com setembro de 2017.

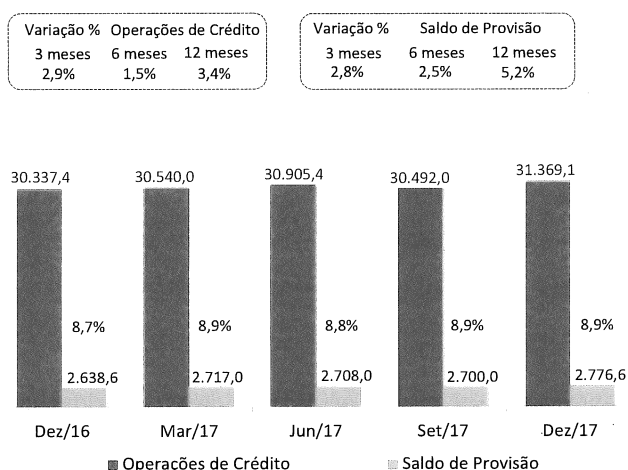
Gráfico 7: Carteira de Crédito por Níveis de Risco (%)



Provisão para Operações de Crédito

As provisões para perdas com operações de crédito alcançaram R\$2.776,6 milhões em dezembro de 2017, representando 8,9% da carteira de crédito. O indicador aumentou 0,2 pp. frente ao índice de dezembro de 2016, e se manteve estável em relação a setembro de 2017. A variação no saldo de provisões para operações de crédito nos períodos analisados reflete a rolagem da carteira por *rating* e o aumento do saldo da carteira de crédito.

Gráfico 8: Composição da Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



A provisão para perdas com créditos, em dezembro de 2017, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, e complementos:

- (i) R\$1.008,9 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias;
- (ii) R\$1.680,5 milhões para contratos vincendos ou que apresentavam parcelas vencidas há menos de 60 dias;
- (iii) R\$87,2 milhões referentes à provisão excedente ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, constituída em função da análise periódica da qualidade do cliente efetuada pela administração, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

TABELA 17: SALDO DAS PROVISÕES PARA PERDAS - R\$ MILHÕES

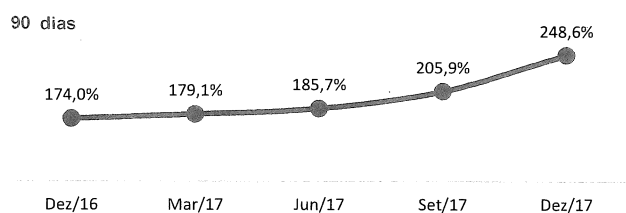
Níveis de Risco	Provisão Requerida %	Carteira Total	Participação Relativa Acumulada %	Créditos Vencidos	Créditos a Vencer	Provisão Mínima		Provisão Adicional	Provisão Total	Provisão sobre a Carteira %
						Vencidos	A Vencer			
AA	0,0%	3.475,7	11,08%	-	3.475,7	-	-	-	-	0,00%
A	0,5%	19.357,6	72,79%	-	19.357,6	-	96,8	19,4	116,1	0,60%
B	1,0%	3.324,1	83,39%	-	3.324,1	-	33,2	6,6	39,9	1,20%
C	3,0%	1.385,8	87,80%	30,5	1.355,3	0,9	40,7	20,8	62,4	4,50%
D	10,0%	946,5	90,82%	86,4	860,1	8,6	86,0	18,9	113,6	12,00%
E	30,0%	342,5	91,91%	87,2	255,3	26,2	76,6	6,9	109,6	32,00%
F	50,0%	235,3	92,66%	82,0	153,3	41,0	76,6	4,7	122,4	52,00%
G	70,0%	329,5	93,71%	112,0	217,5	78,4	152,3	9,9	240,6	73,00%
H	100,0%	1.972,1	100,00%	853,8	1.118,3	853,8	1.118,3	-	1.972,1	100,00%
Total		31.369,1		1.251,9	30.117,2	1.008,9	1.680,5	87,2	2.776,6	8,85%

ÍNDICE DE COBERTURA

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas com créditos e o saldo das operações vencidas acima de 90 dias, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência.

Em dezembro de 2017, o índice de cobertura das operações em atraso acima de 90 dias atingiu 248,6%, maior que os indicadores de dezembro de 2016 e de setembro de 2017. O aumento do indicador nos períodos analisados reflete o crescimento do volume de provisões, requisitado em função da rolagem da carteira por *rating*, num contexto de redução no montante de operações de crédito em atraso.

Gráfico 9: Índice de Cobertura

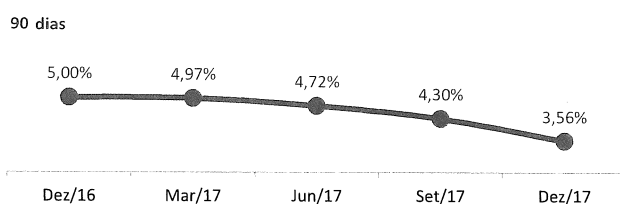


ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas.

A inadimplência acima de 90 dias alcançou 3,56% das operações de crédito em dezembro de 2017, e apresentou redução de 1,44 pp. em doze meses e de 0,74 pp. no último trimestre. O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias alcançou R\$1.117,0 milhões em dezembro de 2017, com retração de 26,4% ou R\$399,7 milhões em relação a dezembro de 2016 e de 14,8% ou R\$194,3 milhões na comparação com setembro de 2017.

Gráfico 10: Índice de Inadimplência



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, alcançaram R\$51.015,6 milhões em dezembro de 2017, com crescimento de 10,1% ou R\$4.664,6 milhões nos doze meses, e de 3,6% ou R\$1.763,6 milhões em três meses. A trajetória do saldo de recursos captados foi influenciada, em especial, pela expansão dos depósitos.

TABELA 18: COMPOSIÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS POR PRODUTO - R\$ MILHÕES

	Dez 2017	Set 2017	Jun 2017	Mar 2017	Dez 2016	Dez 2017/ Set 2017	Dez 2017/ Dez 2016
Depósitos Totais	47.084,6	45.380,3	44.352,6	43.075,4	42.539,7	3,8%	10,7%
Depósitos a Prazo	35.069,1	34.692,4	33.595,5	32.500,4	31.597,9	1,1%	11,0%
Depósitos à Vista	3.553,9	2.449,5	2.650,4	2.591,7	3.003,6	45,1%	18,3%
Depósitos de Poupança	8.312,5	8.067,9	7.844,7	7.705,5	7.608,2	3,0%	9,3%
Depósitos Interfinanceiros	149,1	170,5	261,9	277,9	329,9	-12,6%	-54,8%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	2.037,8	2.091,9	1.967,0	1.859,0	1.978,9	-2,6%	3,0%
Dívida Subordinada	1.893,1	1.779,7	1.883,0	1.760,3	1.832,4	6,4%	3,3%
Total	51.015,6	49.252,0	48.202,5	46.694,7	46.351,0	3,6%	10,1%
Recursos Administrados	10.588,5	11.416,4	11.159,0	10.698,2	10.013,6	-7,3%	5,7%
Total Recursos Captados e Administrados	61.604,1	60.668,3	59.361,6	57.392,9	56.364,6	1,5%	9,3%

(1) Letras Financeiras e Imobiliárias.

Depósitos Totais

Os depósitos totais somaram R\$47.084,6 milhões em dezembro de 2017, posição 10,7% ou R\$4.544,9 milhões acima do saldo de dezembro de 2016 e 3,8% ou R\$1.704,3 milhões acima do valor registrado em setembro de 2017. Nos doze meses, a expansão dos depósitos foi influenciada, especialmente, pelo crescimento dos depósitos a prazo e no último trimestre, pelos depósitos à vista.

Depósitos à Vista

Os depósitos à vista alcançaram R\$3.553,9 milhões em dezembro de 2017, com expansão de 18,3% ou R\$550,3 milhões nos doze meses e de 45,1% ou R\$1.104,4 milhões nos últimos três meses. A trajetória ascendente dos depósitos à vista no último trimestre foi influenciada pela sazonal ampliação da renda ao final do ano, refletindo no aumento dos recursos em conta corrente.

Depósitos de Poupança

Os depósitos de poupança alcançaram R\$8.312,5 milhões em dezembro de 2017, com crescimento de 9,3% ou R\$704,2 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2016 e de 3,0% ou R\$244,6 milhões na comparação com setembro de 2017.

Depósitos a Prazo

Os depósitos a prazo são o principal instrumento de captação do Banco. Em dezembro de 2017, o montante captado em depósitos a prazo alcançou R\$35.069,1 milhões, com aumento de 11,0% ou R\$3.471,2 milhões na comparação com dezembro de 2016 e de 1,1% ou R\$376,7 milhões em relação a setembro de 2017.

Dívida Subordinada

A dívida subordinada atingiu R\$1.893,1 milhões em dezembro de 2017, com crescimento de 3,3% ou R\$60,8 milhões nos doze meses e de 6,4% ou R\$113,4 milhões nos três meses, refletindo a variação cambial ocorrida nos períodos.

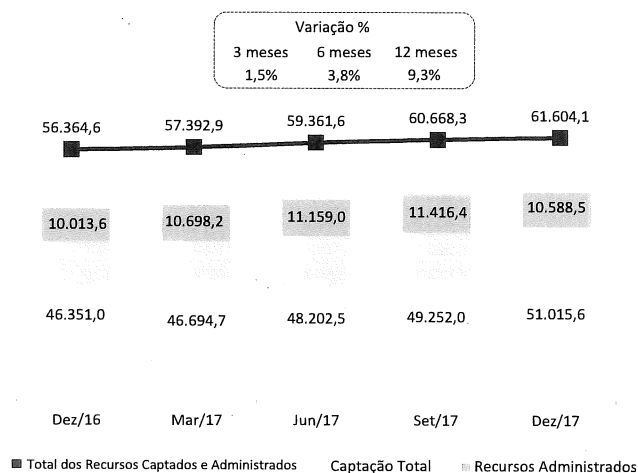
Recursos em Letras

O saldo de letras financeiras e imobiliárias alcançou R\$2.037,8 milhões em dezembro de 2017, com ampliação de 3,0% ou R\$58,9 milhões nos doze meses e retração de 2,6% ou R\$54,0 milhões em relação a setembro de 2017.

RECURSOS ADMINISTRADOS

Os recursos de terceiros administrados alcançaram R\$10.588,5 milhões em dezembro de 2017, com expansão de 5,7% ou R\$574,9 milhões em relação a dezembro de 2016 e retração de 7,3% ou R\$827,8 milhões na comparação com setembro de 2017. O Banrisul adota estratégia conservadora na gestão dos recursos de terceiros sob sua administração, primando pela liquidez das carteiras.

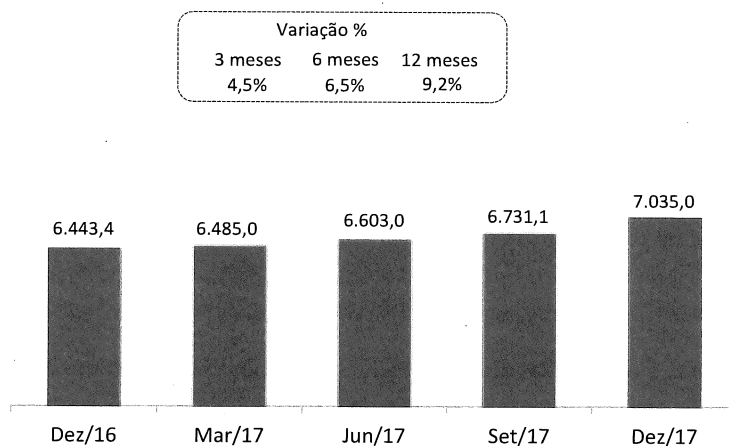
Gráfico 11: Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Banrisul totalizou R\$7.035,0 milhões ao final de dezembro de 2017, com elevação de 9,2% ou R\$591,6 milhões em relação a dezembro de 2016 e de 4,5% ou R\$303,9 milhões na comparação com setembro de 2017. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados, deduzidos os pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, além do remensuramento do passivo atuarial, em R\$51,2 milhões, ocorrido em dezembro de 2017, referente aos benefícios pós emprego (CPC 33 - R1), bem como em decorrência do ajuste de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior, conforme estabelece a Resolução nº 4.524/16 do CMN.

Gráfico 12: Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



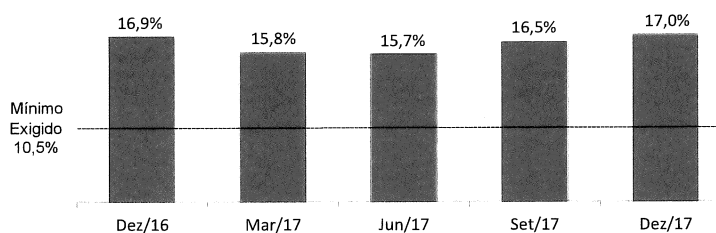
ÍNDICE DE BASILEIA

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015, a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco passou a ter como base o conglomerado prudencial. O patrimônio de referência (PR) alcançou R\$6.578,7 milhões em dezembro de 2017, com incremento de R\$57,2 milhões frente a dezembro de 2016, impactado pelo aumento de R\$234,8 milhões no Nível I, resultado da incorporação do lucro do período e dedução dos ajustes prudenciais, e da redução de R\$177,7 milhões na dívida subordinada registrada no Nível II. As deduções seguem a aplicação do cronograma de Basileia III para ajustes prudenciais e dívida subordinada. Na comparação com setembro de 2017, o PR apresentou crescimento de R\$258,1 milhões, face à incorporação do resultado do período no Capital de Nível I.

Os ativos ponderados pelo risco - RWA alcançaram R\$38.749,5 milhões em dezembro de 2017, com incremento de R\$270,1 milhões frente dezembro de 2016, influenciado, principalmente, pelo aumento de R\$1.079,6 milhões na parcela de risco operacional – RWA_{OPAD}, face ao ingresso de novos semestres na base de cálculo. A parcela do risco de crédito - RWA_{CPAD} apresentou redução de R\$608,9 milhões, decorrente da diminuição das exposições e da alocação em operações de menor risco, e a parcela de risco de mercado – RWA_{MPAD} apresentou retração de R\$200,6 milhões. Em relação a setembro de 2017, os ativos ponderados pelo risco apresentaram incremento de R\$544,5 milhões, em especial no risco de crédito, que aumentou R\$914,8 milhões, influenciado pelo incremento nas operações de crédito, e no risco de mercado, que registrou redução de R\$370,3 milhões, reflexo da retração na parcela da exposição cambial.

Considerando os valores realizados do patrimônio de referência e dos ativos ponderados pelo risco, o índice de Basileia atingiu 17,0% em dezembro de 2017, com incremento de 0,1 pp. frente a dezembro de 2016 e aumento de 0,5 pp. na comparação com setembro de 2017. Os índices de capital principal e de capital de nível I alcançaram 14,7% em dezembro de 2017, ambos superiores ao mínimo exigido, com incremento de 0,5 pp. em relação a dezembro de 2016. A razão de alavancagem, calculada para o mês de dezembro de 2017, alcançou 7,5%, com mínimo definido em 3% a vigorar em janeiro de 2018, conforme Resolução nº 4.615/17 do CMN.

Gráfico 13: Índice de Basileia



EVOLUÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

LUCRO LÍQUIDO

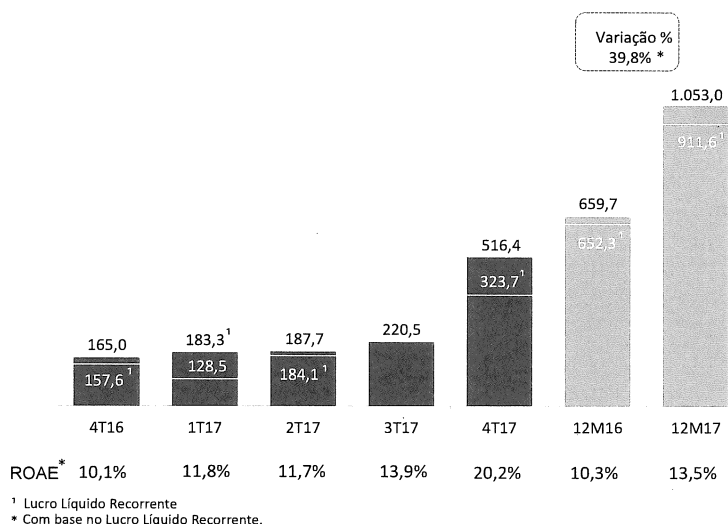
O lucro líquido alcançou R\$1.053,0 milhões e o resultado recorrente foi de R\$911,6 milhões no ano de 2017. O resultado do período foi impactado, pelo Plano de Aposentadoria Voluntária, Plano de Desligamento Voluntário, Convênio de Distribuição de Títulos de Capitalização e o Crédito Tributário - Plano Verão. Os eventos tratados, para fins de análise de resultado, como extraordinários, líquido dos efeitos fiscais, impactaram o resultado em R\$141,4 milhões.

O resultado recorrente de 2017 alcançou R\$911,6 milhões, com rentabilidade de 13,5% sobre o patrimônio líquido médio, e registrou ampliação de 39,8% ou R\$259,3 milhões sobre o resultado de 2016, num contexto de melhora gradual do ambiente de risco. O desempenho reflete, especialmente, a estabilidade de margem financeira, face à redução das despesas com juros, minimizada pela diminuição das receitas com juros; o menor fluxo de despesas com provisão para operações de crédito - PDD (R\$223,2 milhões); o crescimento das receitas de tarifas e serviços (R\$46,2 milhões); o aumento das despesas administrativas recorrentes (R\$169,1 milhões), principalmente de despesas relacionadas ao incremento nos negócios; e a evolução favorável de outras despesas/receitas operacionais recorrentes (R\$142,6 milhões), devido, em especial, ao menor fluxo de descontos concedidos em renegociações e à mudança da regra de contabilização do ajuste cambial sobre o patrimônio de agências no exterior.

No 4T17, o resultado recorrente alcançou R\$323,7 milhões, R\$166,0 milhões acima do registrado no 4T16. O desempenho no período reflete, em especial, crescimento da margem financeira (R\$86,7 milhões); retração das despesas com PDD (R\$49,6 milhões); redução das despesas administrativas, incluídas as de pessoal (R\$38,2 milhões); elevação das receitas de prestação de serviços e tarifas (R\$36,3 milhões); retração das outras despesas operacionais (R\$32,2 milhões); além de maior volume de IR e CSLL (R\$67,3 milhões).

Em relação ao lucro líquido do trimestre imediatamente anterior, o resultado recorrente do 4T17 apresentou crescimento de 46,8% ou R\$103,2 milhões. A evolução do período foi influenciada, especialmente, pela expansão da margem financeira (R\$154,2 milhões); pela redução das despesas de PDD (R\$22,9 milhões); e pelo aumento das receitas de prestação de serviços e tarifas (R\$26,9 milhões); minimizada, em parte, pela evolução desfavorável de outras receitas/despesas operacionais (R\$28,6 milhões); pela expansão das despesas administrativas, incluídas as de pessoal (R\$12,8 milhões); bem como pelo maior volume de IR e CSLL (R\$38,0 milhões).

Gráfico 14: Lucro Líquido - R\$ Milhões



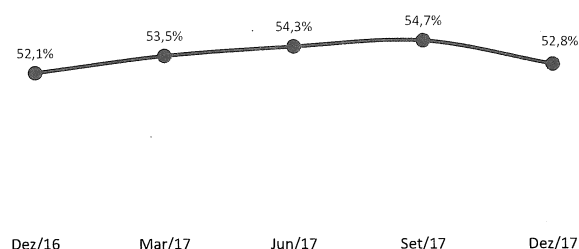
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 13,5% no ano de 2017, 3,2 pp. acima do retorno registrado no ano de 2016, refletindo um cenário que associa (i) estabilidade da margem financeira; (ii) redução das despesas com PDD; (iii) incremento de despesas administrativas; (iv) evolução favorável de outras despesas/receitas operacionais; (v) crescimento das receitas de tarifas e serviços.

Índice de Eficiência Recorrente

O Índice de eficiência recorrente alcançou 52,8% no ano de 2017 frente aos 52,1% registrados no ano de 2016. A trajetória do indicador de eficiência reflete o contexto de estabilidade da margem financeira, crescimento das receitas de serviços e tarifas e aumento das despesas administrativas, em especial, face ao incremento nos negócios.

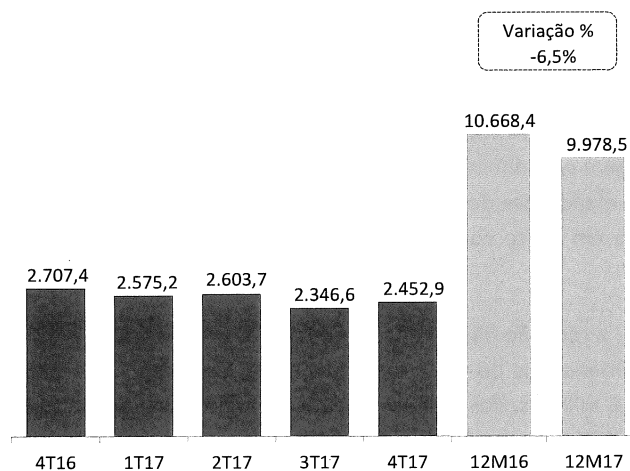
Gráfico 15: Índice de Eficiência Recorrente



RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

No ano de 2017, as receitas da intermediação financeira, R\$9.978,5 milhões, apresentaram decréscimo de 6,5% ou R\$689,9 milhões em relação ao ano de 2016. No 4T17, o total das receitas da intermediação financeira alcançou R\$2.452,9 milhões, com redução de 9,4% ou R\$254,5 milhões frente ao fluxo do 4T16 e aumento de 4,5% ou R\$106,3 milhões na comparação com o 3T17. A trajetória das receitas da intermediação financeira foi afetada pela redução da Taxa Selic efetiva e pela variação cambial.

Gráfico 16: Receitas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



A trajetória decrescente das receitas da intermediação financeira no ano de 2017 em relação ao ano anterior proveio da retração do resultado de TVM e derivativos, somado ao resultado de aplicações compulsórias, em R\$413,0 milhões, e da redução das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$345,6 milhões, movimento compensado, em parte, pela ampliação do resultado de operações de câmbio em R\$68,6 milhões.

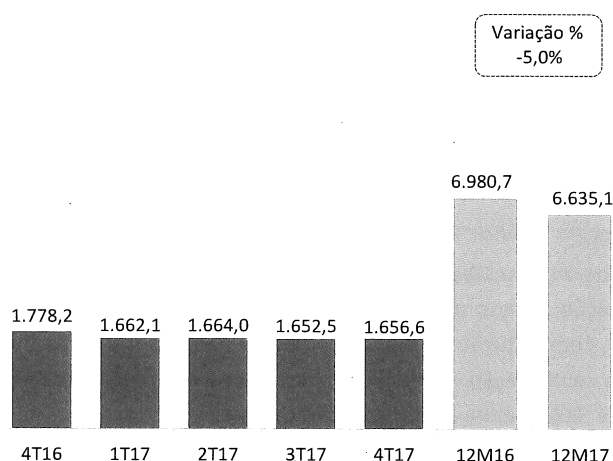
Na comparação entre 4T17 e 4T16, a diminuição das receitas da intermediação financeira decorreu do resultado de TVM e derivativos, somado o resultado de aplicações compulsórias, em R\$155,1 milhões, da queda das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$121,6 milhões, minimizada, em parte, pelo crescimento do resultado de câmbio em R\$22,3 milhões.

A expansão das receitas da intermediação financeira no último trimestre foi influenciada, principalmente, pelo crescimento do resultado de TVM e derivativos, em R\$121,2 milhões, e do resultado de câmbio, em R\$23,1 milhões, minimizado pela retração no resultado de aplicações compulsórias em R\$42,2 milhões.

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E VENDA OU TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$6.635,1 milhões no ano de 2017, 5,0% ou R\$345,6 milhões abaixo do montante contabilizado no ano de 2016. No 4T17, as receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros alcançaram R\$1.656,6 milhões, com redução de 6,8% ou R\$121,6 milhões na comparação com o 4T16 e relativa estabilidade, com acréscimo de R\$4,1 milhões em relação ao 3T17.

Gráfico 17: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros - R\$ Milhões



O decréscimo das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros nos doze meses proveio, principalmente, da diminuição das receitas do crédito comercial, em R\$293,9 milhões, impactada pela queda da Taxa Selic efetiva, que refletiu, especialmente, na redução de preços das operações da pessoa jurídica, por serem operações pós-fixadas, bem como pela retração do saldo da carteira comercial pessoa jurídica, num contexto de expansão do crédito comercial pessoa física. A trajetória decrescente das receitas de crédito foi influenciada também pela diminuição das receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo, em R\$70,6 milhões, face ao efeito base de comparação, e pela redução das receitas do crédito imobiliário, em R\$51,2 milhões, movimento em parte compensado pela expansão das receitas do crédito rural em R\$14,6 milhões.

Na comparação com o 4T16, a redução das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros do 4T17 foi influenciada, especialmente, pela retração das receitas do crédito comercial, em R\$85,6 milhões, das receitas do crédito imobiliário, em R\$19,3 milhões, e das rendas de operações de venda ou transferência de ativos em R\$10,5 milhões.

Em relação ao trimestre anterior, a trajetória das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros foi influenciada, principalmente, pela expansão das receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo, em R\$52,0 milhões, e das receitas dos financiamentos de longo prazo, em R\$6,0 milhões, compensado em parte pela queda das receitas do crédito comercial, em R\$33,3 milhões, e das receitas do crédito rural em R\$19,4 milhões.

Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

As receitas geradas pelo crédito comercial totalizaram R\$5.553,2 milhões no ano de 2017, 5,0% ou R\$293,9 milhões abaixo do montante registrado no ano de 2016. No 4T17, as receitas do crédito comercial alcançaram R\$1.365,5 milhões, com retração de 5,9% ou R\$85,6 milhões em relação ao fluxo do 4T16 e de 2,4% ou R\$33,3 milhões na comparação com o 3T17.

TABELA 19: RECEITAS DO CRÉDITO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA - R\$ MILHÕES

	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017/ 2016
Pessoa Física	3.998,7	3.762,4	1.036,2	1.020,3	994,6	947,6	946,6	6,3%
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	150,3	165,3	37,8	38,4	34,2	39,9	43,1	-9,1%
Cheque Especial	790,9	840,0	191,2	197,1	204,9	197,6	212,1	-5,8%
Crédito Consignado	2.318,3	1.908,5	630,3	604,8	564,8	518,4	490,1	21,5%
Crédito Pessoal - Não Consignado	571,2	694,1	136,3	138,2	147,9	148,7	159,0	-17,7%
Outros	168,1	154,5	40,6	41,7	42,9	43,0	42,2	8,8%
Pessoa Jurídica	1.554,6	2.084,7	329,3	378,5	399,1	447,6	504,4	-25,4%
Capital de Giro ⁽²⁾	897,0	1.204,7	182,7	220,6	229,4	264,3	293,4	-25,5%
Contas Devedoras	437,9	649,5	96,7	105,5	112,8	123,0	150,4	-32,6%
Compror/Vendor	18,9	25,5	4,2	4,2	5,3	5,2	5,9	-25,9%
Crédito no Exterior	7,2	10,2	1,6	1,8	1,9	2,0	2,3	-28,8%
Desconto de Recebíveis	61,4	96,1	12,6	13,7	16,8	18,3	21,8	-36,1%
Outros	132,1	98,8	31,5	32,7	32,9	34,9	30,6	33,8%
Total	5.553,2	5.847,2	1.365,5	1.398,8	1.393,8	1.395,2	1.451,0	-5,0%

(1) Refere-se à receita do cartão de crédito - rotativo.

(2) Reagrupamento de produtos.

A trajetória ascendente das receitas do crédito comercial pessoa física, nos períodos analisados, proveio, especialmente, da expansão das receitas do crédito consignado, face ao crescimento no saldo, minimizada pela retração das receitas do crédito pessoal e das rendas do cheque especial.

No que se refere às receitas do crédito comercial ao segmento empresarial, o decréscimo, nos períodos, proveio da retração das receitas de capital de giro e das contas devedoras. A diminuição dessas receitas foi impactada pela redução do saldo e da Taxa Selic efetiva, que refletiu, especialmente, nos preços das operações pós-fixadas do segmento empresarial.

TABELA 20: TAXAS MÉDIAS MENSIS DO CRÉDITO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Pessoa Física	2,75%	2,89%	2,63%	2,74%	2,77%	2,89%	2,99%
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	7,83%	10,27%	7,31%	7,40%	7,81%	8,81%	9,53%
Cheque Especial	11,98%	11,64%	12,04%	12,02%	11,94%	11,94%	11,97%
Crédito Consignado	2,01%	2,05%	1,95%	1,99%	2,03%	2,07%	2,07%
Crédito Pessoal - Não Consignado	4,68%	3,78%	4,38%	4,77%	4,81%	4,77%	4,57%
Outros	1,60%	1,58%	1,59%	1,60%	1,62%	1,60%	1,63%
Pessoa Jurídica	1,88%	2,15%	1,71%	1,86%	1,96%	2,00%	2,16%
Capital de Giro ⁽²⁾	1,58%	1,77%	1,42%	1,55%	1,66%	1,68%	1,83%
Contas Devedoras	4,45%	4,43%	4,21%	4,51%	4,56%	4,51%	4,53%
Compror/Vendor	1,83%	1,93%	1,78%	1,84%	1,82%	1,91%	2,00%
Desconto de Recebíveis	2,44%	2,64%	2,24%	2,41%	2,50%	2,59%	2,64%
Outros	1,04%	1,21%	0,97%	1,03%	1,09%	1,06%	1,21%
Total	2,44%	2,58%	2,33%	2,43%	2,48%	2,54%	2,64%

(1) Refere-se à taxa média mensal do cartão de crédito - rotativo.

(2) Reagrupamento de produtos.

As taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram redução de 0,14 pp. no comparativo 2017 vs 2016. Os produtos do crédito comercial à pessoa jurídica apresentaram retração de 0,27 pp. nas taxas médias mensais, no ano de 2017 em relação ao ano de 2016, e as taxas médias mensais dos produtos do crédito comercial à pessoa física apresentaram diminuição de 0,14 pp. no mesmo período.

As taxas médias mensais do crédito comercial ao segmento empresarial são influenciadas, em especial, pela trajetória da taxa básica de juros e pelas condições de competitividade, enquanto as taxas médias mensais da pessoa física carregam o efeito do estoque de operações pré-fixadas. As taxas médias mensais do produto cartão de crédito estão impactadas, no período, pelo crescimento das linhas de cartão consignado e pelas novas regras de pagamento do rotativo, dispostas na Resolução nº 4.549/17 do CMN, com validade desde 03 de abril de 2017.

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

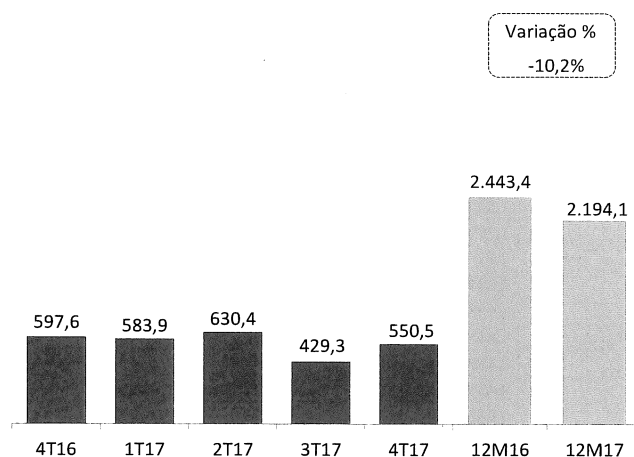
O resultado de operações com títulos e valores mobiliários (TVM) e instrumentos financeiros derivativos somou R\$2.194,1 milhões no ano de 2017, 10,2% ou R\$249,3 milhões abaixo do montante contabilizado no ano de 2016. No 4T17, o resultado de tesouraria alcançou R\$550,5 milhões, e registrou retração de 7,9% ou R\$47,1 milhões frente ao resultado apurado no 4T16 e acréscimo de 28,2% ou R\$121,2 milhões em relação ao 3T17.

A trajetória do resultado de tesouraria no ano de 2017 em relação ao ano de 2016 proveio, da retração do resultado de TVM, em R\$505,4 milhões, face à queda da Taxa Selic efetiva que passou de 14,02% em 2016 para 9,94% em 2017, minimizada pela ampliação do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em R\$256,1 milhões, face à variação cambial e à marcação a mercado dos contratos de derivativos, conforme metodologia de *hedge accounting* implementada para a minimização do impacto da variação cambial sobre a captação externa.

No 4T17, o resultado de tesouraria comparado ao valor registrado no 4T16 proveio da diminuição do resultado de TVM, em R\$212,5 milhões, impactada pela redução da Taxa Selic efetiva, 3,24% no 4T16 para 1,76% no 4T17, movimento minimizado, em parte, pelo crescimento do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em R\$165,3 milhões, face à marcação a mercado e à variação cambial do período.

A elevação do resultado de tesouraria na comparação com o trimestre anterior proveio do aumento do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em R\$161,2 milhões, face à marcação a mercado e variação cambial do período (valorização cambial de 4,24% no 3T17 e desvalorização cambial de 4,42% no 4T17), minimizado pela redução do resultado de TVM, em R\$40,0 milhões, impactada pela queda da Taxa Selic efetiva.

Gráfico 18: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - R\$ Milhões

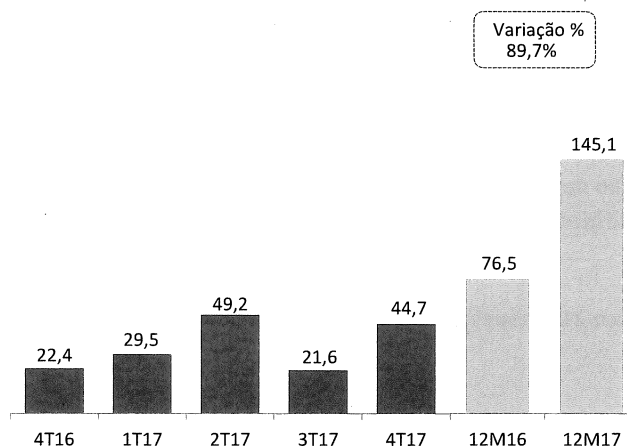


RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO

O resultado de operações de câmbio totalizou R\$145,1 milhões no ano de 2017, 89,7% ou R\$68,6 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2016. No 4T17, o resultado de câmbio alcançou R\$44,7 milhões, com crescimento de R\$22,3 milhões na comparação com o 4T16 e de R\$23,1 milhões em relação ao 3T17. As operações de câmbio no Banrisul são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação nas receitas é compensada, proporcionalmente, por variação nas despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

A trajetória do resultado de câmbio em doze meses, reflete a valorização cambial de 16,54% no ano de 2016 frente a desvalorização cambial de 1,50% no ano de 2017. No 4T17 vs 4T16, a evolução decorreu da desvalorização cambial de 0,40% no 4T16 frente à de 4,42% no 4T17. Em relação ao trimestre anterior, o resultado de câmbio foi afetado pela valorização cambial de 4,24% no 3T17.

Gráfico 19: Resultado de Operações de Câmbio - R\$ Milhões

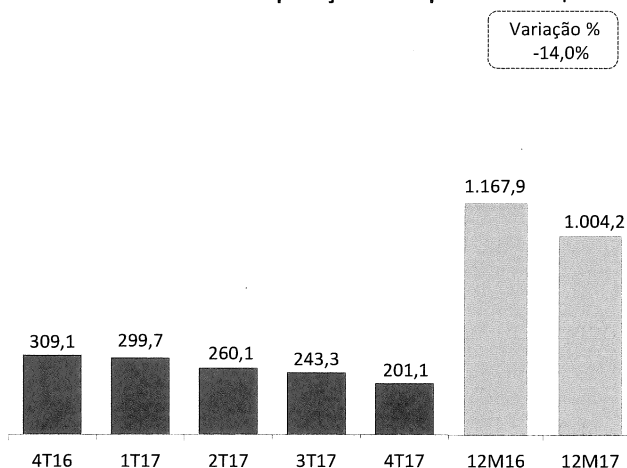


RESULTADO DAS APLICAÇÕES COMPULSÓRIAS

O resultado das aplicações compulsórias alcançou R\$1.004,2 milhões no ano de 2017, 14,0% ou R\$163,7 milhões abaixo do valor registrado em 2016. No 4T17, o resultado de aplicações compulsórias atingiu R\$201,1 milhões, com redução de 34,9% ou R\$108,0 milhões na comparação com o 4T16 e de 17,3% ou R\$42,2 milhões em relação ao 3T17.

A diminuição do resultado das aplicações compulsórias nos três períodos analisados proveio, especialmente, da retração da Taxa Selic efetiva, num contexto de expansão do saldo de créditos vinculados aos recolhimentos compulsórios no Bacen.

Gráfico 20: Resultado das Aplicações Compulsórias - R\$ Milhões



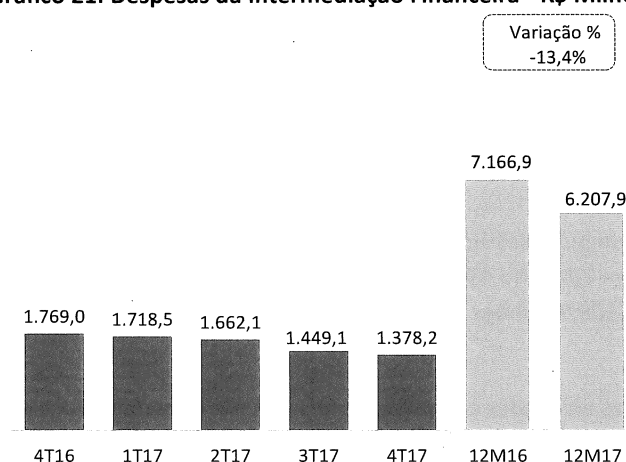
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

As despesas da intermediação financeira somaram R\$6.207,9 milhões no ano de 2017, com diminuição de 13,4% ou R\$959,0 milhões sobre o valor alcançado em 2016. No 4T17, as despesas da intermediação financeira alcançaram R\$1.378,2 milhões, com decréscimo de 22,1% ou R\$390,7 milhões na comparação com o 4T16 e de 4,9% ou R\$70,8 milhões em relação ao 3T17.

O decréscimo das despesas da intermediação financeira, em doze meses, bem como no comparativo 4T17 vs 4T16, decorreu da diminuição das despesas de captação no mercado, face à queda da Taxa Selic efetiva, e das despesas de provisão para operações de crédito, movimento parcialmente compensado pela expansão das despesas com empréstimos, cessões e repasses, impactada pela variação cambial do período.

No último trimestre, a redução das despesas da intermediação financeira decorreu da retração das despesas de captação no mercado, das despesas de provisão para operações de crédito e das despesas com empréstimos, cessões e repasses.

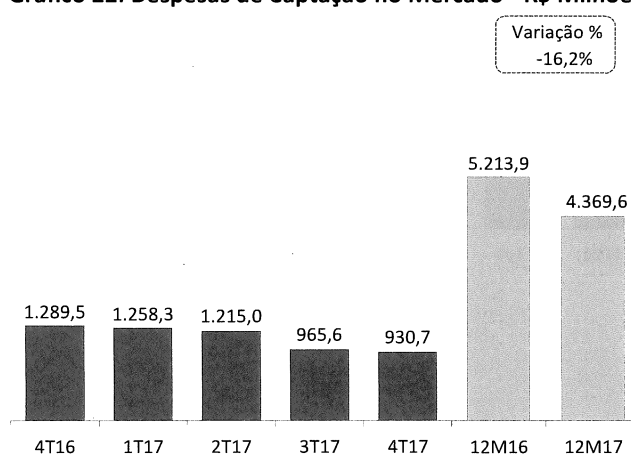
Gráfico 21: Despesas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



DESPESAS DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

As despesas de captação no mercado somaram R\$4.369,6 milhões no ano de 2017, 16,2% ou R\$844,3 milhões abaixo do montante de 2016. No 4T17, as despesas de captação no mercado alcançaram R\$930,7 milhões, 27,8% ou R\$358,9 milhões abaixo do registrado no 4T16 e 3,6% ou R\$35,0 milhões inferior ao alcançado no 3T17.

Gráfico 22: Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões



A redução das despesas de captação na comparação entre os anos de 2017 e 2016 proveio, especialmente, da retração das despesas com depósitos a prazo, em R\$538,1 milhões, da redução das despesas com operações compromissadas, em R\$285,4 milhões, do decréscimo das despesas dos recursos em letras, em R\$104,3 milhões, e da retração das despesas com poupança, em R\$90,8 milhões, trajetória compensada em parte pela expansão das despesas da dívida subordinada, em R\$198,0 milhões, impactada pelo custo, variação cambial e marcação a mercado da obrigação. A diminuição da Taxa Selic efetiva, que referencia maior parte da captação, foi fator determinante para a trajetória das despesas no período.

Na comparação entre 4T17 vs 4T16, a trajetória das despesas de captação no mercado foi influenciada, principalmente, pelo decréscimo das despesas com depósitos a prazo, em R\$332,3 milhões, das despesas com operações compromissadas, em R\$90,4 milhões, e das despesas com poupança, em R\$37,0 milhões, trajetória compensada pela expansão das despesas da dívida subordinada, em R\$123,3 milhões, impactada pelo custo, variação cambial e marcação a mercado da obrigação.

No último trimestre, a trajetória decrescente das despesas de captação no mercado decorreu, especialmente, da retração das despesas de depósitos a prazo, em R\$136,6 milhões, das despesas com operações compromissadas, em R\$23,0 milhões, e das despesas com poupança, em R\$13,5 milhões, movimento minimizado, em parte, pelo crescimento das despesas da dívida subordinada, em R\$146,9 milhões, face à marcação à mercado e variação cambial da obrigação. A trajetória das despesas foi influenciada pela redução da Taxa Selic efetiva no período.

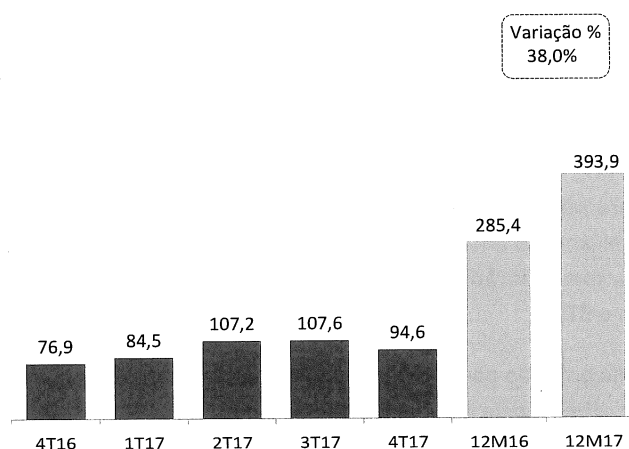
DESPESAS DE EMPRÉSTIMOS, CESSÕES E REPASSES

As despesas de empréstimos, cessões e repasses totalizaram R\$393,9 milhões no ano de 2017, 38,0% ou R\$108,5 milhões acima do montante alcançado em 2016. No 4T17, as despesas de empréstimos, cessões e repasses alcançaram R\$94,6 milhões, 23,1% ou R\$17,8 milhões superior ao 4T16 e 12,1% ou R\$13,0 milhões inferior ao valor registrado no 3T17.

A trajetória ascendente das despesas de empréstimos, cessões e repasses nos comparativos 2017 vs 2016 e 4T17 vs 4T16 proveio, especialmente, da ampliação das despesas com repasses em moeda estrangeira, impactada pela variação cambial dos períodos.

A variação das despesas de empréstimos, cessões e repasses reflete a contabilização ocorrida no 3T17, de correção monetária e encargos de operações securitizadas, bem como o crescimento das despesas com repasses em moeda estrangeira, face à variação cambial do 4T17.

Gráfico 23: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses - R\$ Milhões



CUSTO DE CAPTAÇÃO

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, ajustados pelo resultado de instrumentos financeiros derivativos, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação, os depósitos, a captação no mercado aberto, os recursos de aceites e emissão de títulos e a dívida subordinada líquida do resultado gerado pela marcação a mercado do *swap*, associados, diretamente, às respectivas despesas para o cálculo do custo médio.

O preço médio da captação alcançou 1,59% no 4T17, abaixo da taxa de 1,99% do 3T17 e inferior aos 2,74% do 4T16, em linha com as oscilações da Taxa Selic efetiva, que referencia a maioria da captação. Os itens de maior relevância na composição dos custos foram os depósitos a prazo, poupança e operações compromissadas. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic alcançou 90,03% no 4T17, incremento de 1,99 pp. na comparação com o índice do 3T17 e ampliação de 5,57 pp. frente ao indicador obtido no 4T16.

O custo médio dos depósitos a prazo, cujo saldo representa 63,3% do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, alcançou 1,61% no 4T17, com redução de 0,43 pp. em relação ao 3T17 e de 1,26 pp. na comparação com o 4T16. A proporcionalidade dos custos dos depósitos a prazo em relação à Taxa Selic atingiu 91,39% no 4T17, aumento de 1,03 pp. frente ao registrado no 3T17 e ampliação de 2,82 pp. na comparação com o 4T16.

O custo médio da dívida subordinada, ajustado pelo resultado de instrumentos derivativos associados, alcançou 2,88% no 4T17, 0,96 pp. abaixo do custo obtido no 3T17 e 2,33 pp. inferior ao registrado no 4T16, influenciado pela variação cambial e marcação a mercado dos contratos.

TABELA 21: CUSTO DE CAPTAÇÃO - R\$ MILHÕES E %

	4T17			3T17			4T16		
	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos à Vista	2.857,5	-	-	2.537,1	-	-	2.681,9	-	-
Depósitos de Poupança	8.192,9	(108,9)	1,33%	7.994,3	(122,4)	1,53%	7.560,5	(145,9)	1,93%
Depósitos a Prazo	34.781,3	(559,7)	1,61%	34.167,1	(696,3)	2,04%	31.036,8	(892,0)	2,87%
Depósitos Interfinanceiros	152,2	(2,2)	1,47%	177,0	(3,4)	1,92%	405,2	(10,1)	2,49%
Despesas de Contribuição FGC	-	(17,2)	-	-	(16,8)	-	-	(15,7)	-
Operações Compromissadas	5.008,9	(92,2)	1,84%	5.018,1	(115,2)	2,30%	5.446,5	(182,6)	3,35%
Obrigação Depósito Especial de Fundos e Programas	8,0	(0,0)	0,01%	7,8	(0,0)	0,12%	5,5	(0,0)	0,34%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.074,4	(37,0)	1,78%	2.073,7	(44,9)	2,17%	1.932,7	(53,2)	2,75%
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	1.864,7	(53,7)	2,88%	1.770,8	(68,0)	3,84%	1.836,3	(95,7)	5,21%
Saldo Médio Total / Despesa Total	54.939,9	(870,9)	1,59%	53.745,9	(1.067,1)	1,99%	50.905,4	(1.395,2)	2,74%
Selic			1,76%			2,26%			3,24%
Custo Médio / Selic			90,03%			88,04%			84,46%
Custo Depósito a Prazo / Selic			91,39%			90,36%			88,57%

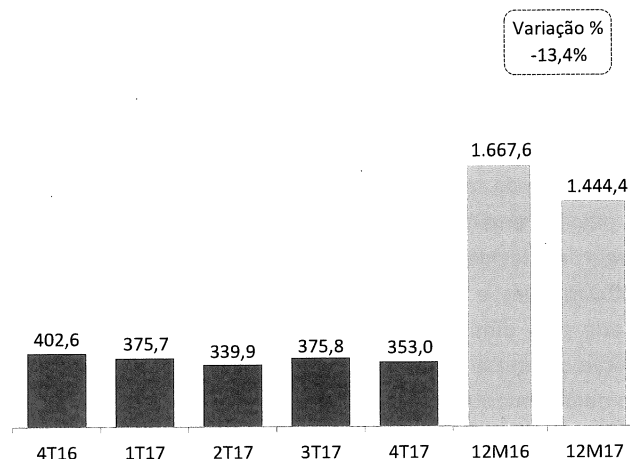
(1) Ajustada pelos ganhos e perdas de instrumentos de *hedge* (*swap*).

DESPESAS DE PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As despesas de provisão para operações de crédito somaram R\$1.444,4 milhões no ano de 2017, 13,4% ou R\$223,2 milhões abaixo do alcançado em 2016. No 4T17, as despesas de provisão para operações de crédito alcançaram R\$353,0 milhões, com redução de 12,3% ou R\$49,6 milhões em relação ao 4T16 e de 6,1% ou R\$22,9 milhões na comparação com o 3T17.

O decréscimo das despesas de provisão para operações de crédito, nos períodos analisados, foi influenciado pela rolagem da carteira por *rating* e pela diminuição dos atrasos.

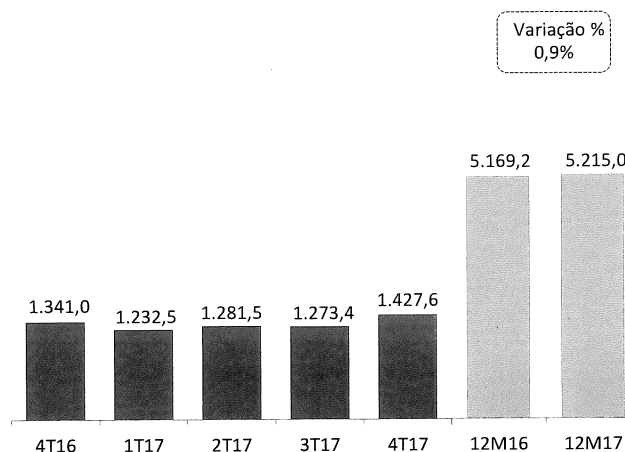
Gráfico 24: Despesas de Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira totalizou R\$5.215,0 milhões no ano de 2017, apresentando relativa estabilidade, com acréscimo de R\$45,8 milhões em relação ao ano de 2016. No 4T17, a margem financeira somou R\$1.427,6 milhões, registrando expansão de 6,5% ou R\$86,7 milhões na comparação com o 4T16 e de 12,1% ou R\$154,2 milhões no último trimestre.

Gráfico 25: Margem Financeira - R\$ Milhões



Numa visão gerencial, a evolução da margem é considerada em termos de rubricas afetadas por juros e rubricas impactadas por variação cambial. A relativa estabilidade da margem financeira do ano de 2017 frente ao ano de 2016 resultou, especialmente, da retração das despesas de captação, em R\$1.042,2 milhões, e do menor fluxo de despesas com rubricas afetadas por variação cambial, em R\$37,4 milhões, compensada, em grande parte, pela diminuição do resultado de TVM somado ao de aplicações compulsórias, em R\$669,1 milhões, e das receitas de crédito em R\$370,0 milhões.

Em relação ao 4T16, a expansão da margem financeira do 4T17 reflete a diminuição das despesas de captação, em R\$482,2 milhões, e o menor fluxo de despesas com rubricas afetadas por variação cambial, em R\$38,6 milhões, compensada, parcialmente, pela retração do resultado de TVM somado ao de aplicações compulsórias, em R\$320,5 milhões, e das receitas de crédito em R\$130,1 milhões.

Na comparação com o trimestre anterior, o crescimento da margem financeira reflete, especialmente, a retração das despesas de captação, em R\$181,8 milhões, e das despesas de operações de empréstimos e repasses, em R\$45,4 milhões, trajetória parcialmente compensada pelo decréscimo do resultado de TVM somado ao de aplicações compulsórias em R\$82,2 milhões.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

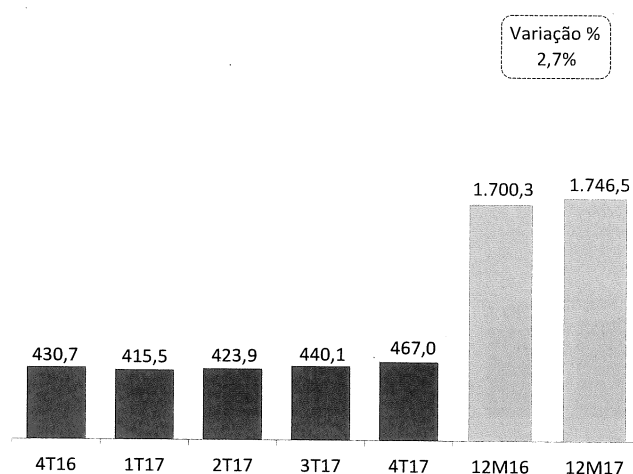
As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$1.746,5 milhões no ano de 2017, 2,7% ou R\$46,2 milhões acima do montante registrado no ano de 2016. No 4T17, as receitas de serviços e tarifas alcançaram R\$467,0 milhões, com ampliação de 8,4% ou R\$36,3 milhões em relação ao 4T16 e de 6,1% ou R\$26,9 milhões frente ao 3T17.

A trajetória das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias no ano de 2017 frente ao ano de 2016 foi influenciada, especialmente, pelo incremento das receitas de tarifas de conta corrente, em R\$34,8 milhões, pela ampliação das receitas de seguros, previdência e capitalização, em R\$28,0 milhões, pela elevação das receitas de débito em conta, em R\$10,0 milhões, e pelo aumento das receitas de taxas de administração de consórcios, em R\$8,6 milhões, minimizada pela diminuição das receitas da rede de adquirência, em R\$52,3 milhões, refletindo o efeito da diminuição do faturamento pela saída de facilitador de grande porte, que passou a operar no mercado como instituição de pagamento.

Na comparação 4T17 vs 4T16, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias apresentaram ampliação influenciada, especialmente, pelo incremento das receitas da rede de adquirência, em R\$9,0 milhões, das receitas de tarifas de conta corrente, em R\$8,1 milhões, das receitas de seguros, previdência e capitalização, em R\$7,1 milhões, e das receitas de cartão de crédito em R\$4,4 milhões.

No último trimestre, o acréscimo foi motivado, especialmente, pela elevação das receitas da rede de adquirência, em R\$19,0 milhões, das receitas de cartão de crédito, em R\$4,9 milhões, e das receitas de tarifas de conta corrente em R\$2,8 milhões.

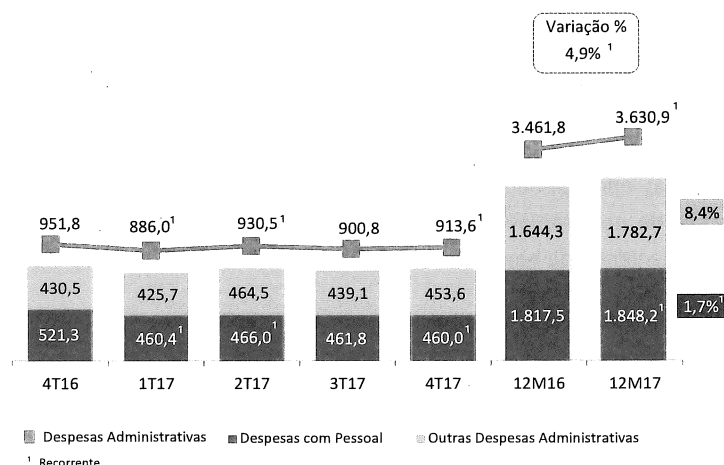
Gráfico 26: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias - R\$ Milhões



DESPESAS ADMINISTRATIVAS RECORRENTES

As despesas administrativas recorrentes alcançaram R\$3.630,9 milhões no ano de 2017, valor 4,9% ou R\$169,1 milhões acima das despesas do ano de 2016. No 4T17, as despesas administrativas recorrentes somaram R\$913,6 milhões, com diminuição de 4,0% ou R\$38,2 milhões em relação ao 4T16 e expansão de 1,4% ou R\$12,8 milhões na comparação com as despesas do 3T17.

Gráfico 27: Despesas Administrativas Recorrentes - R\$ Milhões



As despesas de pessoal recorrentes não incluem os custos com o Plano de Aposentadoria Voluntária – PAV e com o Plano de Desligamento Voluntário – PDV, eventos tratados como extraordinários. O PAV, lançado em fevereiro/17 com saída até 30/06/2017, foi disponibilizado para empregados aposentados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, ou aptos para tanto. No período, foram desligados 664 empregados. O custo mensal da folha de pagamento desses empregados somava R\$11,5 milhões. Já o PDV, com adesão até 8/12/2017, foi destinado aos 484 empregados lotados, na data limite de 30/09/2017, nas agências/unidades vinculadas às Superintendências Regionais de Santa Catarina e outros estados, em virtude da reestruturação dos negócios do Banco nessas regiões. Até 31/12/2017, 56 empregados aderiram ao PDV. Os custos contabilizados, no âmbito do PAV e PDV, somaram R\$93,9 milhões em 2017.

As despesas de pessoal recorrentes totalizaram R\$1.848,2 milhões no ano de 2017. Comparadas ao total de despesas de pessoal de 2016, apresentaram ampliação de 1,7% ou R\$30,7 milhões, impactada, principalmente, pelos acordos coletivos de 2016 e 2017 da categoria e pela saída de empregados no âmbito do PAV. Outras despesas administrativas alcançaram R\$1.782,7 milhões no ano de 2017, com crescimento de 8,4% ou R\$138,4 milhões frente às despesas apuradas no ano de 2016, influenciado, especialmente, pelo incremento de despesas com serviços de terceiros, em R\$47,6 milhões, devido, em especial, ao negócio de correspondentes, de despesas com amortização e depreciação, em R\$40,3 milhões, face à amortização da compra dos serviços de folha de pagamento de servidores públicos, com serviços técnicos especializados, em R\$35,8 milhões, face, em especial, a serviços de consultoria, e com propaganda, promoção e publicidade, em R\$12,1 milhões, motivado pelas propagandas institucionais nas mídias.

No 4T17, as despesas de pessoal recorrentes somaram R\$460,0 milhões, com retração de 11,7% ou R\$61,3 milhões em relação às despesas de pessoal do 4T16. Outras despesas administrativas somaram R\$453,6 milhões, com acréscimo de 5,4% ou R\$23,0 milhões frente ao 4T16 influenciado, principalmente, pelo aumento das despesas com serviços técnicos especializados, em R\$20,5 milhões, e com despesas com serviços de terceiros, em R\$7,3 milhões, movimento minimizado, em parte, pela redução das despesas com propaganda, promoção e publicidade em R\$9,5 milhões.

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas de pessoal recorrentes apresentaram relativa estabilidade, com redução de R\$1,7 milhão. Outras despesas administrativas apresentaram expansão de 3,3% ou R\$14,5 milhões, influenciada, especialmente, pelo crescimento das despesas com serviços de terceiros, em R\$10,8 milhões, das despesas com serviços técnicos especializados, em R\$5,1 milhões, e de despesas com amortização e depreciação, em R\$4,3 milhões, trajetória compensada, em parte, pelo decréscimo das despesas com propaganda, promoção e publicidade em R\$6,2 milhões.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS RECORRENTES

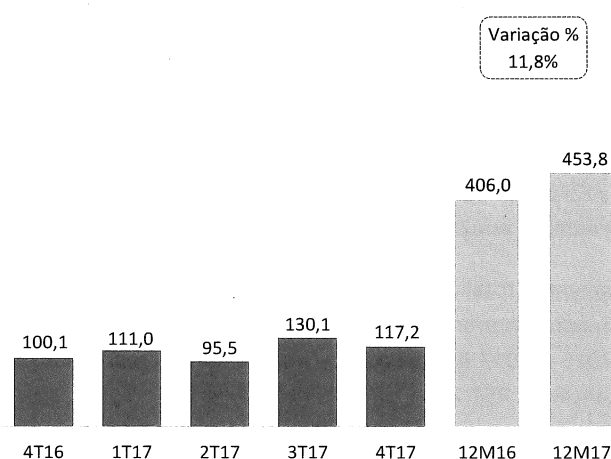
Outras receitas operacionais recorrentes somaram R\$453,8 milhões no ano de 2017, 11,8% ou R\$47,8 milhões acima do montante registrado no ano de 2016. No 4T17, outras receitas operacionais recorrentes atingiram R\$117,2 milhões, com crescimento de 17,1% ou R\$17,1 milhões frente ao valor alcançado no 4T16 e redução de 9,9% ou R\$12,9 milhões em relação ao 3T17.

A elevação de outras receitas operacionais recorrentes, na comparação 2017 vs 2016, ocorreu em função da contabilização de reversão de provisão vinculada ao programa de fidelidade - Banriclub de Vantagens, em R\$17,9 milhões, e do lucro na venda de bens e participação societária em R\$23,4 milhões.

A trajetória crescente de outras receitas operacionais recorrentes no 4T17 vs 4T16 foi influenciada, principalmente, pelo incremento das receitas de comissão e taxas sobre seguro e capitalização, em R\$6,2 milhões, e das receitas de recuperação de encargos e despesas em R\$4,0 milhões.

No último trimestre, a retração de outras receitas operacionais recorrentes decorreu, principalmente, da redução das receitas de reversão de provisões para pagamentos a efetuar em R\$12,0 milhões.

Gráfico 28: Outras Receitas Operacionais Recorrentes - R\$ Milhões



OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

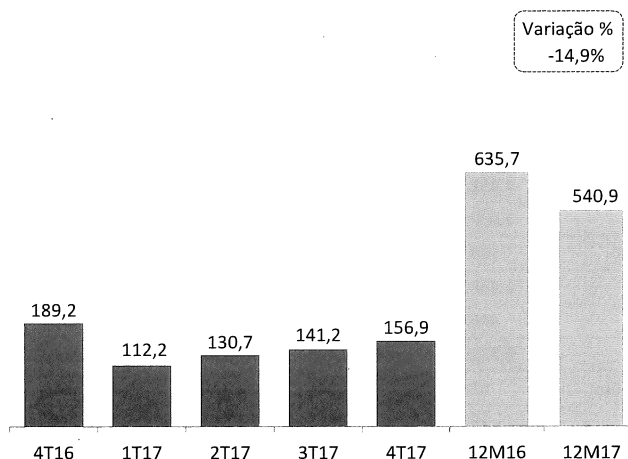
Outras despesas operacionais alcançaram R\$540,9 milhões no ano de 2017, 14,9% ou R\$94,8 milhões abaixo do valor registrado no ano de 2016. No 4T17, outras despesas operacionais somaram R\$156,9 milhões, 17,0% ou R\$32,2 milhões inferior ao valor contabilizado no 4T16 e 11,1% ou R\$15,7 milhões superior ao valor registrado no 3T17.

A retração de outras despesas operacionais comparando-se 2017 vs 2016 proveio, especialmente, do menor fluxo de despesas com descontos concedidos em renegociações, em R\$101,7 milhões, e da redução das despesas de ajuste cambial (em 2016, lançadas contra resultado; em 2017, contra patrimônio líquido), em R\$57,5 milhões, minimizada, em parte, pelo crescimento das despesas com provisões para bens não de uso em R\$26,4 milhões.

No comparativo 4T17 vs 4T16, o decréscimo das outras despesas operacionais proveio, especialmente, do menor fluxo de despesas com descontos concedidos em renegociações, em R\$76,9 milhões, movimento minimizado, em parte, pelo aumento de despesas com provisões para bens não de uso, em R\$31,1 milhões, e de despesas com provisões para ações cíveis em R\$11,1 milhões.

No último trimestre, a ampliação das outras despesas operacionais refletiu, especialmente, o crescimento de despesas com provisões para bens não de uso, em R\$30,7 milhões, o maior fluxo de despesas com descontos concedidos em renegociações, em R\$7,8 milhões, e o crescimento de despesas com provisões para ações cíveis, em R\$4,4 milhões, minimizada, em parte, pelo menor fluxo das despesas com provisões trabalhistas em R\$29,7 milhões.

Gráfico 29: Outras Despesas Operacionais - R\$ Milhões



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO

TABELA 22: BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO – R\$ MILHARES

Ativo	Dez 2017	Set 2017	Jun 2017	Mar 2017	Dez 2016	Dez 2017/ Dez 2016	Dez 2017/ Set 2017
Circulante e Realizável a Longo Prazo	71.757.481	69.784.914	68.945.595	67.333.905	67.455.010	6,4%	2,8%
Disponibilidades	801.704	794.486	776.057	811.382	937.520	-14,5%	0,9%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	628.744	2.478.264	901.753	659.415	1.808.192	-65,2%	-74,6%
Títulos e Val. Mobiliários e Inst. Financ. Derivativos	24.188.904	21.746.917	22.715.050	22.088.309	21.461.887	12,7%	11,2%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	12.245.331	12.153.184	11.388.765	11.467.867	10.861.117	12,7%	0,8%
Operações de Crédito	28.490.034	27.755.733	28.013.314	27.573.480	27.150.016	4,9%	2,6%
Provisão para Operações de Crédito	(2.674.934)	(2.610.120)	(2.591.281)	(2.600.350)	(2.510.678)	6,5%	2,5%
Operações de Arrendamento Mercantil	44.146	45.812	46.145	50.642	54.277	-18,7%	-3,6%
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil	(5.973)	(5.587)	(6.093)	(7.117)	(6.681)	-10,6%	6,9%
Outros Créditos	8.070.312	7.387.891	7.683.815	7.252.379	7.669.521	5,2%	9,2%
Provisão para Outros Créditos	(174.353)	(142.820)	(168.839)	(167.484)	(178.759)	-2,5%	22,1%
Outros Valores e Bens	143.566	181.154	186.909	205.382	208.598	-31,2%	-20,7%
Permanente	1.529.910	1.537.521	1.557.180	1.555.929	1.583.476	-3,4%	-0,5%
Investimentos	116.876	112.971	105.985	99.462	102.850	13,6%	3,5%
Imobilizado de Uso	181.840	174.851	169.470	168.590	171.197	6,2%	4,0%
Intangível	1.231.194	1.249.699	1.281.725	1.287.877	1.309.429	-6,0%	-1,5%
Total do Ativo	73.287.391	71.322.435	70.502.775	68.889.834	69.038.486	6,2%	2,8%
Passivo	Dez 2017	Set2017	Jun2017	Mar2017	Dez2016	Dez2017/ Dez2016	Dez2017/ Set2017
Circulante e Exigível a Longo Prazo	66.252.366	64.591.351	63.899.748	62.404.882	62.595.060	5,8%	2,6%
Depósitos	47.084.589	45.380.328	44.352.552	43.075.409	42.539.665	10,7%	3,8%
Depósitos à Vista	3.553.902	2.449.543	2.650.446	2.591.689	3.003.632	18,3%	45,1%
Depósitos de Poupança	8.312.468	8.067.876	7.844.713	7.705.484	7.608.229	9,3%	3,0%
Depósitos Interfinanceiros	149.112	170.512	261.871	277.853	329.914	-54,8%	-12,6%
Depósitos a Prazo	35.069.107	34.692.397	33.595.522	32.500.383	31.597.890	11,0%	1,1%
Captação no Mercado Aberto	4.852.616	4.749.766	4.484.261	4.985.964	5.453.373	-11,0%	2,2%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.037.848	2.091.891	1.967.012	1.859.032	1.978.938	3,0%	-2,6%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	180.993	599.089	636.690	562.793	185.565	-2,5%	-69,8%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.938.172	3.108.588	3.326.966	3.415.156	3.574.506	-17,8%	-5,5%
Instrumentos Financeiros Derivativos	406.169	461.260	523.030	528.051	598.570	-32,1%	-11,9%
Outras Obrigações	8.751.979	8.200.429	8.609.237	7.978.477	8.264.443	5,9%	6,7%
Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados	61.777	234.326	202.068	202.114	63.005	-1,9%	-73,6%
Carteira de Câmbio	29.422	33.455	22.129	29.534	13.711	114,6%	-12,1%
Sociais e Estatutárias	181.614	76.938	48.234	38.721	38.899	366,9%	136,1%
Fiscais e Previdenciárias	1.065.126	1.199.601	1.109.073	969.353	985.882	8,0%	-11,2%
Negociação e Intermediação de Valores	99.329	4.581	23.954	2.810	2.079	4.677,7%	2.068,3%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	804.189	877.118	1.029.130	882.121	884.293	-9,1%	-8,3%
Dívida Subordinada	1.893.138	1.779.744	1.882.973	1.760.287	1.832.373	3,3%	6,4%
Diversas	4.617.384	3.994.666	4.291.676	4.093.537	4.444.201	3,9%	15,6%
Patrimônio Líquido	7.035.025	6.731.084	6.603.027	6.484.952	6.443.426	9,2%	4,5%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	73.287.391	71.322.435	70.502.775	68.889.834	69.038.486	6,2%	2,8%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO

TABELA 23: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RESUMIDO – R\$ MILHARES

	2017	2016	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017/ 2016	4T17/ 3T17
Receitas da Intermediação Financeira	9.978.492	10.668.417	2.452.902	2.346.648	2.603.699	2.575.243	2.707.379	-6,5%	4,5%
Receita de Crédito e Arrendamento Mercantil	6.536.959	6.886.775	1.636.364	1.629.427	1.638.147	1.633.021	1.747.534	-5,1%	0,4%
Resultado de Operações com TVM	2.280.393	2.785.797	490.770	530.814	583.408	675.401	703.245	-18,1%	-7,5%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(86.295)	(342.414)	59.717	(101.516)	47.007	(91.503)	(105.616)	-74,8%	-158,8%
Resultado de Operações de Câmbio	145.094	76.475	44.731	21.590	49.243	29.530	22.427	89,7%	107,2%
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.004.171	1.167.861	201.093	243.288	260.053	299.737	309.101	-14,0%	-17,3%
Operações de Venda ou Transf. de Ativos Financeiros	98.170	93.923	20.227	23.045	25.841	29.057	30.688	4,5%	-12,2%
Despesas da intermediação Financeira	(6.207.870)	(7.166.854)	(1.378.242)	(1.449.064)	(1.662.108)	(1.718.456)	(1.768.980)	-13,4%	-4,9%
Operações de Captação no Mercado	(4.369.582)	(5.213.862)	(930.651)	(965.609)	(1.214.995)	(1.258.327)	(1.289.543)	-16,2%	-3,6%
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(393.912)	(285.397)	(94.626)	(107.615)	(107.216)	(84.455)	(76.867)	38,0%	-12,1%
Provisão para Operações de Créditos	(1.444.376)	(1.667.595)	(352.965)	(375.840)	(339.897)	(375.674)	(402.570)	-13,4%	-6,1%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.770.622	3.501.563	1.074.660	897.584	941.591	856.787	938.399	7,7%	19,7%
Margem Financeira	5.214.998	5.169.158	1.427.625	1.273.424	1.281.488	1.232.461	1.340.969	0,9%	12,1%
Outras Receitas / Despesas Operacionais Recorrentes	(2.394.150)	(2.410.180)	(596.669)	(577.293)	(645.629)	(574.559)	(718.076)	-0,7%	3,4%
Receitas de Prestação de Serviços /Tarifas Bancárias	1.746.544	1.700.321	467.026	440.118	423.928	415.472	430.729	2,7%	6,1%
Despesas de Pessoal Recorrentes	(1.848.191)	(1.817.491)	(460.049)	(461.785)	(465.996)	(460.361)	(521.302)	1,7%	-0,4%
Outras Despesas Administrativas	(1.782.743)	(1.644.307)	(453.554)	(439.055)	(464.465)	(425.669)	(430.514)	8,4%	3,3%
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	31.061	28.852	10.497	6.875	7.581	6.108	6.564	7,7%	52,7%
Outras Receitas Operacionais Recorrentes	453.848	406.027	117.209	130.102	95.498	111.039	100.107	11,8%	-9,9%
Despesas Tributárias	(453.754)	(447.876)	(120.891)	(112.377)	(111.490)	(108.996)	(114.511)	1,3%	7,6%
Outras Despesas Operacionais	(540.915)	(635.706)	(156.907)	(141.171)	(130.685)	(112.152)	(189.149)	-14,9%	11,1%
Resultado Operacional Recorrente	1.376.472	1.091.383	477.991	320.291	295.962	282.228	220.323	26,1%	49,2%
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	1.376.472	1.091.383	477.991	320.291	295.962	282.228	220.323	26,1%	49,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(340.640)	(340.051)	(108.958)	(70.988)	(85.489)	(75.205)	(41.631)	0,2%	53,5%
Participações dos Empregados no Resultado	(123.622)	(98.466)	(45.191)	(28.694)	(26.202)	(23.535)	(20.909)	25,5%	57,5%
Participações Minoritárias no Resultado	(613)	(587)	(168)	(153)	(154)	(138)	(147)	4,4%	9,5%
Lucro Líquido Recorrente	911.597	652.279	323.674	220.456	184.117	183.350	157.636	39,8%	46,8%
Plano de Aposentadoria Voluntária – PAV	(89.222)	-	3.982	-	6.468	(99.672)	-	-	-
Plano de Desligamento Voluntário - PDV	(4.703)	-	(4.703)	-	-	-	-	-	-
Convênio de Distribuição de Seguros	-	13.472	-	-	-	-	13.472	-	-
Convênio Distribuição de Títulos de Capitalização	60.000	-	60.000	-	-	-	-	-	-
Crédito Tributário - Plano Verão	252.087	-	252.087	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	(76.723)	(6.062)	(118.665)	-	(2.910)	44.852	(6.062)	1.165,6%	-
Lucro Líquido	1.053.036	659.689	516.375	220.456	187.675	128.530	165.046	59,6%	134,2%

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao exercício de 2017,
elaborados de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores
Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

CENÁRIO ECONÔMICO

No ambiente internacional, o desempenho das principais economias do mundo manteve-se favorável ao longo de 2017, em um contexto de elevada liquidez e acomodação dos focos de risco, sobretudo políticos. Com efeito, a economia norte-americana sustentou ritmo moderado de crescimento, acompanhado pela condução cautelosa do ciclo de elevação dos juros. Na mesma linha, na Europa, os indicadores econômicos e fiscais registraram melhora consistente, fortalecendo um cenário propício ao início de uma reversão gradual dos parâmetros monetários no Continente. Já a economia chinesa permaneceu em desaceleração estrutural, associada ao processo de rebalanceamento em curso, movimento atenuado por ações de suporte fiscal e monetário, que contribuíram para a manutenção da atividade econômica em ritmo compatível com as metas de crescimento estabelecidas para o País.

No Brasil, não obstante o recrudescimento dos níveis de incerteza, a atividade econômica retomou trajetória de recuperação, embora lenta, em um cenário de descompressão consistente da inflação corrente e das expectativas inflacionárias. Esse movimento foi determinado, em grande medida, pelo avanço do consumo das famílias, favorecido pelo aumento da massa de rendimentos reais, na esteira do processo de desinflação e da redução, ainda que modesta, da taxa de desemprego. Na mesma direção, também contribuiu para a retomada da economia brasileira a melhora das condições do mercado de crédito, em particular no segmento de pessoas físicas, diante da redução do comprometimento da renda das famílias e da flexibilização da política monetária, que levou a taxa básica de juros, a Selic, ao patamar de 7,0% a.a., ao final de 2017.

Em linha com os avanços positivos da conjuntura nacional, os indicadores econômicos do estado do Rio Grande do Sul evidenciaram a consolidação do processo de retomada gradual da atividade, destacando-se o crescimento do consumo das famílias, reflexo da ligeira redução da taxa de desemprego. No mesmo sentido, o mercado de crédito também contribuiu para a dinamização da economia gaúcha, sobretudo o segmento de pessoa física, uma vez que a carteira de pessoa jurídica manteve trajetória de retração, considerando a comparação anual, ainda reflexo da recessão. Por sua vez, o comércio exterior gaúcho apresentou desempenho favorável ao longo de 2017, embora tenha acumulado saldo comercial inferior ao observado no mesmo período do ano anterior, resultado do avanço de 7,30% das exportações e 19,37% das importações.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

Depois de um forte processo recessivo iniciado em 2014, que se estendeu até a segunda metade de 2017, a economia brasileira iniciou um processo de lenta recuperação em 2017. A longa recessão impactou todos os segmentos da economia, refletindo na queda da demanda de crédito e aumento de riscos para os bancos, obrigando a uma gestão mais conservadora dos negócios. A queda da inflação para menos de 3% em 2017 permitiu ao Banco Central acelerar o ritmo de queda da taxa Selic, encerrando o ano em 7%, mais baixo patamar histórico já alcançado. A redução da taxa de juros ao longo do ano favoreceu o início de uma lenta retomada no crescimento da economia, contribuindo para a melhora dos índices de inadimplência do sistema financeiro.

Nesse contexto diversas estratégias foram estabelecidas, com mudanças no planejamento do Banco para o enfrentamento da crise econômica e alteração de perfil para os anos seguintes. Entre elas, o Banrisul reduziu a exposição junto a grandes empresas e passou a focar sua atuação nas pequenas e médias, assim como no agronegócio para atender toda a cadeia desse segmento. Ao mesmo tempo, definiu-se por aumentar a participação das pessoas físicas no total da carteira, exigindo maior seletividade na análise e concessão de novas operações.

Para a viabilização dessa estratégia, de atuar de forma mais assertiva em um mercado massificado, foram revisados e implementados novos modelos de risco de crédito, parte já implantado, permitindo a redistribuição da carteira com segurança e que deverá dar suporte à estratégia em curso. A estratégia de preservação das margens financeiras passa por gradual alocação dos recursos de tesouraria para o portfólio de crédito, o que se viabiliza com a distribuição do crédito massificado, para o qual os modelos de risco desenvolvidos são condições precedentes.

Da mesma forma, visando a diversificação das fontes de receita, a Instituição direciona ações que buscam potencializar o desempenho dos negócios relacionados à rede de aquisição de cartões, seguros, previdência e capitalização. Os resultados alcançados nestes segmentos, em 2017, demonstram a assertividade dos negócios realizados.

O Banrisul está fazendo um movimento amplo na área de tecnologia, passando a adotar métodos mais ágeis para a redefinição de processos junto às áreas de negócios. Foi analisada no novo modelo a tecnologia utilizada pelo Banco, desde os processos tecnológicos já suportados pela estrutura da área de tecnologia da informação do Banrisul até o Banco Digital. Hoje existe nova mecânica de implementação de sistemas na área de tecnologia, tornando o processo mais ágil na entrega de serviços. Atento às ações de inovação e ao que há de mais moderno na área digital, em maio de 2017, o Banrisul promoveu a 10ª edição do Fórum Internacional de TI que teve como tema O Futuro da Sociedade Digital, com a participação de cerca de 4 mil pessoas.

Em relação às ações de marketing, em 2017, o Banrisul lançou a campanha *Sorte Grande Banrisul*, que prevê premiações pela utilização de produtos e serviços. No período, também promoveu as campanhas publicitárias *Banrisul, o grande banco do sul*, centrada em produtos e serviços, *Banrisul Te Conecta*, *BanriSaque Digital* e *Banrisul Digital*, focadas na divulgação de soluções tecnológicas disponibilizadas em diferentes plataformas de acesso, com a veiculação nos principais meios de comunicação, inclusive nas redes sociais.

Outra importante via de interação com o mercado e de implementação de negócios se consolida através da Política de Patrocínios Banrisul. Durante o ano de 2017, a Instituição apoiou diversos eventos na capital e interior, como feiras, expofeiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e à educação. Este foco será intensificado nos próximos anos, buscando maior integração com a sociedade e valorização da marca Banrisul.

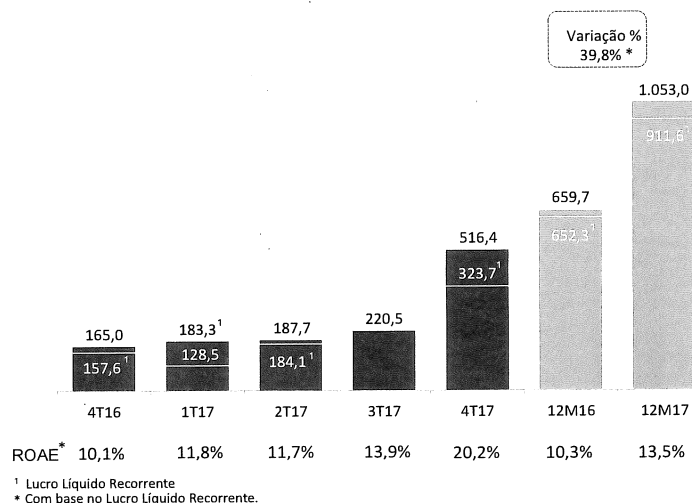
DESEMPENHO CONSOLIDADO

LUCRO LÍQUIDO

O Banrisul registrou lucro líquido de R\$1.053,0 milhões em 2017. O resultado recorrente, que exclui o Plano de Aposentadoria Voluntária, o Plano de Desligamento Voluntário, o reconhecimento contábil de crédito tributário de IRPJ e CSLL, advindos de processo judicial que estabeleceu o direito à aplicação integral do IPC de janeiro de 1989, Plano Verão, como correção monetária do Balanço Patrimonial, e a constituição de convênio com a Icatu Seguros para comercialização de produtos de capitalização nos canais de distribuição do Banrisul, alcançou R\$911,6 milhões no exercício, 39,8% acima do apurado em 2016. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio foi de 13,5%. O desempenho do Banco em 2017, frente ao ano anterior, reflete estabilidade da margem financeira, menor fluxo de despesas de provisão para crédito, crescimento, ainda que moderado, das receitas de tarifas e serviços e ampliação das despesas administrativas, em especial as relacionadas ao incremento nos negócios.

Do resultado gerado, R\$420,2 milhões foram destinados para pagamentos de juros sobre capital próprio e dividendos e R\$632,8 milhões foram os lucros retidos do exercício. A riqueza gerada pelo Banrisul em 2017, medida pelo conceito de valor adicionado, alcançou o total de R\$4.093,3 milhões, dos quais R\$1.802,5 milhões ou 44,0% foram para pagamento do quadro funcional, R\$1.134,4 milhões ou 27,7% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$102,8 milhões ou 2,5% para remuneração de capitais de terceiros e R\$1.053,6 milhões ou 25,8% para remuneração de capitais próprios.

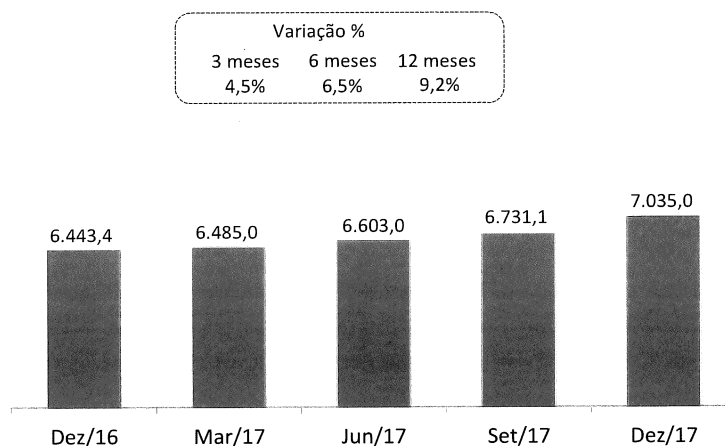
Gráfico 30: Lucro Líquido - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu R\$7.035,0 milhões em dezembro de 2017. A expansão de R\$591,6 milhões ou 9,2% em um ano teve como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos de juros sobre o capital próprio e provisionamento de dividendos, além do remensuramento do passivo atuarial, referente aos benefícios pós emprego (CPC 33 - R1) e dos ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior, conforme estabelece a Resolução nº 4.524/16 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Gráfico 31: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



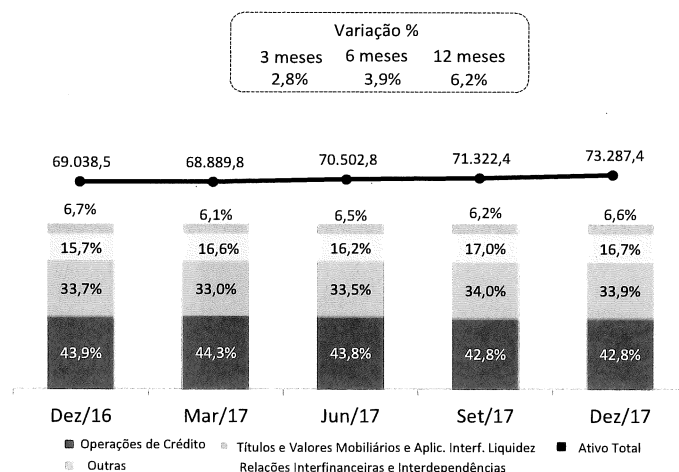
ATIVO TOTAL

Os ativos totais apresentaram saldo de R\$73.287,4 milhões em dezembro de 2017, com expansão de 6,2% em relação aos R\$69.038,5 milhões registrados em dezembro de 2016, ampliação proveniente, especialmente, do aumento dos depósitos. Na composição dos ativos, as operações de crédito representam 42,8% do total, os títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez 33,9%, as relações interfinanceiras e interdependências 16,7% e outros ativos 6,6%.

Os títulos e valores mobiliários e as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$24.817,6 milhões ao final de dezembro de 2017, com crescimento de 6,7% sobre a posição registrada em dezembro de 2016, evolução motivada pelo aumento da captação de depósitos, num contexto de incremento dos recolhimentos compulsórios e das operações de crédito.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada por meio de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil.

Gráfico 32: Evolução do Ativo Total - R\$ Milhões



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito, no conceito ampliado, alcançou R\$31.930,4 milhões em dezembro de 2017, valor que inclui coobrigação e riscos em garantias prestadas. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito totalizou R\$31.369,1 milhões em dezembro de 2017, com crescimento de R\$1.031,7 milhões ou 3,4% nos doze meses, face, especialmente, à carteira comercial, que registrou saldo de R\$22.488,4 milhões, com aumento de R\$2.193,4 milhões ou 10,8% em um ano.

O crédito comercial pessoa física, refletindo a estratégia de negócios da Instituição, apresentou crescimento de R\$2.815,3 milhões ou 20,5% nos doze meses, alcançando R\$16.541,6 milhões em dezembro de 2017, incluídas as transferências de ativos, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen, em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão. A evolução foi influenciada, especialmente, pelo crescimento do saldo das operações de crédito consignado, que alcançaram o montante de R\$11.677,3 milhões em dezembro 2017, dos quais R\$6.809,3 milhões referem-se a operações provenientes das agências do Banrisul, R\$4.134,6 milhões constituem-se de operações geradas pelos correspondentes e R\$733,4 milhões são relativas a operações adquiridas de outras instituições.

As operações de crédito comercial pessoa jurídica apresentaram saldo de R\$6.597,8 milhões em dezembro de 2017, com retração de R\$1.009,1 milhões ou 13,3% em relação a dezembro de 2016. A redução da carteira pessoa jurídica, especialmente, nas linhas de capital de giro, refletiu os ajustes nas políticas de exposição e de crédito, além da conjuntura econômica nacional.

A carteira de crédito imobiliário totalizou R\$3.828,9 milhões em dezembro de 2017, apresentando retração de R\$44,2 milhões ou 1,1% em relação a dezembro de 2016. Desse montante, R\$3.194,7 milhões referem-se à carteira pessoa física. No período, houve alteração na política nacional de financiamento imobiliário do Sistema Financeiro da Habitação, com relação ao valor de utilização do FGTS para aquisição de imóveis residenciais novos durante o ano de 2017. Foram contratados 2.348 financiamentos imobiliários totalizando R\$656,5 milhões em 2017.

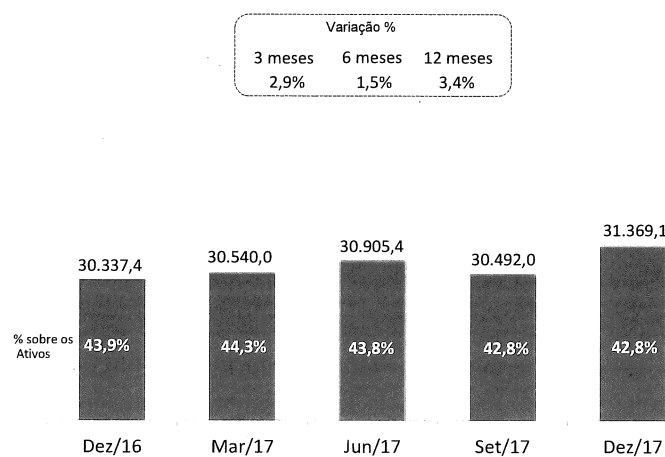
No crédito rural, o saldo alcançou R\$2.383,4 milhões em dezembro de 2017, apresentando retração de R\$181,1 milhões ou 7,1% frente a dezembro de 2016. Para o Plano Agrícola da Safra 2017/2018, o Banrisul disponibilizou R\$2,2 bilhões de recursos aos produtores rurais do estado do Rio Grande do Sul a serem alocados diretamente em operações de crédito rural, para custeio, comercialização e investimento, priorizando o atendimento das demandas do produtor rural pessoa física. Além disso, o Banco permanece disponibilizando recursos em feiras agropecuárias oficiais do Estado, com destaque para a participação na 40ª Expointer. Também em 2017, o Banrisul traçou como diretriz a ampliação da atuação no agronegócio, pretendendo atender toda a cadeia produtiva do segmento, ampliando convênio com cooperativas e empresas do setor e aumentando a oferta de crédito.

A carteira de financiamento de longo prazo apresentou saldo de R\$1.231,4 milhões em dezembro de 2017, com redução de R\$421,0 milhões ou 25,5% em relação ao mesmo mês de 2016.

O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$674,7 milhões em dezembro 2017, com retração de R\$106,1 milhões ou 13,6% em relação a dezembro de 2016. Em 2017, a área de câmbio do Banco passou por processo de reestruturação, objetivando a centralização de operações no estado do Rio Grande do Sul.

A classificação da carteira de crédito por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. No final de dezembro de 2017, as operações de Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$27.543,2 milhões, representando 87,8% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$1.853,8 milhões, correspondendo a 5,9% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, atingiu R\$1.972,1 milhões ou 6,3% do total.

Gráfico 33: Evolução das Operações de Crédito - R\$ Milhões



RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

Os recursos captados e administrados registraram saldo de R\$61.604,1 milhões em dezembro de 2017, com crescimento de 9,3% em relação a 2016, e compostos por 56,9% de depósitos a prazo, 13,5% de depósitos de poupança, 5,8% de depósitos à vista, 3,3% de recursos em letras, 3,1% de dívida subordinada e 17,2% de recursos de terceiros administrados.

Os depósitos totais alcançaram R\$47.084,6 milhões em dezembro de 2017, com incremento de R\$4.544,9 milhões ou 10,7% em doze meses. Os depósitos a prazo apresentaram saldo de R\$35.069,1 milhões em dezembro de 2017, com expansão de R\$3.471,2 milhões ou 11,0% nos doze meses; os depósitos de poupança apresentaram aumento de R\$704,2 milhões ou 9,3% frente a dezembro de 2016, alcançando R\$8.312,5 milhões em dezembro de 2017; e os depósitos à vista apresentaram crescimento de R\$550,3 milhões ou 18,3%, totalizando R\$3.553,9 milhões ao final de 2017.

A dívida subordinada registrou saldo de R\$1.893,1 milhões em dezembro de 2017, com crescimento de R\$60,8 milhões ou 3,3% em relação a dezembro de 2016. Os recursos em letras, provenientes das letras financeiras e imobiliárias, alcançaram R\$2.037,8 milhões em dezembro 2017, com aumento de R\$58,9 milhões ou 3,0% nos doze meses. Os recursos de terceiros administrados apresentaram saldo de R\$10.588,5 milhões, com crescimento de R\$574,9 milhões ou 5,7% em relação a dezembro de 2016.

PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS

VERO

No ano de 2017, foram lançados produtos e serviços que ampliam as soluções de pagamento e proporcionam inovação aos clientes da rede de adquirência Vero. No primeiro semestre de 2017, foi viabilizada a transação digitada M.O.T.O. (*Mail Order & Telephone Order*) para a realização de transações e pré-autorizações digitadas pelos lojistas sem que o portador do cartão esteja presente, bem como o Banricompras Vero Pay, que permite a captura de transações de pagamento em POS e *Mobile*, sem a presença física do cartão. Também, foi disponibilizado POS móvel com comunicação 3G e *Wi-Fi*, que proporciona rapidez e versatilidade nas transações, e o aplicativo para *smartphones/tablets* Vero NFC-e com funcionalidade integrada à solução de pagamento Vero *Mobile*, permitindo a emissão de notas fiscais eletrônicas. Nova plataforma de credenciamento à Vero via *site* www.sejavero.com.br foi liberada, assim como a antecipação de recebíveis performados BanriCard por meio dos canais digitais *Office Banking* e Minha Conta Vero.

No segundo semestre de 2017, foram disponibilizadas novas funcionalidades no Vero *Mobile*, como o mecanismo de voz para validar a transação, solução de acessibilidade voltada a deficientes visuais, ampliando a confiança entre cliente e lojista, a calculadora integrada ao pagamento e a possibilidade de efetuar transações Visa e Mastercard digitadas, que proporcionam agilidade no momento da venda. Ainda, foram implantadas as transações *Contactless/NFC* Visa e Mastercard, pré-requisito para permitir a aceitação de *e-wallets*, carteiras digitais como *Samsung Pay* e *Android Pay*, *wearables* em geral, pulseiras, anéis, *stickers*, e cartões *Contactless*, que fazem uso de tecnologia *Near Field Communication*, e foram iniciadas as operações de captura da bandeira Elo na rede de adquirência Vero, ampliando o portfólio de captura.

O volume financeiro transacionado no canal de vendas próprio da Vero em 2017 cresceu 8,4% quando comparado ao ano de 2016, excluindo-se os subadquirentes. Deste volume, R\$11,8 bilhões refere-se a cartões de débito, que apresentou incremento de 11,7%, e R\$9,9 bilhões com cartões de crédito, que registrou crescimento de 4,7%. Ao incluir os facilitadores, o volume totalizou R\$22,5 bilhões, 11,9% inferior ao volume do ano anterior, devido a saída de facilitador de grande porte que passou a operar no mercado como instituição de pagamento. Em 2017, foram capturadas 261,5 milhões de transações no canal de vendas próprio da Vero, cujo desempenho foi 7,2% superior ao ano anterior, excluindo-se os subadquirentes. Nesta base, a quantidade de transações com cartões de débito totalizou 170,4 milhões, e com cartões de crédito, 91,1 milhões, com crescimento de 8,8% e 4,4%, respectivamente, em relação a 2016. O montante de transações em 2017, incluindo os facilitadores, atingiu R\$268,4 milhões, 11,3% inferior ao ano de 2016. Durante o exercício foi ampliado o número de credenciados e equipamentos instalados e aptos a transacionar. Ainda cabe destacar a melhoria operacional e de redução de custos, obtida com a solução de processamento e de gestão das transações da rede de adquirência, implantada no segundo semestre de 2016.

CARTÃO BANRICOMPRAS

Produto exclusivo do cliente Banrisul, que utiliza o cartão de conta corrente ou de poupança para efetuar o pagamento de compras em estabelecimentos credenciados. Por meio do cartão de débito da conta corrente, os clientes podem realizar compras à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem cobrança de anuidade ou de juros, com o diferencial de segurança associado à utilização de cartão com *chip*.

Durante o ano de 2017, as operações com o cartão Banricompras totalizaram R\$11,1 bilhões, 12,9% acima do realizado no ano anterior, registrando 131,3 milhões de transações, 12,7% acima do registrado em 2016.

CARTÕES DE CRÉDITO

Mantendo o compromisso de entregar aos clientes os melhores e mais completos serviços e produtos em cartões de crédito, o Banrisul lançou dois novos produtos em 2017: o Cartão de Crédito Banrisul Mastercard *Black*, para pessoas físicas com elevado potencial de relacionamento, e o Cartão de Crédito Banrisul Mastercard *Business*, para pessoas jurídicas, com benefícios que proporcionam melhor gestão das empresas. Além disso, o Banco disponibilizou as carteiras digitais *Samsung Pay*, *Android Pay*, Masterpass e Visa *Checkout*, que oferecem mais segurança, agilidade e conveniência aos clientes.

Ao final de 2017, a base de cartões de crédito do Banrisul chegou a 902 mil cartões, nas bandeiras Mastercard e Visa. Durante o ano de 2017, foram realizadas 53,6 milhões de transações de compras ou saques, totalizando R\$4,4 bilhões, o que representa crescimento de 14,9% e 9,3%, respectivamente, em relação ao ano anterior. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$326,5 milhões em 2017.

SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

O Banrisul investiu, em 2017, na capacitação dos seus profissionais, na modernização do portfólio dos produtos de capitalização, na automatização de processos e no lançamento de promoções e campanhas de vendas, primando pela satisfação dos clientes e alinhado com as boas práticas do mercado. A partir de outubro/17, a venda dos produtos de previdência na rede de agências, passou a ser realizada pela Rio Grande Seguros e Previdência. Já em dezembro de 2017, o Banrisul estabeleceu parceria estratégica com a Icatu Seguros para a criação de nova empresa que terá a exclusividade, pelo período de 20 anos, na comercialização de produtos de capitalização nos canais de distribuição do Banrisul.

A continuada estratégia de ampliar a atuação no setor de seguridade proporcionou ao Banco superar pela primeira vez a marca de R\$1,0 bilhão em faturamento. O total da distribuição de prêmios de seguros e contribuições de previdência privada e títulos de capitalização apresentou crescimento de 25,6% em relação a 2016, alcançando R\$1,0 bilhão em 2017. As receitas totais atingiram montante de R\$242,2 milhões; as receitas provenientes de serviços de seguridade somaram R\$194,6 milhões, com incremento de 24,7% em relação a 2016. A operação de seguridade encerrou 2017 com 2,2 milhões de operações ativas, apresentando aumento de 6,6% em relação ao ano anterior.

CANAIS DIGITAIS

A Instituição disponibilizou, em 2017, o aplicativo Banrisul Digital, com três novos canais. Em maio, foram disponibilizados o *Office* (App), com serviços bancários disponíveis para empresas que já utilizam o *Office Banking*; e o Minha Conta, para os clientes pessoas física e jurídica em geral. Em dezembro, buscando otimizar o relacionamento junto aos clientes com alto padrão de relacionamento, foi disponibilizado também, o canal de atendimento exclusivo para clientes Afinidade. Em virtude dessas implantações, o *M-Banking* foi descontinuado em outubro.

Nos canais *Home*, *Office*, *M-Banking*, Minha Conta, *Office* (App) e Afinidade foram efetuadas 255,9 milhões de transações, movimentando R\$269,2 bilhões em 2017. Em relação a 2016, a quantidade de transações apresentou crescimento de 21,0% e o valor movimentado expandiu 3,9%, com destaque para os aplicativos de dispositivos móveis, com incremento de 150,5% no volume transacionado, reflexo da ampliação no uso desses aparelhos, bem como da ênfase em divulgação e da facilidade de operação nos canais digitais. No Banrífone, foram atendidas mais de 2,7 milhões de ligações via atendimento eletrônico e 297,1 mil no personalizado; a movimentação financeira totalizou R\$225,4 milhões em 2017.

AÇÕES COM O PODER PÚBLICO

Em 2017, a estratégia comercial do Banrisul junto ao setor público manteve-se no estabelecimento de contratos para a prestação de serviços relacionados à folha de pagamento de servidores públicos das esferas estadual e municipal, visando à manutenção dos atuais e incorporação de novos clientes, considerando a relevante participação deste segmento nos negócios do Banco.

No âmbito municipal, em 2017 o Banco avançou nas negociações para aquisição dos serviços de pagamento de folha dos servidores municipais; no período foram estabelecidos 79 novos contratos, que somados às negociações anteriores, iniciadas em 2016, totalizaram 256 municípios ao final de 2017, 51,5% do total de municípios do Estado. No âmbito federal, foi firmado contrato, não oneroso e pelo prazo de 5 anos, com o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 4ª Região, para prestação de serviços de folha de pagamento e outras indenizações dos magistrados, servidores ativos, inativos, pensionistas civis e estagiários.

No âmbito estadual, foram firmados contratos, pelo prazo de 5 anos, relacionados às folhas de pagamentos dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos órgãos Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado. Ainda, em continuidade à parceria entre Banrisul e Secretaria da Fazenda do Estado do RS - Sefaz, foi viabilizado aos clientes do segmento pessoa física do Banco, que possuem cartões de conta corrente/poupança com *chip*, válidos e ativados para uso no *Home Banking*, o acesso aos serviços e transações disponibilizados pela Sefaz na área restrita do autoatendimento, no site www.sefaz.rs.gov.br.

REDE DE ATENDIMENTO BANRISUL

A abrangência do Banrisul é expressiva na Região Sul do Brasil, onde os clientes dispõem de 1.203 Pontos de Atendimento, distribuídos em 526 Agências, das quais 494 no Rio Grande do Sul, 22 em Santa Catarina, 8 nos demais estados brasileiros e 2 no exterior, 191 Postos de Atendimento Bancário e 486 Pontos de Atendimento Eletrônico.

Em 2017, foi definido o plano comercial padronizado, alicerçado na padronização de atividades diárias e iniciativas comerciais e operacionais, que busca melhorar a experiência do cliente bem como aumentar a eficiência e a produtividade comercial do Banco. A implementação, iniciada no final de 2017 em agências piloto, será ampliada gradativamente até atender toda a Rede ao longo do próximo ano.

CORRESPONDENTES BANRISUL - BANRIPONTO

A Rede de Atendimento do Banrisul abrange também os Correspondentes Bancários: Banripontos Transacionais e Banripontos de Negócios. Em dezembro de 2017, a Rede estava constituída por 1.291 Banripontos ativos. No ano, foram efetuadas 60,3 milhões de transações, movimentando R\$21,0 bilhões. Os Correspondentes de Negócios responderam, no período, pelo encaminhamento de 3.086 propostas de crédito consignado, no montante de R\$16,6 milhões. Em 2017, foi concluída a migração do suporte operacional prestado por telefone à Rede de Agências, Banripontos e Convênios para plataforma de *Chat Online*.

EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de automóveis, caminhões, motos e imóveis. Buscando ofertar alternativas para aquisição de bens, comercializa grupos de imóveis com prazo de até 186 meses e de automóveis de até 72 meses. No segmento de imóveis, as cartas de crédito contempladas podem ser utilizadas para construção, reforma e ampliação de imóveis, além da aquisição de imóveis prontos, terrenos, box e salas comerciais. A Banrisul Consórcios encerrou o ano de 2017 administrando 161 grupos, com uma base de clientes ativos de 53,7 mil consorciados, totalizando R\$3,0 bilhões em volume de cartas de crédito. No ano, ocorreram 8,4 mil contemplações, colocando à disposição volume de crédito de R\$392,9 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido do ano de 2017 alcançou R\$35,0 milhões.

BANRISUL S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

A Empresa opera no mercado de capitais como intermediadora na compra e venda de ações à vista, de opções, termo e futuro, e objetiva, além de incrementar o portfólio de investimentos do Banco, oferecer produtos e ativos com qualidade e segurança, através de suporte técnico aos investidores, auxiliando-os na identificação das melhores oportunidades do mercado de capitais. Durante o ano de 2017, a Banrisul Corretora intermediou R\$2.256,7 milhões em operações, das quais R\$1.021,9 milhões ou 45,3% foram efetuadas via *Home Broker*. A partir de julho de 2017, a gestão dos fundos de investimento administrados pelo Banco passou a ser realizada pela Corretora, o que resultou em incremento de receitas para a subsidiária. O lucro líquido registrado em 2017 foi de R\$2,1 milhões.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

A Banrisul Armazéns Gerais atua como Porto Seco - Permissionária da Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias - Armazém Geral e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED.

BANRISUL CARTÕES S.A.

A Banrisul Cartões atua em dois segmentos de negócios, rede de adquirência Vero e cartões de benefícios e empresariais BanriCard. No segmento de adquirência, a Vero encerrou 2017 com 136,3 mil unidades de equipamentos POS e *Mobile* instalados e aptos a transacionar, apresentando crescimento de 9,7% comparado ao ano anterior, e 108,9 mil estabelecimentos credenciados ativos, com incremento de 3,5% em relação a dezembro de 2016. O negócio de cartões de benefícios e empresariais BanriCard encerrou o período com 9,0 mil clientes conveniados ativos, o que representa crescimento de 9,4% frente ao ano anterior; o faturamento alcançou R\$1.389,1 milhões ao final de 2017, com aumento de 3,4% em relação a 2016. O lucro líquido da Banrisul Cartões foi de R\$222,1 milhões em 2017, com aumento de 7,7% em relação a 2016.

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

A Promotora de vendas atua na prestação de serviço como originadora de crédito consignado direcionado a aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais. O saldo de operações de crédito do Banrisul, originadas através da Rede Bem, alcançou R\$4.134,6 milhões ao final do ano de 2017. O lucro líquido alcançou R\$3,1 milhões em 2017.

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A.

O Banrisul detém 49,9% do capital da *holding* Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR. Faz parte do grupo econômico a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que conta com exclusividade na comercialização de seguros de pessoas e previdência privada aberta nos canais do Banrisul. Em 20/12/17, o Banco estabeleceu parceria estratégica com a Icatu Seguros, por meio de contrato de investimento para criação de nova empresa que terá a exclusividade na comercialização de produtos de capitalização nos canais de distribuição do Banco pelo período de 20 anos. O objetivo da parceria é colocar o Banrisul em posição de destaque na comercialização desses produtos no estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul do Brasil, diversificando e aumentando as fontes de receita. A nova empresa de capitalização será subsidiária da BIPAR. A operação ainda está pendente de aprovação do Bacen e da SUSEP. O lucro líquido da BIPAR em 2017 foi de R\$59,0 milhões.

AÇÕES BANRISUL

GOVERNANÇA CORPORATIVA

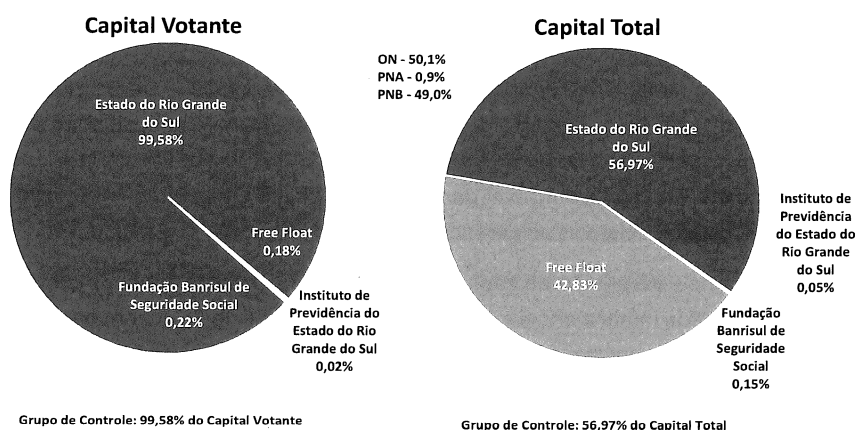
Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e alinhado às melhores práticas de mercado, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, buscando reforçar sua credibilidade junto aos investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa KPMG Auditores Independentes, contratada em 2016, por meio do processo licitatório, concorrência 586/2015, estabelecido pela Lei nº 8.666/93, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no ano de 2017.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Banrisul apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir:

Gráfico 34: Estrutura Acionária



POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido. Em 2017, líquidos de imposto de renda na fonte, foram pagos, creditados e/ou provisionados R\$400,2 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

As diretrizes estabelecidas pela alta administração para o sistema de controles internos buscam o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma que possam avaliar o alcance dos objetivos da Instituição, promovendo e consolidando uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os funcionários, a importância dos controles internos e o papel de cada um no processo. A Instituição adota o modelo das três linhas de defesa como meio primário para institucionalizar a estrutura de gestão de *Compliance*, processo este, que permeia todas as áreas e funções da organização.

No ano de 2017, no que se refere ao processo de *Compliance*, foi dada continuidade na implementação do Painel de Monitoramento, cujo o propósito é garantir a tempestividade na identificação de ocorrências atípicas, bem como na qualificação dos profissionais das áreas de controles internos, *Compliance* e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo. No período, foram instituídas a Política de Relacionamento com Clientes e Usuários, com o objetivo de difundir condutas e procedimentos que incentivem o tratamento padronizado para todos os clientes e usuários da Instituição, e a Política de Conformidade que visa identificar e mitigar os riscos de *Compliance* a fim de garantir a aderência das atividades às legislações vigentes e regulamentos institucionais.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, estando alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da instituição.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial (Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), assim como de sua controlada (Banrisul Armazéns Gerais S.A.). Os processos são mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características de exposições das operações e classificadas em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Banrisul é liderada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, e pelos Comitês de Gestão, que subsidiam a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável por essa Unidade e o Conselho de Administração é o responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

As estruturas institucionais de gestão de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional são revisadas com periodicidade mínima anual e estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores, no caminho: *Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos*, bem como outros relatórios públicos relativos à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco - RWA, do patrimônio de referência - PR e da razão de alavancagem - RA.

O Bacen publicou, em 23/02/17, a Resolução nº 4.557 do CMN, que dispõe sobre a gestão integrada de riscos - GIR, em que aprimora as estruturas de gerenciamento de capital e de riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional e inclui, no escopo de gestão integrada, o risco de taxa de juros da carteira *banking* - IRRBB, *Interest Rate Risk in the Banking Book*, e o risco socioambiental. O novo formato de estrutura entra em vigor 360 dias após a data da sua publicação.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O processo de gerenciamento de capital contempla o monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a instituição está sujeita, considerando seus objetivos estratégicos.

Conforme definições do CMN, o cálculo de capital mínimo considera um multiplicador, denominado fator F de 9,25%, e o adicional de capital principal - ACP de 1,25%, válidos para o ano de 2017; o requerimento mínimo do Índice de Basileia, que corresponde à soma dos dois fatores aplicada ao montante total do RWA, passou a ser de 10,5%.

O cálculo e a remessa de informações em relação ao ACP passaram a ser exigidos a partir de janeiro de 2016. Em janeiro de 2017 esse adicional passou a ter a seguinte composição: (i) adicional de conservação de capital principal, 1,25% do montante do RWA; (ii) adicional contracíclico de capital principal, no máximo 1,25% do montante do RWA; e (iii) adicional de importância sistêmica de capital principal, até 0,50% do montante do RWA.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A estrutura de avaliação do risco está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio da decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito e limites de risco correspondentes a diversos níveis decisórios. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a instituição está disposta a operar, atendendo ao binômio risco x retorno.

O Banrisul segue aprimorando os modelos de concessão de limites, com a implementação de novos pontos de corte por classe de risco e perfil e revisão dos limites de crédito a serem disponibilizados aos clientes pessoa física. Paralelamente, o Banco desenvolve melhorias na política de renegociação para operações de crédito, a fim de oferecer condições adequadas para que clientes excessivamente endividados possam reestabelecer a capacidade de honrar seus compromissos financeiros. Ainda, objetivando facilitar a operacionalidade da rede de agências no tocante à composição de seus comitês, a Instituição vem direcionando para uma única plataforma o deferimento das propostas de crédito geral. Além disso, para se manter competitivo frente à complexidade do mercado de crédito, o Banco vem aperfeiçoando processos e mecanismos de controles, através do aumento das exigências quanto à comprovação de renda e da redefinição de alçadas para análise de crédito, bem como vem promovendo a realização de atualizações operacionais no processo de concessão de crédito. Por fim, buscando ampliação segura da carteira de crédito, redução dos índices de inadimplência e aperfeiçoamento dos modelos de escoragem e de políticas de risco, foram implantados novos modelos de escoragem, perfis de risco e procedimentos no deferimento de crédito da pessoa jurídica.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O gerenciamento do risco de mercado no Banrisul está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação, *trading book*, ou seja, operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, ou destinados para revenda, e operações classificadas na carteira de não-negociação, *banking book*, que compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, como a carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

No ano de 2017, foram realizadas melhorias no sistema de cálculo de valor a risco - VaR da Instituição, destacando-se a automatização da metodologia de cálculo do *Backtesting* para as carteiras de negociação e não-negociação, cujo principal objetivo é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, e a geração do Demonstrativo Diário de Risco de Mercado - DDR e do Demonstrativo Mensal de Risco de Mercado - DRM. O Banrisul também participa das discussões para a implantação da nova metodologia de cálculo para a carteira de não-negociação - IRRBB que está em fase final de divulgação da norma pelo Bacen. Visando maior qualidade nas informações utilizadas para o cálculo de risco, e maior confiabilidade quanto à disponibilidade de informações aos órgãos reguladores e, principalmente, melhoria nas ações de gestão de risco de mercado do Banrisul, foi iniciada no período a fase de execução do projeto de migração que atualmente considera as origens dos sistemas individualizados, para a interface que irá considerar a base corporativa da Instituição. No período, iniciou-se a implementação de alguns quesitos da Resolução nº 4.557/17 do CMN que dispõe sobre a nova estrutura de gerenciamento de riscos integrados através da elaboração e execução de planos de ação em conjunto com consultoria.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez, de acordo com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, consiste na possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em 2017, foi dada continuidade aos projetos em conjunto com a área de tecnologia do Banco, que visam otimizar processos e sistemas de risco de liquidez e que favorecem a gestão do risco ao promover o acesso mais dinâmico a novas informações e melhor tratamento dos dados disponíveis, assim como facilitar os processos de integração com outros riscos. Os processos de monitoramento do risco de liquidez não indicaram a ocorrência de eventos de crises de liquidez durante o ano de 2017, visto que os indicadores de risco permaneceram em níveis adequados de acordo com as políticas internas.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O objetivo do gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a instituição e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos clientes, acionistas, empregados e demais partes interessadas.

Durante o ano de 2017, foram executados projetos e atividades que visam contribuir para o constante aprimoramento e fortalecimento da gestão do risco operacional na Instituição, bem como a realização de adequações para atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN. Dentre as ações implementadas destacam-se a migração do novo sistema de gestão de riscos operacionais para a etapa de produção e a homologação da importação dos dados relativos aos processos judiciais para registro em nossa base de dados interna.

RISCO SOCIOAMBIENTAL

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas. O gerenciamento deve considerar rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco presente nas atividades e nas operações da instituição.

No decorrer do ano de 2017, foram realizadas ações que objetivaram alinhar a estrutura de gerenciamento do risco socioambiental aos normativos vigentes, dentre as quais destaca-se a adoção do formulário para Levantamento de Índícios de Contaminação - LIC nas avaliações de imóveis urbanos e a solicitação do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, conforme critério definido pela Instituição. Além dessas ações, ressalta-se a consolidação das perdas relacionadas à acessibilidade e aos bens não de uso em nossa base de dados interna, aprimorando o registro de eventos que têm como origem o risco socioambiental.

ÍNDICE DE BASELEIA

Desde 1º de janeiro de 2015, a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco passou a ter como base o conglomerado prudencial. Em dezembro de 2017, o patrimônio de referência - PR alcançou R\$6.578,7 milhões, com incremento de R\$57,2 milhões em relação a dezembro de 2016, decorrente do aumento de R\$234,8 milhões no Nível I impactado pela incorporação do resultado do período e dedução dos ajustes prudenciais, que compensou a redução de R\$177,7 milhões no Nível II, decorrente da aplicação do cronograma de Basileia III.

A exposição total dos ativos ponderados pelo risco - RWA_{TOTAL} atingiu R\$38.749,5 milhões em dezembro de 2017, com incremento de R\$270,1 milhões no ano, reflexo do incremento de R\$1.079,6 milhões no risco operacional - RWA_{OPAD} , decorrente do ingresso das receitas e despesas de novo semestre na base de cálculo, da retração da parcela de risco de crédito - RWA_{CPAD} , em R\$608,9 milhões, impactada, especialmente, pela redução das exposições e da alocação em operações de menor risco, e da redução de R\$200,6 milhões na parcela de risco de mercado - RWA_{MPAD} .

Considerando-se os valores realizados do PR e dos ativos ponderados pelo risco - RWA, o índice de Basileia atingiu 17,0% em dezembro de 2017. Para o capital principal e capital de nível I, os índices foram de 14,7%, ambos superiores ao mínimo exigido. A razão de alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2017 foi de 7,5% com mínimo definido em 3% pela Resolução nº 4.615/17 do CMN, a vigorar em janeiro de 2018.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os investimentos em hardware, software, contratação de serviços e manutenção de bens patrimoniais somaram R\$253,3 milhões no ano de 2017. As estratégias de TI e de investimentos patrimoniais do Banrisul objetivam garantir segurança, performance e conforto no acesso aos serviços bancários. Os projetos e ações de melhoria e modernização relacionados à infraestrutura de TI proporcionaram economia, melhor aproveitamento de recursos e aumento de segurança da informação. No período, foi ampliada a capacidade e a proteção de acesso à Internet, com a expansão de serviço para atendimento e a implementação de serviço de *Anti-DDoS* de volumetria, bem como aquisição e substituição de equipamentos e sistemas garantindo melhoria de performance e segurança ao ambiente de trabalho, como também proporcionando mais agilidade no atendimento.

No que se refere ao desenvolvimento de soluções sistêmicas, destacam-se a consolidação de plataforma de serviços digitais, com uso de tecnologia de cartão virtual, voltada para aplicativos móveis, bem como a melhoria dos processos de desenvolvimento de sistemas do Banrisul. Outros destaques do ano de 2017 foram a implantação da solução *Vero Pay*, o registro *online* de títulos através de dispositivos *Mobile* e *Internet Banking*, e a aceitação da bandeira Elo na Rede Vero. No período, também teve início a nova plataforma de cobrança, que modificou o tratamento dado aos boletos de cobrança, e consiste na centralização em uma base única de boletos emitidos no país, assim como a implantação do sistema de liquidação de cartões, que centraliza em uma *clearing* o processo de liquidação dos recebíveis de cartões.

Na área de segurança de TI, as iniciativas, em 2017, abrangeram a recertificação de segurança *PIN Security Program V2* do *Payment Card Industry - PCI* para a Rede Vero; ações de segurança relacionada à emissão de cartões; certificação da Vero junto à norma PCI DSS versão 3.2. Também, foi realizada campanha de conscientização, em consonância com a *Campanha Internacional do Dia da Internet Segura*, dirigida a clientes e empregados, com foco na importância da adoção de boas práticas no uso de dispositivos móveis e do *Internet Banking*. No período, houve a definição dos requisitos de segurança para consolidação do Banrisul como um Banco Digital, e implantação de procedimentos de melhoria contínua voltados para o monitoramento das transações adquiridas pela Vero, incluindo as transações da bandeira Elo a partir de dezembro de 2017.

RECURSOS HUMANOS

Em 2017, o Banco lançou o Plano de Aposentadoria Voluntária - PAV aos empregados aptos à aposentadoria oficial e complementar, como forma de estímulo à saída em condições favoráveis. Os custos com o PAV somaram R\$89,2 milhões; no período, 664 empregados se desligaram no âmbito do Plano; o custo mensal total da folha de pagamento desses empregados somava R\$11,5 milhões. No segundo semestre, foi disponibilizado o Plano de Desligamento Voluntário - PDV, através de benefício indenizatório para o desligamento voluntário dos empregados lotados nas agências e unidades vinculadas às Superintendências Regionais Santa Catarina e Outros Estados. Os custos com o PDV somaram R\$4,7 milhões; no período, 56 empregados aderiram ao Plano.

A educação corporativa na Instituição completou 50 anos em 2017, tendo como principal canal para a disseminação do conhecimento no Banrisul a educação à distância. Além disso, em 2017 foram realizados treinamentos voltados ao atendimento dos clientes externo e interno, bem como foi iniciado o MBA de Gestão Bancária e da Competitividade *in Company*, contemplando 300 gestores. Ao final do ano de 2017, a Instituição contava com um quadro de 10.516 empregados e 1.405 estagiários. Nesse período, foram efetuados 2.163 cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com 94.694 participações. Para isso, o Banrisul investiu R\$9,5 milhões, dos quais R\$3,7 milhões foram direcionados a programas de pós-graduação, graduação e cursos de idiomas.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banrisul tem como finalidade estabelecer diretrizes para orientar a Instituição e suas coligadas quanto à promoção de negócios e de relacionamentos sustentáveis, de forma compatível com a natureza das atividades de cada empresa e a complexidade dos seus produtos e serviços, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que o Banrisul atua.

No ano de 2017, em atenção à Política de Responsabilidade Socioambiental adotada, o Banrisul reportou suas ações de sustentabilidade, por meio de relatório, ao Pacto Global das Nações Unidas. Na esfera ambiental, o Banco participa do Comitê Gestor do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, que incentiva a agricultura sustentável, e do Comitê Deliberativo do *Programa Sustentare*, que busca padronizar o descarte de equipamentos eletroeletrônicos utilizados por empresas públicas. No período, também foi aprimorado o processo de descarte de resíduos. No âmbito social e cultural, entre outras ações, a Instituição, por meio do Museu Banrisul, promoveu visitas técnicas direcionadas a grupos de universitários e integrou a programação da Semana Nacional de Museus.

RECONHECIMENTOS

Março/2017. Banrisul é a marca mais lembrada e preferida como empresa pública gaúcha.

Março/2017. Banrisul Consórcios é destaque no prêmio ABAC Compartilhar 2017, na categoria Práticas Comerciais.

Maió/2017. Diretor do Banrisul é eleito como uma das personalidades inovadoras do setor de Tecnologia da Informação.

Junho/2017. Banrisul Armazéns Gerais recebe o *Selo Amigo do Reciclador* pelo segundo ano.

Junho/2017. Cartão Virtual do Banrisul vence o prêmio *eFinance* 2017 - Revista Executivos Financeiros.

Junho/2017. Banrisul é o banco mais lembrado no *ranking Top of Mind* - As Marcas do Rio Grande.

Junho/2017. Banrisul é destaque no anuário *Finanças Mais*.

Agosto/2017. Banrisul conquista certificação *PCI DSS*.

Agosto/2017. Banrisul Corretora de Valores recebe Selo de Qualificação *Retail Broker*.

Agosto/2017. Anuário destaca o Banrisul como um dos maiores bancos do Brasil e da América Latina, com destaque, também, à Banrisul Cartões, que ficou entre as 1.000 maiores empresas do país.

Setembro/2017. Banrisul está entre os maiores bancos do país no *ranking* Finanças do anuário Valor 1000.

Setembro/2017. Banrisul recebe o *Top Ser Humano* e o *Top Cidadania* concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS).

Setembro/2017. Banrisul é destaque entre as principais instituições financeiras no estudo Estadão Empresas Mais.

Outubro/2017. Banrisul conquista prêmio em gestão de recursos humanos pelo *case* Acessibilidade: veja, ouça e sinta.

Novembro/2017. Banrisul é uma das empresas mais inovadoras no uso de Tecnologia da Informação.

Novembro/2017. *Ranking* Grandes & Líderes - 500 Maiores do Sul aponta o Banrisul entre as maiores empresas do Estado e da Região Sul do Brasil.

Dezembro/2017. Banrisul conquista *Top de Marketing* em duas categorias, *Tecnologia* e *Top Inovação* em Serviços ADVB/RS.

Dezembro/2017. Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do Brasil na edição anual Valor Grandes Grupos.

AGRADECIMENTOS

Rumo aos 90 anos de história, o Banrisul encerra o ano de 2017 superando resultados e em constante transformação para garantir um Banco eficiente, moderno e sustentável. A Instituição agradece aos clientes, pela preferência, aos investidores, pela parceria nos negócios e aos empregados pela dedicação. O Banrisul segue reafirmando o compromisso de oferecer serviços bancários de qualidade aos clientes e à comunidade, bem como manter o Banco sólido e competitivo.

Diretoria

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO	2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE	44.182.326	31.760.901	45.932.062	33.396.104
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	801.667	937.080	801.704	937.520
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 05)	612.244	1.782.724	628.744	1.808.192
Aplicações no Mercado Aberto	25.187	1.280.278	41.687	1.305.746
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	587.057	502.446	587.057	502.446
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06)	16.799.560	5.513.573	17.231.046	5.825.254
Carteira Própria	12.278.625	3.558.669	12.879.851	4.027.676
Vinculados a Compromissos de Recompra	4.507.982	1.342.333	4.329.173	1.184.999
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.860	133.341	12.860	133.341
Vinculados à Prestação de Garantias	93	479.230	9.154	479.230
Moedas de Privatização	-	-	8	8
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.113.736	9.910.649	11.113.736	9.910.649
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.802	2.404	1.802	2.404
Créditos Vinculados (Nota 07)				
Depósitos no Banco Central	11.078.129	9.873.898	11.078.129	9.873.898
Convênios	49	66	49	66
Correspondentes	33.756	34.281	33.756	34.281
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	174.414	56.811	174.414	56.811
Recursos em Trânsito de Terceiros	7.799	1.432	7.799	1.432
Transferências Internas de Recursos	166.615	55.379	166.615	55.379
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 08)	9.939.810	9.612.687	9.939.810	9.612.687
Operações de Crédito				
Setor Público	11.016	11.519	11.016	11.519
Setor Privado	10.425.796	9.964.148	10.425.796	9.964.148
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	5.171	6.119	5.171	6.119
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(502.173)	(369.099)	(502.173)	(369.099)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 08)	18.772	23.452	18.772	23.452
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	3.981	2.925	3.981	2.925
Setor Privado	15.933	21.851	15.933	21.851
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(1.142)	(1.324)	(1.142)	(1.324)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 09)	4.649.793	3.824.865	5.948.771	5.121.957
Avais e Fianças Honrados	2.132	-	2.132	-
Carteira de Câmbio	719.157	735.190	719.157	735.190
Rendas a Receber	161.667	136.036	126.060	129.189
Negociação e Intermediação de Valores	8.997	-	107.557	1.965
Créditos Específicos	-	-	523	211
Diversos	3.852.972	3.058.502	5.099.331	4.369.304
Provisão para Outros Créditos	(95.132)	(104.863)	(105.989)	(113.902)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	72.330	99.060	75.065	99.582
Outros Valores e Bens	1.838	2.648	3.412	2.736
Despesas Antecipadas	70.492	96.412	71.653	96.846

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO (continuação)	2017	2016	2017	2016
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.799.147	34.034.080	25.825.419	34.058.906
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
DERIVATIVOS (Nota 06)	6.946.569	15.628.393	6.957.858	15.636.633
Carteira Própria	5.659.005	10.313.630	5.659.005	10.313.630
Vinculados a Compromissos de Recompra	502.144	4.275.690	502.144	4.275.690
Instrumentos Financeiros Derivativos	92.362	38.718	92.362	38.718
Vinculados ao Banco Central	667.061	606.632	667.061	606.632
Vinculados à Prestação de Garantias	25.997	393.723	37.286	401.963
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	957.181	893.657	957.181	893.657
Créditos Vinculados (Nota 07)				
Sistema Financeiro da Habitação	957.181	893.657	957.181	893.657
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 08)	15.875.290	15.026.651	15.875.290	15.026.651
Operações de Crédito				
Setor Público	56.159	67.700	56.159	67.700
Setor Privado	17.960.964	17.061.827	17.960.964	17.061.827
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	30.928	38.703	30.928	38.703
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(2.172.761)	(2.141.579)	(2.172.761)	(2.141.579)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 08)	19.401	24.144	19.401	24.144
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	2.100	1.201	2.100	1.201
Setor Privado	22.132	28.300	22.132	28.300
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(4.831)	(5.357)	(4.831)	(5.357)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 09)	1.932.205	2.352.219	1.947.188	2.368.805
Carteira de Câmbio	1.197	7.713	1.197	7.713
Diversos	1.999.372	2.409.363	2.014.355	2.425.949
Provisão para Outros Créditos	(68.364)	(64.857)	(68.364)	(64.857)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	68.501	109.016	68.501	109.016
Outros Valores e Bens	115.075	93.816	115.075	93.816
Provisão para Desvalorização	(67.573)	(32.861)	(67.573)	(32.861)
Despesas Antecipadas	20.999	48.061	20.999	48.061
PERMANENTE	2.579.889	2.451.964	1.529.910	1.583.476
INVESTIMENTOS (Nota 11 (a))	1.183.741	989.177	116.876	102.850
Participação em Coligadas e Controladas no País	1.177.040	982.448	110.082	96.029
Outros Investimentos	11.486	11.514	11.647	11.709
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.853)	(4.888)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11 (b))	165.252	153.792	181.840	171.197
Imóveis de Uso	113.336	113.934	125.458	124.898
Outras Imobilizações de Uso	624.114	597.575	648.371	620.935
Depreciação Acumulada	(572.198)	(557.717)	(591.989)	(574.636)
INTANGÍVEL (Nota 11 (c))	1.230.896	1.308.995	1.231.194	1.309.429
Ativos Intangíveis	1.527.374	1.467.456	1.529.533	1.469.615
Amortização Acumulada	(296.478)	(158.461)	(298.339)	(160.186)
TOTAL DO ATIVO	72.561.362	68.246.945	73.287.391	69.038.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE	28.261.744	26.959.106	28.983.521	27.746.170
DEPÓSITOS (Nota 12)	15.392.753	14.063.619	15.352.738	13.780.899
Depósitos à Vista	3.566.049	3.028.673	3.553.902	3.003.632
Depósitos de Poupança	8.312.468	7.608.229	8.312.468	7.608.229
Depósitos Interfinanceiros	81.887	174.508	81.887	174.508
Depósitos a Prazo	3.432.349	3.252.209	3.404.481	2.994.530
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 12)	5.006.189	5.610.523	4.852.616	5.453.373
Carteira Própria	5.006.189	5.610.523	4.852.616	5.453.373
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	1.233.137	848.758	974.383	848.758
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.233.137	848.758	974.383	848.758
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.773	2.102	2.773	2.102
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.206	2.102	2.206	2.102
Correspondentes	567	-	567	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	180.305	183.463	178.220	183.463
Recursos em Trânsito de Terceiros	180.305	183.449	178.220	183.449
Transferências Internas de Recursos	-	14	-	14
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	714.377	949.234	715.093	949.888
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	716	654
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	714.377	949.234	714.377	949.234
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)	663.520	759.017	663.520	759.017
Tesouro Nacional	160.851	147.351	160.851	147.351
BNDES	339.681	403.527	339.681	403.527
CEF	5.768	5.942	5.768	5.942
FINAME	156.714	201.854	156.714	201.854
Outras Instituições Oficiais	506	343	506	343
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 14)	2.274	2.238	2.274	2.238
Repasse do Exterior	2.274	2.238	2.274	2.238
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06 (d))	34.463	174.524	34.463	174.524
Instrumentos Financeiros Derivativos	34.463	174.524	34.463	174.524
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	5.031.953	4.365.628	6.207.441	5.591.908
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	61.777	62.977	61.777	63.005
Carteira de Câmbio	29.422	13.711	29.422	13.711
Sociais e Estatutárias	181.324	38.719	181.614	38.899
Fiscais e Previdenciárias	505.192	446.440	538.647	477.778
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	99.329	2.079
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	804.189	884.293	804.189	884.293
Dívidas Subordinadas	133.232	131.205	133.232	131.205
Diversas	3.316.817	2.788.283	4.359.231	3.980.938

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (continuação)	2017	2016	2017	2016
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	37.267.869	34.847.316	37.268.845	34.848.890
DEPÓSITOS (Nota 12)	31.731.851	28.758.766	31.731.851	28.758.766
Depósitos Interfinanceiros	67.225	155.406	67.225	155.406
Depósitos a Prazo	31.664.626	28.603.360	31.664.626	28.603.360
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	1.063.465	1.130.180	1.063.465	1.130.180
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.063.465	1.130.180	1.063.465	1.130.180
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	1.004	2.650	1.609	4.029
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	605	1.379
Empréstimos no Exterior (Nota 13)	1.004	2.650	1.004	2.650
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)	1.552.242	1.853.709	1.552.242	1.853.709
BNDES	1.086.978	1.267.538	1.086.978	1.267.538
CEF	46.111	50.282	46.111	50.282
FINAME	417.198	533.676	417.198	533.676
Outras Instituições Oficiais	1.955	2.213	1.955	2.213
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 14)	3.434	5.625	3.434	5.625
Repasse do Exterior	3.434	5.625	3.434	5.625
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 06 (d))	371.706	424.046	371.706	424.046
Instrumentos Financeiros Derivativos	371.706	424.046	371.706	424.046
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	2.544.167	2.672.340	2.544.538	2.672.535
Fiscais e Previdenciárias	526.479	508.104	526.479	508.104
Dívidas Subordinadas	1.759.906	1.701.168	1.759.906	1.701.168
Diversas	257.782	463.068	258.153	463.263
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 23)	7.031.749	6.440.523	7.035.025	6.443.426
Capital Social de Domiciliados no País	4.750.000	4.500.000	4.750.000	4.500.000
Reservas de Capital	4.511	4.511	4.511	4.511
Reservas de Lucros	2.468.615	2.085.820	2.468.615	2.085.820
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(191.377)	(149.808)	(191.377)	(149.808)
Participação de Não Controladores	-	-	3.276	2.903
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72.561.362	68.246.945	73.287.391	69.038.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

			Banrisul	Banrisul Consolidado	
	2º Semestre	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.777.325	9.927.230	10.616.325	9.978.492	10.668.417
Operações de Crédito	3.262.149	6.529.191	6.877.532	6.529.191	6.877.532
Operações de Arrendamento Mercantil	3.642	7.768	9.243	7.768	9.243
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	999.359	2.229.131	2.733.705	2.280.393	2.785.797
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(41.799)	(86.295)	(342.414)	(86.295)	(342.414)
Resultado de Operações de Câmbio	66.321	145.094	76.475	145.094	76.475
Resultado das Aplicações Compulsórias	444.381	1.004.171	1.167.861	1.004.171	1.167.861
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	43.272	98.170	93.923	98.170	93.923
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.839.409)	(6.235.962)	(7.203.318)	(6.207.870)	(7.166.854)
Operações de Captação no Mercado	(1.909.375)	(4.400.049)	(5.253.120)	(4.369.582)	(5.213.862)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(202.207)	(393.835)	(285.274)	(393.912)	(285.397)
Provisão para Operações de Crédito (Nota 08 (e))	(727.827)	(1.442.078)	(1.664.924)	(1.444.376)	(1.667.595)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.937.916	3.691.268	3.413.007	3.770.622	3.501.563
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(894.797)	(2.228.564)	(2.432.953)	(2.175.988)	(2.396.708)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	70.241	144.023	148.738	317.379	296.984
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	478.731	923.559	833.797	1.429.165	1.403.337
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(915.842)	(1.928.677)	(1.805.161)	(1.942.116)	(1.817.491)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(766.804)	(1.541.949)	(1.340.240)	(1.782.743)	(1.644.307)
Despesas Tributárias	(178.593)	(349.086)	(333.949)	(453.754)	(447.876)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	151.558	289.590	272.181	31.061	28.852
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	562.249	769.640	416.572	765.935	419.499
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(296.337)	(535.664)	(624.891)	(540.915)	(635.706)
RESULTADO OPERACIONAL	1.043.119	1.462.704	980.054	1.594.634	1.104.855
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	1.043.119	1.462.704	980.054	1.594.634	1.104.855
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25 (a))	(232.403)	(286.116)	(221.899)	(417.363)	(346.113)
Corrente	(276.101)	(456.843)	(507.797)	(588.729)	(632.486)
Diferido	43.698	170.727	285.898	171.366	286.373
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(73.885)	(123.552)	(98.466)	(123.622)	(98.466)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	-	-	-	(613)	(587)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	736.831	1.053.036	659.689	1.053.036	659.689
Número de Ações em Circulação – Milhares (Nota 23 (a))	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	1.801,66	2.574,82	1.613,03	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores em Milhares de Reais)

	2º Semestre		Banrisul		Banrisul Consolidado
	2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	1.043.119	1.462.704	980.054	1.594.634	1.104.855
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados					
Depreciação e Amortização	89.813	185.311	144.631	188.501	148.234
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(151.558)	(289.590)	(272.181)	(31.061)	(28.852)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	79.923	200.892	(185.923)	200.892	(185.923)
Provisão para Operações de Crédito	727.827	1.442.078	1.664.924	1.444.376	1.667.595
Provisão (Reversão) para Perdas de Securitização	(143)	(142)	(211)	(142)	(211)
Provisão para Contingências	127.301	214.253	228.159	216.602	229.980
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	1.916.282	3.215.506	2.559.453	3.613.802	2.935.678
Variação de Ativos e Obrigações	(791.637)	(1.892.461)	1.331.712	(2.189.090)	935.157
(Aumento) em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	(201.031)	(147.673)	(432.758)	(147.673)	(432.758)
(Aumento) em Títulos para Negociação	(138.567)	(375.858)	(434.404)	(389.545)	(453.228)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(44.228)	(125.564)	1.385.342	(125.564)	1.385.342
(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(1.311.111)	(1.386.701)	(1.630.026)	(1.388.786)	(1.630.026)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(1.091.664)	(2.549.608)	1.469.611	(2.549.608)	1.452.116
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	2.015	10.124	4.328	10.124	4.328
(Aumento) em Outros Créditos	(119.805)	(438.995)	(333.029)	(519.560)	(200.607)
Redução em Outros Valores e Bens	45.395	67.245	31.908	65.032	31.840
Aumento em Depósitos	2.744.617	4.302.219	3.919.534	4.544.924	3.841.336
Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	381.209	(604.334)	(1.649.665)	(600.757)	(1.735.363)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	76.583	317.664	(369.831)	58.910	(369.831)
(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(388.436)	(635.622)	(939.444)	(636.334)	(940.527)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(444.076)	126.864	814.278	58.282	601.629
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(302.538)	(452.222)	(504.132)	(568.535)	(619.094)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.124.645	1.323.045	3.891.165	1.424.712	3.870.835
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	35.741	57.533	53.234	57.533	53.234
(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	(32.582)	(66.619)	(117.911)	(163.677)	(93.160)
(Aumento) em Títulos Mantidos até o Vencimento	(1.338.308)	(2.223.630)	(1.269.609)	(2.235.739)	(1.270.623)
Alienação de Investimentos	-	255	1.178	248	1.403
Alienação de Imobilizado de Uso	583	750	337	1.330	5.104
Baixa do Intangível	-	810	-	950	-
Aquisição de Investimentos	(667)	(1.357)	(14.325)	(1.357)	(14.325)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(19.681)	(32.418)	(26.959)	(35.235)	(32.414)
Aplicação no Intangível	(31.232)	(84.071)	(1.380.580)	(84.211)	(1.380.580)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.386.146)	(2.348.747)	(2.754.635)	(2.460.158)	(2.731.361)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dívidas Subordinadas	(8.929)	(17.929)	167.967	(17.929)	167.967
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(60.829)	(122.198)	(141.315)	(122.198)	(141.315)
Dividendos Pagos	-	(16.677)	-	(16.677)	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(113.038)	(275.819)	(248.088)	(275.819)	(248.088)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	373	443
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(182.796)	(432.623)	(221.436)	(432.250)	(220.993)
Efeito da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	216	4.759	-	4.759	-
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(444.081)	(1.453.566)	915.094	(1.462.937)	918.481
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício	1.277.561	2.287.046	1.371.952	2.312.954	1.394.473
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício	833.480	833.480	2.287.046	850.017	2.312.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores em Milhares de Reais)

			Banrisul	Banrisul Consolidado	
	2º Semestre	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS (a)	5.104.445	10.266.336	10.352.351	10.990.622	11.122.485
Intermediação Financeira	4.721.051	9.871.192	10.618.168	9.922.519	10.670.260
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	548.972	1.067.582	982.535	1.746.544	1.700.321
Provisão para Operações de Crédito	(727.827)	(1.442.078)	(1.664.924)	(1.444.376)	(1.667.595)
Outras	562.249	769.640	416.572	765.935	419.499
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	(2.111.582)	(4.793.884)	(5.538.394)	(4.763.494)	(5.499.259)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	(864.741)	(1.731.366)	(1.722.060)	(1.976.412)	(2.035.048)
Materiais, Energia e Outros	(607.431)	(1.167.410)	(1.236.143)	(1.218.976)	(1.303.215)
Serviços de Terceiros	(313.584)	(619.994)	(484.074)	(813.409)	(729.990)
Perda (Recuperação) de Valores Ativos	56.274	56.038	(1.843)	55.973	(1.843)
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	2.128.122	3.741.086	3.091.897	4.250.716	3.588.178
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	(89.813)	(185.311)	(144.631)	(188.501)	(148.234)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	2.038.309	3.555.775	2.947.266	4.062.215	3.439.944
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	151.558	289.590	272.181	31.061	28.852
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	151.558	289.590	272.181	31.061	28.852
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	2.189.867	3.845.365	3.219.447	4.093.276	3.468.796
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.189.867	3.845.365	3.219.447	4.093.276	3.468.796
Pessoal	855.237	1.789.885	1.653.031	1.802.481	1.664.572
Remuneração Direta	648.957	1.374.513	1.258.224	1.383.663	1.266.438
Benefícios	164.694	334.939	316.210	336.886	318.069
FGTS	41.586	80.433	78.597	81.932	80.065
Impostos, Taxas e Contribuições	545.486	897.546	806.444	1.134.374	1.045.374
Federais	517.935	842.629	755.389	1.045.462	956.705
Estaduais	71	87	136	120	165
Municipais	27.480	54.830	50.919	88.792	88.504
Remuneração de Capitais de Terceiros	52.313	104.898	100.283	102.772	98.574
Aluguéis	52.313	104.898	100.283	102.772	98.574
Remuneração de Capitais Próprios	736.831	1.053.036	659.689	1.053.649	660.276
Juros sobre o Capital Próprio	237.256	400.037	248.088	400.037	248.088
Dividendos	20.204	20.204	16.677	20.204	16.677
Lucros Retidos do Semestre/Exercício	479.371	632.795	394.924	632.795	394.924
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	613	587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores em Milhares de Reais)

Atribuível aos Acionistas da Controladora											
	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Banrisul	Participação de Não Controladores	Total Banrisul Consolidado
				Legal	Estatutária	Para Expansão					
Em 01 de janeiro de 2016	4.250.000	-	4.511	390.987	1.312.212	237.697	10.699	-	6.206.106	2.460	6.208.566
Aumento de Capital (Nota 23 (a))	250.000	-	-	-	(12.303)	(237.697)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	3.785	-	3.785	-	3.785
Ajustes de Avaliação Atuarial (Nota 26 (d))	-	-	-	-	-	-	(164.223)	-	(164.223)	-	(164.223)
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	-	-	-	-	-	-	(69)	-	(69)	-	(69)
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	443	443
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	659.689	659.689	-	659.689
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	32.984	164.923	197.017	-	(394.924)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(248.088)	(248.088)	-	(248.088)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(16.677)	(16.677)	-	(16.677)
Em 31 de dezembro de 2016	4.500.000	-	4.511	423.971	1.464.832	197.017	(149.808)	-	6.440.523	2.903	6.443.426
Em 01 de janeiro de 2017	4.500.000	-	4.511	423.971	1.464.832	197.017	(149.808)	-	6.440.523	2.903	6.443.426
Aumento de Capital (Nota 23 (a))	250.000	-	-	-	(52.983)	(197.017)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	4.893	-	4.893	-	4.893
Ajustes de Avaliação Atuarial (Nota 26(d))	-	-	-	-	-	-	(51.221)	-	(51.221)	-	(51.221)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	4.759	-	4.759	-	4.759
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	373	373
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.053.036	1.053.036	-	1.053.036
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	52.652	263.259	316.884	-	(632.795)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(400.037)	(400.037)	-	(400.037)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(20.204)	(20.204)	-	(20.204)
Em 31 de dezembro de 2017	4.750.000	-	4.511	476.623	1.675.108	316.884	(191.377)	-	7.031.749	3.276	7.035.025
Em 01 de julho de 2017	4.500.000	250.000	4.511	439.781	1.490.900	58.563	(143.881)	-	6.599.874	3.153	6.603.027
Aumento de Capital (Nota 23 (a))	250.000	(250.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	2.632	-	2.632	-	2.632
Ajustes de Avaliação Atuarial (Nota 26(d))	-	-	-	-	-	-	(50.344)	-	(50.344)	-	(50.344)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	216	-	216	-	216
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123	123
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	736.831	736.831	-	736.831
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	36.842	184.208	258.321	-	(479.371)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(237.256)	(237.256)	-	(237.256)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(20.204)	(20.204)	-	(20.204)
Em 31 de dezembro de 2017	4.750.000	-	4.511	476.623	1.675.108	316.884	(191.377)	-	7.031.749	3.276	7.035.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, cartões de crédito, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância a Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

Ativo	2017	2016
Operações de Crédito	354.989	735.735
Operações com Sede no Brasil	243.398	581.596
Outras Operações de Crédito	111.591	154.139
Outros Ativos	72.965	243.098
Imobilizado de Uso	5	12
Total do Ativo	427.959	978.845
Passivo	2017	2016
Depósitos	91.154	232.031
Operações com Sede no Brasil	58.214	196.388
Outros Depósitos	32.940	35.643
Outras Obrigações	1.797	94
Outros Passivos	32.902	463.192
Patrimônio Líquido	302.106	283.528
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	427.959	978.845
Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas da Intermediação Financeira	25.783	38.558
Despesas da Intermediação Financeira	(7.699)	(981)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4.265)	(23.832)
Lucro Líquido do Período	13.819	13.745

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes e os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão estão registrados como componente do Patrimônio Líquido, no montante de R\$4.759.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e de fundo de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. A participação de não controladores é inicialmente mensurada pela parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e o fundo de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Atividade	Participação Total	
		2017	2016
Empresas Controladas			
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Cartões	99,78%	99,78%
Fundo de Investimento			
Banrisul Giro Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

(e) As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 07 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução nº 3.604/08 do CMN), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

- **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, deduzido perda de caráter permanente, quando aplicável, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 15) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 06. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 15. Na data de 31 de dezembro de 2017, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 06 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(f) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 08.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(g) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

O valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 08, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações com base no número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes com base nas respectivas faixas de atraso.

(h) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, que correspondem a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e/ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, compostos basicamente por custo de originação de crédito - correspondentes bancários.

O Banrisul, a partir do exercício de 2015, optou pela adoção da alteração ocorrida na Resolução nº 4.294/13 do CMN, que regulamenta a forma de pagamento da remuneração sobre a contratação de correspondentes no País e a Circular nº 3.738/14 do Bacen que estabelece procedimentos para a contabilização da remuneração de correspondentes no País. Os efeitos dessa opção estão registrados nas Notas 10 e 20.

(i) Ativo Permanente

- **Investimentos** - os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas. O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

- **Imobilizado de Uso** - imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Conforme estabelece a Resolução nº 4.435/16 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2017, os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Imobilizado	Estimativa da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	59
Instalações	25
Equipamentos em Uso	19
Outros	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Por determinação legal, realizamos anualmente a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

- **Intangível** – corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. A Resolução nº 4.534/16 do CMN, estabelece a partir de 1º de janeiro de 2017 o reconhecimento do ativo intangível pelo valor de custo, e a amortização dos bens com vida útil definida reconhecida ao longo da vida útil estimada pelo método linear.

Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares conforme descrito a seguir:

Intangível	Estimativa da Vida Útil em Anos
Folhas de Pagamento	5
Softwares	7

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

Setor Público - referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e demais órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos (Nota 11(c)).

Setor Privado - referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, de três a sete anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que o valor recuperável estimado, e é revisado anualmente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*). Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

(k) Conversão de Moeda Estrangeira

As demonstrações financeiras do Banrisul estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para as dependências no exterior o Banrisul definiu a moeda funcional, conforme estabelece a Resolução nº 4.524/16 do CMN.

O Banrisul possui duas dependências no exterior - Miami e Grand Cayman, cujas demonstrações financeiras são traduzidas na moeda norte-americana. As demonstrações de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

Os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão são registrados nas demonstrações financeiras convertidas da investida no exterior como componente do Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Em razão da mudança de critério de contabilização dos ajustes de variação cambial de investimentos no exterior, estabelecido pela Resolução nº 4.524/16, a tabela a seguir reapresenta os saldos comparativos que até 31 de dezembro de 2016 eram reconhecidos em conta de resultado na rubrica Outras Receitas (Despesas) Operacionais e a partir de 01 de janeiro de 2017 passaram a ser reconhecidos no Patrimônio Líquido.

Balanco Patrimonial	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		
	Original	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo				
Circulante	44.182.326	31.760.901	-	31.760.901
Não Circulante	25.799.147	34.034.080	-	34.034.080
Permanente	2.579.889	2.451.964	-	2.451.964
Total do Ativo	72.561.362	68.246.945	-	68.246.945
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante	28.261.744	26.959.106	-	26.959.106
Não Circulante	37.267.869	34.847.316	-	34.847.316
Patrimônio Líquido	7.031.749	6.440.523	-	6.440.523
Capital Social	4.750.000	4.500.000	-	4.500.000
Reservas de Capital	4.511	4.511	-	4.511
Reservas de Lucros	2.468.615	2.085.820	53.450	2.139.270
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(191.377)	(149.808)	(53.450)	(203.258)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	72.561.362	68.246.945	-	68.246.945

Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016		
	Original	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita da Intermediação Financeira	9.927.230	10.616.325	-	10.616.325
Despesas da Intermediação Financeira	(6.235.962)	(7.203.318)	-	(7.203.318)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.691.268	3.413.007	-	3.413.007
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.228.564)	(2.432.953)	53.450	(2.379.503)
Resultado Operacional	1.462.704	980.054	53.450	1.033.504
Imposto de Renda e Contribuição Social	(286.116)	(221.899)	-	(221.899)
Participações Estatutárias no Lucro	(123.552)	(98.466)	-	(98.466)
Lucro Líquido do Exercício	1.053.036	659.689	53.450	713.139

(l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas Notas 12, 13 e 14.

(m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Provisões e Passivos Contingentes** - a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação.

- **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(n) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 para Contribuição Social para as empresas financeiras e equiparadas e de 9% para as demais empresas. Para o Imposto de Renda sobre o lucro tributável a alíquota é de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) apurado no período, ajustado por diferenças permanentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, e na perspectiva de realização estimada para estes créditos no período de vigência destas alíquotas sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do resultado do período. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(p) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

- **Obrigações de Aposentadoria** - o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

- **Planos de Previdência** - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

- **Planos de Saúde** - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

- **Prêmio Aposentadoria** - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(q) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/10 da CVM.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades	801.667	937.080	801.704	937.520
Disponibilidades em Moeda Nacional	705.673	707.501	705.710	707.941
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	95.994	229.579	95.994	229.579
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.813	1.349.966	48.313	1.375.434
Aplicações no Mercado Aberto	25.187	1.280.278	41.687	1.305.746
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	6.626	69.688	6.626	69.688
Total	833.480	2.287.046	850.017	2.312.954

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações no Mercado Aberto	25.187	1.280.278	41.687	1.305.746
Revendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	25.187	930.219	25.187	930.219
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	350.059	-	350.059
Certificados de Depósito Bancário	-	-	1.164	2.075
Outros	-	-	15.336	23.393
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	587.057	502.446	587.057	502.446
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	587.057	502.446	587.057	502.446
Total	612.244	1.782.724	628.744	1.808.192

NOTA 06 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos para Negociação	3.920.159	3.544.301	3.962.032	3.572.487
Títulos Disponíveis para Venda	864.664	793.152	1.245.217	1.076.647
Títulos Mantidos até o Vencimento	18.856.084	16.632.454	18.876.433	16.640.694
Instrumentos Financeiros Derivativos	105.222	172.059	105.222	172.059
Total	23.746.129	21.141.966	24.188.904	21.461.887

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados o Banrisul adota metodologia de apuração de valor de mercado por modelo de precificação, que utiliza as Curvas Futuras divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.866.376	3.544.301	3.866.376	3.544.301
Ações de Cias Abertas	53.783	-	53.783	-
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	31.313	19.727
Cotas de Fundo Referenciado	-	-	310	1.257
Outras Cotas de Fundos	-	-	10.250	7.202
Total	3.920.159	3.544.301	3.962.032	3.572.487

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul Consolidado
		Valor de Mercado		Valor de Mercado
Sem Vencimento ⁽¹⁾	23	53.783	41.896	95.656
De 3 a 12 meses	2.507.291	2.506.865	2.507.291	2.506.865
De 1 a 3 anos	582.152	582.143	582.152	582.143
De 3 a 5 anos	777.134	777.368	777.134	777.368
Total em 2017	3.866.600	3.920.159	3.908.473	3.962.032
Total em 2016	3.546.780	3.544.301	3.574.965	3.572.487

(1) No Valor de Mercado inclui-se ações recebidas em bonificação quando da desmutualização de entidade de meios de pagamento no valor de R\$53.783.

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	841.415	765.106	841.415	765.106
Ações de Companhias Abertas	23.110	16.809	23.489	17.972
Certificados de Privatização	-	-	8	8
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	11.117	377.971	291.319
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	2.195	2.122
Outras Cotas de Fundos	139	120	139	120
Total	864.664	793.152	1.245.217	1.076.647

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul Consolidado
		Valor de Mercado		Valor de Mercado
Sem Vencimento	22.011	23.249	402.398	403.802
De 3 a 12 meses	841.424	841.415	841.424	841.415
Total em 2017	863.435	864.664	1.243.822	1.245.217
Total em 2016	798.353	793.152	1.081.470	1.076.647

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul	Custo de Aquisição Atualizado	Banrisul Consolidado
		Valor de Mercado		Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.611.922	18.611.556	18.632.271	18.631.905
Títulos Públicos Federais - CVS	104.739	87.073	104.739	87.073
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	20.745	20.538	20.745	20.538
Debêntures	13.516	12.885	13.516	12.885
Letras Financeiras	105.162	105.162	105.162	105.162
Total em 2017	18.856.084	18.837.214	18.876.433	18.857.563
Total em 2016	16.632.454	16.587.536	16.640.694	16.595.776

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Até 3 meses	4.561.130	37.426	4.570.190	37.426
De 3 a 12 meses	7.440.747	1.770.459	7.440.747	1.770.459
De 1 a 3 anos	3.463.802	14.070.241	3.463.803	14.078.481
De 3 a 5 anos	1.237.904	633.147	1.249.192	633.147
De 5 a 15 anos	2.152.501	114.436	2.152.501	114.436
Acima de 15 anos	-	6.745	-	6.745
Total	18.856.084	16.632.454	18.876.433	16.640.694

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 15, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na CETIP S/A – Mercados Organizados, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Mercado	Banrisul e Banrisul Consolidado	
				2017	2016
Derivativos Usados como <i>Hedge</i> de Valor Justo				Valor de Mercado	Valor de Mercado
Instrumento de <i>Hedge</i>					
Contratos de <i>Swap</i>	2.102.648	(406.169)	105.222	(300.947)	(426.511)
Moeda Estrangeira – Dólar	2.102.648	(406.169)	105.222	(300.947)	(426.511)
Objeto de <i>Hedge</i>					
Dívida Subordinada (Nota 15)	917.665	1.783.182	104.770	1.887.952	1.828.036
Moeda Estrangeira – Dólar	917.665	1.783.182	104.770	1.887.952	1.828.036

Em janeiro de 2016, o Banrisul contratou novas operações de *swap* em substituição às vigentes utilizadas como *hedge* da Dívida Subordinada. Estas operações estão casadas em termos de valor com nocional em US\$, prazos e taxas de juros com os termos dos compromissos do passivo em Dívidas Subordinadas emitidas no Exterior, permanecendo a proteção da dívida na estrutura de *hedge accounting*.

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Banrisul e Banrisul Consolidado	
			Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(319.301)	(86.868)	(406.169)
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	104.608	614	105.222
Ajuste Líquido em 2017		(214.693)	(86.254)	(300.947)
Ajuste Líquido em 2016		(498.053)	71.542	(426.511)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

Swaps	Valor de Referência	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Banrisul e Banrisul Consolidado				
			Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	(214.693)	(7.223)	(7.062)	(26.385)	(174.023)	-
Passivo							
% do CDI	(2.102.648)	(86.254)	(4.075)	(3.243)	(13.677)	(65.259)	-
Ajuste Líquido em 2017		(300.947)	(11.298)	(10.305)	(40.062)	(239.282)	-
Ajuste Líquido em 2016		(426.511)	(21.801)	(19.382)	(65.627)	(53.820)	(265.881)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$329.981.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 07 - CRÉDITOS VINCULADOS

Descrição	Forma de Remuneração	Banrisul e Banrisul Consolidado	
		2017	2016
Depósitos Compulsórios - Bacen		11.078.129	9.873.898
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	502.481	619.846
Exigibilidade Adicional	SELIC	-	2.785.108
Depósitos de Poupança	Poupança	1.997.819	1.541.489
Outros Depósitos	Sem Remuneração	39.553	26.294
Recursos a Prazo	SELIC	8.538.276	4.901.161
Créditos Vinculados ao SFH		957.181	893.657
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.	594.924	562.440
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	359.755	328.838
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	2.502	2.379
Correspondentes	Sem Remuneração	33.756	34.281
Convênios	SELIC	49	66
Total		12.069.115	10.801.902

(1) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2017, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis*, no valor de R\$954.679 (2016 - R\$891.278). O seu valor de face é de R\$1.032.734 (2016 - R\$983.118). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 08 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

	Banrisul e Banrisul Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2017	2016
Empréstimos e Títulos Descontados	448.185	14.363.034	2.081.430	939.940	714.521	241.798	206.206	236.897	1.640.643	20.872.654	18.808.325
Financiamentos	248.487	396.095	415.122	88.592	71.002	5.419	2.350	13.891	99.086	1.340.044	1.828.718
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	695.816	1.130.975	275.821	84.218	54.742	9.739	8.866	20.524	102.573	2.383.274	2.564.323
Financiamentos Imobiliários	1.319.344	1.838.233	203.631	198.459	53.379	54.420	16.964	5.633	102.700	3.792.763	3.828.257
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	9.418	24.612	1.527	209	-	-	11	-	322	36.099	44.822
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	15.035	50.166	-	-	-	-	-	-	-	65.201	75.571
Subtotal de Operações de Crédito	2.736.285	17.803.115	2.977.531	1.311.418	893.644	311.376	234.397	276.945	1.945.324	28.490.035	27.150.016
Operações de Arrendamento Mercantil	5.466	9.843	16.587	4.484	1.761	660	382	263	4.700	44.146	54.277
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	46.132	193.483	240.294	54.427	45.370	29.276	-	51.739	6.968	667.689	722.811
Outros Créditos ⁽³⁾	36.752	1.351.187	89.673	15.459	5.751	1.194	510	574	15.146	1.516.246	1.372.115
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 09)	651.017	-	-	-	-	-	-	-	-	651.017	1.038.212
Total de Operações com Características de Crédito	3.475.652	19.357.628	3.324.085	1.385.788	946.526	342.506	235.289	329.521	1.972.138	31.369.133	30.337.431
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	353.343	75.404	73.834	15.366	5.893	6.235	27.170	4.007	-	561.252	905.510
Total Geral em 2017	3.828.995	19.433.032	3.397.919	1.401.154	952.419	348.741	262.459	333.528	1.972.138	31.930.385	31.242.941
Total de Operações com Características de Crédito em 2016	6.675.093	13.290.949	4.399.736	2.028.769	1.156.489	341.274	387.849	364.357	1.692.915		30.337.431

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu a Cibrasec operações de crédito imobiliário.

(2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendimentos de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio/Outros Créditos.

(3) Outros Créditos - referem-se a cartões de crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honorários e a rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão conforme demonstrada nas Notas 15 e 22.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado											
Operações em Curso Normal ⁽¹⁾											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2017	2016
Parcelas Vencidas	3.474.903	19.332.344	3.149.437	1.260.172	756.599	222.085	130.216	195.727	1.004.225	29.525.708	27.819.835
01 a 30 dias	138.410	1.464.985	288.078	96.422	44.679	10.103	4.843	4.105	24.497	2.076.122	2.280.593
31 a 60 dias	102.755	1.078.599	246.073	70.819	28.581	7.002	5.149	14.456	24.411	1.577.845	1.605.428
61 a 90 dias	103.096	936.468	262.338	80.415	29.563	15.274	4.725	4.612	21.472	1.457.963	1.445.814
91 a 180 dias	351.855	1.997.610	609.207	130.713	94.285	28.521	14.046	29.550	86.341	3.342.128	3.522.184
181 a 360 dias	496.854	2.930.021	605.986	215.210	98.778	43.576	26.864	24.819	120.413	4.562.521	3.845.753
Acima de 360 dias	2.281.933	10.924.661	1.137.755	666.593	460.713	117.609	74.589	118.185	727.091	16.509.129	15.120.063
Parcelas Vencidas	749	25.284	22.457	8.026	22.168	3.243	1.608	1.961	4.618	90.114	94.334
Até 14 dias	749	25.284	22.457	8.026	22.168	3.243	1.608	1.961	4.618	90.114	94.334
Subtotal	3.475.652	19.357.628	3.171.894	1.268.198	778.767	225.328	131.824	197.688	1.008.843	29.615.822	27.914.169
Operações em Curso Anormal ⁽¹⁾											
Parcelas Vencidas	-	-	134.335	94.743	135.557	84.564	75.042	79.167	544.960	1.148.368	1.430.395
01 a 30 dias	-	-	4.170	3.600	4.245	2.773	2.072	2.358	16.448	35.666	55.393
31 a 60 dias	-	-	3.858	3.205	3.830	2.584	1.922	2.244	15.585	33.228	50.155
61 a 90 dias	-	-	3.691	3.193	4.030	2.613	1.919	2.215	16.036	33.697	47.028
91 a 180 dias	-	-	9.887	8.869	11.171	7.144	5.572	6.268	44.419	93.330	127.515
181 a 360 dias	-	-	16.669	14.666	19.426	13.032	10.658	11.422	81.200	167.073	228.596
Acima de 360 dias	-	-	96.060	61.210	92.855	56.418	52.899	54.660	371.272	785.374	921.708
Parcelas Vencidas	-	-	17.856	22.847	32.202	32.614	28.423	52.666	418.335	604.943	992.867
01 a 14 dias	-	-	259	830	1.250	988	1.029	1.139	10.431	15.926	12.570
15 a 30 dias	-	-	16.450	6.351	8.786	8.294	2.185	3.661	11.732	57.459	145.579
31 a 60 dias	-	-	1.147	14.480	8.067	5.395	5.496	5.552	25.408	65.545	86.927
61 a 90 dias	-	-	-	1.186	12.195	5.106	4.448	5.335	29.197	57.467	98.582
91 a 180 dias	-	-	-	-	1.904	12.049	13.418	33.878	88.688	149.937	324.322
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	782	1.847	3.101	120.309	126.039	232.264
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	132.570	132.570	92.623
Subtotal	-	-	152.191	117.590	167.759	117.178	103.465	131.833	963.295	1.753.311	2.423.262
Total em 2017	3.475.652	19.357.628	3.324.085	1.385.788	946.526	342.506	235.289	329.521	1.972.138	31.369.133	30.337.431
Total em 2016	6.675.093	13.290.949	4.399.736	2.028.769	1.156.489	341.274	387.849	364.357	1.692.915	30.337.431	30.337.431

(1) A carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2017	2016
Setor Público		
Governo - Administração Direta e Indireta	73.256	83.345
Total Setor Público	73.256	83.345
Setor Privado		
Rural	2.383.419	2.564.480
Indústria	3.308.510	3.829.713
Comércio	2.108.378	2.675.120
Serviços e Outros	3.119.568	3.574.615
Pessoa Física	16.547.140	13.737.079
Habitação	3.828.862	3.873.079
Total Setor Privado	31.295.877	30.254.086
Total	31.369.133	30.337.431

(d) Concentração das Operações de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	2017		2016	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	446.085	1,42	616.139	2,03
10 Maiores Devedores Seguintes	1.410.128	4,50	1.525.814	5,03
20 Maiores Devedores Seguintes	1.209.316	3,86	1.132.367	3,73
50 Maiores Devedores Seguintes	1.690.789	5,39	1.735.128	5,72
100 Maiores Devedores Seguintes	1.546.843	4,93	1.680.349	5,54

(e) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Saldo Inicial	2.638.629	2.252.481
Constituição Líquida do Período	1.422.555	1.664.924
Baixas para Contas de Compensação	(1.284.566)	(1.278.776)
Saldo Final	2.776.618	2.638.629
Provisão sobre Operações de Crédito	2.674.934	2.510.678
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil	5.973	6.681
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 09)	95.711	121.270

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituído provisão para Outros Créditos - Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito no valor de R\$19.523 e em 2016 não houve constituição da provisão, e no Consolidado R\$21.821 (2016 - R\$2.671).

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito por Níveis de Risco:

Níveis de Risco	Banrisul e Banrisul Consolidado				
	Carteira de Crédito	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão Mínima Requerida	Provisão Adicional (Nota 03(g))	Provisão Existente Total
AA	3.475.652	0,00%	-	-	-
A	19.357.628	0,50%	96.788	19.357	116.145
B	3.324.085	1,00%	33.241	6.648	39.889
C	1.385.788	3,00%	41.574	20.787	62.361
D	946.526	10,00%	94.652	18.931	113.583
E	342.506	30,00%	102.752	6.850	109.602
F	235.289	50,00%	117.644	4.706	122.350
G	329.521	70,00%	230.665	9.885	240.550
H	1.972.138	100,00%	1.972.138	-	1.972.138
Total em 2017	31.369.133		2.689.454	87.164	2.776.618
Total em 2016	30.337.431		2.531.235	107.394	2.638.629

(g) Recuperação e Renegociação de Créditos

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Crédito e atingiram o montante de R\$294.340 (2016 - R\$364.963) no período, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Os valores de operações de crédito renegociadas no período totalizam R\$987.984 (2016 - R\$1.251.361), conforme Resolução nº 2.682/99 do CMN.

NOTA 09 - OUTROS CRÉDITOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Avais e Fianças Honrados	2.132	-	2.132	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados	2.132	-	2.132	-
Carteira de Câmbio	720.354	742.903	720.354	742.903
Câmbio Comprado a Liquidar	691.870	717.606	691.870	717.606
Direitos sobre Vendas de Câmbio	22.140	8.480	22.140	8.480
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(13.187)	(4.689)	(13.187)	(4.689)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	19.531	21.506	19.531	21.506
Rendas a Receber	161.667	136.036	126.060	129.189
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	81.390	60.567	372	-
Serviços Prestados a Receber	73.263	74.627	73.796	74.577
Rendas a Receber MDR (<i>Merchant Discount Rate</i>)	-	-	44.878	53.770
Outros	7.014	842	7.014	842
Negociação e Intermediação de Valores	8.997	-	107.557	1.965
Negociação e Intermediação de Valores	8.997	-	107.557	1.965
Créditos Específicos	-	-	523	211
Créditos Específicos	-	-	523	211
Diversos	5.852.344	5.467.865	7.113.686	6.795.253
Adiantamentos a Empregados	13.165	13.997	13.603	14.355
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	7.324	8.189	13.106	9.062
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 25 (b))	2.327.521	2.076.502	2.332.937	2.081.025
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 16 (b))	378.827	339.266	388.955	349.505
Impostos e Contribuições a Compensar (Nota 21)	218.944	294	220.859	4.471
Pagamentos a Ressarcir	85.003	76.188	85.003	76.324
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.576	1.579	1.576	1.579
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	1.328.788	1.192.632	2.561.747	2.488.841
Superávit Planos de Benefícios (Nota 26)	142.418	109.702	143.076	110.219
Transações com Cartões de Crédito	455.829	415.035	455.829	415.035
Devedores Diversos - País	241.932	196.269	245.978	206.625
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 08 (a))	651.017	1.038.212	651.017	1.038.212
Provisão para Outros Créditos	(163.496)	(169.720)	(174.353)	(178.759)
Com Característica de Crédito (Nota 08 (e)) ⁽²⁾	(95.711)	(121.270)	(95.711)	(121.270)
Sem Característica de Crédito	(67.785)	(48.450)	(78.642)	(57.489)
Total de Outros Créditos	6.581.998	6.177.084	7.895.959	7.490.762

(1) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2017, totalizavam R\$149.692 (2016 - R\$140.079) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$62.537 (2016 - R\$64.437) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 0,50% a 9,37% a.a. e indexados à TR e ao IGP-M com vencimento até 2029.

(c) Cartões de Débitos e Adquirência - referem-se a direitos a receber dos usuários do Banricompras e emissões das bandeiras Visa, MasterCard e VerdeCard utilizados na rede de adquirência e créditos que foram parcelados pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2017 totalizava R\$1.062.427 (2016 - R\$908.365) e no Consolidado R\$2.291.860 (2016 - R\$2.200.983).

(2) Provisão para Outros Créditos Com Característica de Crédito - constituída sobre as operações de Créditos por Avais e Fianças Honrados, Cartões de Crédito e Débito, Carteira de Câmbio e Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão.

NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outros Valores e Bens	116.913	96.464	118.487	96.552
Bens Não de Uso Próprio	115.075	93.816	115.163	93.904
Outros	1.838	2.648	3.324	2.648
Provisão para Desvalorização	(67.573)	(32.861)	(67.573)	(32.861)
Despesas Antecipadas	91.491	144.473	92.652	144.907
Custo de Originação de Crédito - Correspondentes Bancários ⁽¹⁾	51.085	122.535	51.085	122.535
Outros	40.406	21.938	41.567	22.372
Total	140.831	208.076	143.566	208.598

(1) Do montante de R\$51.085 (2016 - R\$122.535), R\$6.307 (2016 - R\$27.103) refere-se as operações contratadas a partir de 2015 conforme Circular nº 3.738/14 do Bacen.

NOTA 11 - PERMANENTE

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participações em Controladas e Coligadas no País	1.177.040	982.448	110.082	96.029
Participações em Controladas	1.066.958	886.419	-	-
Participações em Coligadas	94.485	76.688	94.485	76.688
Ágio na Aquisição de Investimentos ⁽¹⁾	15.597	19.341	15.597	19.341
Outros Investimentos	11.486	11.514	11.647	11.709
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.853)	(4.888)
Total	1.183.741	989.177	116.876	102.850

(1) O ágio representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., cujo valor está sendo amortizado no prazo de 10 anos.

	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado Líquido		Valor do Investimento	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Empresas Controladas	1.070.274	889.323	259.142	245.602	1.066.958	886.419
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	37.141	37.161	(20)	2.775	36.954	36.974
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	81.966	80.263	2.091	1.812	81.134	79.447
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	244.605	234.425	35.017	34.791	243.830	233.682
Banrisul Cartões S.A.	706.562	537.474	222.054	206.224	705.040	536.316
Empresas Coligadas	189.060	153.454	62.140	37.686	94.485	76.688
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	28.723	26.331	3.137	(343)	14.333	13.139
Banrisul Icatu Participações S.A.	160.337	127.123	59.003	38.029	80.152	63.549

(b) Imobilizado

	Banrisul			
	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2017	Saldo Líquido em 2016
Imobilizado de Uso				
Imóveis de Uso	113.336	(95.386)	17.950	18.099
Outras Imobilizações de Uso				
Móveis e Equipamentos em Estoque	1.662	-	1.662	2.537
Instalações	192.929	(127.528)	65.401	54.084
Móveis e Equipamentos de Uso	117.717	(76.555)	41.162	36.164
Outros				
Sistema de Comunicação	7.362	(4.260)	3.102	3.196
Sistema de Processamento de Dados	288.050	(255.860)	32.190	35.760
Sistema de Segurança	12.772	(9.531)	3.241	3.630
Sistema de Transportes	3.622	(3.078)	544	322
Total em 2017	737.450	(572.198)	165.252	
Total em 2016	711.509	(557.717)		153.792

Banrisul Consolidado				
	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2017	Saldo Líquido em 2016
Imobilizado de Uso				
Imóveis de Uso	125.458	(100.044)	25.414	24.506
Outras Imobilizações de Uso				
Móveis e Equipamentos em Estoque	1.662	-	1.662	2.537
Imobilizações em Curso	23	-	23	1.012
Instalações	201.140	(131.713)	69.427	58.846
Móveis e Equipamentos de Uso	123.639	(80.308)	43.331	38.653
Outros				
Sistema de Comunicação	14.044	(8.853)	5.191	4.607
Sistema de Processamento de Dados	288.903	(256.628)	32.275	35.924
Sistema de Segurança	12.772	(9.531)	3.241	3.630
Sistema de Transportes	6.188	(4.912)	1.276	1.482
Total em 2017	773.829	(591.989)	181.840	
Total em 2016	745.833	(574.636)		171.197

(c) Intangível

Banrisul Consolidado						
	Custo Original	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 2017	Saldo Líquido em 2016	Saldo Líquido em 2017	Saldo Líquido em 2016
Ativos Intangíveis						
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento						
Setor Público ⁽¹⁾	1.417.337	(229.452)	1.187.885	1.270.333	1.187.885	1.270.333
Setor Privado ⁽²⁾	18.770	(4.444)	14.326	13.511	14.326	13.511
Aquisição de Software	89.549	(61.914)	27.635	24.101	27.818	24.420
Outros	1.718	(668)	1.050	1.050	1.165	1.165
Total em 2017	1.527.374	(296.478)	1.230.896		1.231.194	
Total em 2016	1.467.456	(158.461)		1.308.995		1.309.429

(1) O saldo líquido de R\$1.187.885 está composto por:

a) R\$1.052.621 referente ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esse ativo;

b) R\$48.000 referente ao contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos. O contrato prevê também que o Judiciário deverá centralizar no Banco toda a sua movimentação financeira e aplicação de disponibilidades de caixa, salvo as aplicações de convênios com a União e que o Banrisul não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Judiciário, por quaisquer prestações de serviços bancários relacionados, a exemplo de tarifas bancárias. O Banrisul também disponibilizará ao Poder Judiciário certificados digitais e serviços correlatos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esse ativo; e

c) R\$87.264 referem-se à contratos firmados com demais prefeituras e demais órgãos, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores.

(2) Referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 12 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Banrisul						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2017	2016
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.566.049	-	-	-	3.566.049	3.028.673
Poupança ⁽¹⁾	8.312.468	-	-	-	8.312.468	7.608.229
Interfinanceiros	-	56.477	25.410	67.225	149.112	329.914
A Prazo ⁽²⁾	7.830	2.704.059	720.460	31.664.626	35.096.975	31.855.569
Total	11.886.347	2.760.536	745.870	31.731.851	47.124.604	42.822.385
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	5.006.189	-	-	5.006.189	5.610.523
Total	-	5.006.189	-	-	5.006.189	5.610.523
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	618.251	614.886	1.063.465	2.296.602	1.978.938
Total	-	618.251	614.886	1.063.465	2.296.602	1.978.938

	Banrisul Consolidado					
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2017	2016
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.553.902	-	-	-	3.553.902	3.003.632
Poupança ⁽¹⁾	8.312.468	-	-	-	8.312.468	7.608.229
Interfinanceiros	-	56.477	25.410	67.225	149.112	329.914
A Prazo ⁽²⁾	7.830	2.704.059	692.592	31.664.626	35.069.107	31.597.890
Total	11.874.200	2.760.536	718.002	31.731.851	47.084.589	42.539.665
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	4.852.616	-	-	4.852.616	5.453.373
Total	-	4.852.616	-	-	4.852.616	5.453.373
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	618.251	356.132	1.063.465	2.037.848	1.978.938
Total	-	618.251	356.132	1.063.465	2.037.848	1.978.938

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 97,69% e 2,31% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 84,23% (2016 – 84,34%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 7,68% (2016 - 9,29%) ao ano.

Do total de captações em depósito a prazo, 64,57% possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 1,60% a 5,03% (2016 - 1,62% a 5,27%) ao ano, com vencimento máximo em até 1.219 dias (2016 - 1.584 dias), e apresenta saldo de R\$715.381 (2016 - R\$951.884).

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repasse do País - Instituições Oficiais		Repasse do Exterior		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Até 3 meses	139.116	204.233	569	560	139.685	204.793
De 3 a 12 meses	524.404	554.784	1.705	1.678	526.109	556.462
De 1 a 3 anos	726.176	822.106	3.434	4.505	729.610	826.611
De 3 a 5 anos	444.194	513.330	-	1.120	444.194	514.450
Acima de 5 anos	381.872	518.273	-	-	381.872	518.273
Total	2.215.762	2.612.726	5.708	7.863	2.221.470	2.620.589

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até janeiro de 2032, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,40% a 14,87% (2016 - 0,40% a 14,87%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 20,09% (2016 - 20,09%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	61.777	62.977	61.777	63.005
Recebimento de Tributos Federais	61.512	62.712	61.512	62.740
Outros	265	265	265	265
Carteira de Câmbio	29.422	13.711	29.422	13.711
Câmbio Vendido a Liquidar	22.313	8.474	22.313	8.474
Importação Financiada Câmbio Contratado	(7.304)	(4.031)	(7.304)	(4.031)
Obrigações por Compras de Câmbio	662.572	721.559	662.572	721.559
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	(648.159)	(712.291)	(648.159)	(712.291)
Sociais e Estatutárias	181.324	38.719	181.614	38.899
Dividendos e Bonificações a Pagar	139.171	17.448	139.461	17.628
Gratificações e Participações a Pagar	42.153	21.271	42.153	21.271
Fiscais e Previdenciárias	1.031.671	954.544	1.065.126	985.882
Impostos e Contribuições a Recolher	93.683	86.647	105.782	97.969
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	134.483	136.586	153.723	156.258
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 25 (b))	277.026	223.207	277.593	223.551
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	526.479	508.104	528.028	508.104
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	99.329	2.079
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	99.329	2.079
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	804.189	884.293	804.189	884.293
Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento	576.492	669.957	576.492	669.957
Outros	227.697	214.336	227.697	214.336
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	1.893.138	1.832.373	1.893.138	1.832.373
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 06 (d))	1.887.952	1.828.036	1.887.952	1.828.036
Ágio/Deságio e Encargos a Incorporar	5.186	4.337	5.186	4.337
Diversas	3.574.599	3.251.351	4.617.384	4.444.201
Credores por Recursos a Liberar	66.706	46.928	67.035	47.271
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	31.487	39.106	31.487	39.106
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	26.900	61.798	27.207	62.183
Obrigações por Convênios Oficiais	60.266	61.074	60.266	61.074
Obrigações de Lojistas a Pagar Adquirência	683.818	582.528	1.543.153	1.600.049
Provisões para Férias e Outros Encargos	285.470	317.210	270.032	301.388
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 26)	67.244	71.756	67.244	71.756
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 16 (b))	376.956	331.809	382.705	337.650
Multas Câmbio Bacen (Nota 16 (b))	149.508	144.793	149.508	144.793
Provisão para Outros Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	7.383	8.091	7.383	8.091
Provisão para Perdas de Securitização ⁽²⁾	1.490	1.632	1.490	1.632
Provisão Benefício Pós-Emprego	464.073	350.996	465.861	352.298
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 16 (b))	224.585	184.080	226.110	185.229
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	14.320	14.108	14.320	14.108
Recursos de FGTS para Amortizações	7.824	7.284	7.824	7.284
Credores Diversos - País	167.604	167.433	256.745	341.590
Transações com Cartões a Pagar	761.987	682.433	761.987	682.433
Provisão para Garantias Prestadas Avais e Fianças (Nota 24 (b))	21.786	14.002	21.786	14.002
Outros	155.192	164.290	255.241	172.264
Total	7.576.120	7.037.968	8.751.979	8.264.443

(1) **Dívidas Subordinadas** – o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US\$199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US\$2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Dívida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US\$2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos).

Conforme descrito na Nota 03 (e), o saldo remanescente da dívida denominada em US\$ com notional de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$8.528 (2016 - R\$8.522), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Banrisul			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2016	516.195	331.809	184.080	144.793
Constituição e Atualização Monetária	18.589	115.575	76.159	4.715
Reversão da Provisão	(785)	-	-	-
Baixas por Pagamento	(137)	(70.428)	(35.654)	-
Saldo Final em 31/12/2017	533.862	376.956	224.585	149.508
Depósitos em Garantia (Nota 09)	16.971	245.928	115.928	-

	Banrisul			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2015	491.989	274.110	133.690	138.620
Constituição e Atualização Monetária	24.461	124.479	73.046	6.173
Baixas por Pagamento	(255)	(66.780)	(22.656)	-
Saldo Final em 31/12/2016	516.195	331.809	184.080	144.793
Depósitos em Garantia (Nota 09)	8.578	204.802	125.886	-

	Banrisul Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2016	516.195	337.650	185.229	144.793
Constituição e Atualização Monetária	20.138	116.298	76.600	4.715
Reversão da Provisão	(785)	(207)	(157)	-
Baixas por Pagamento	(137)	(71.036)	(35.562)	-
Saldo Final em 31/12/2017	535.411	382.705	226.110	149.508
Depósitos em Garantia (Nota 09)	21.234	251.453	116.268	-

	Banrisul Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2015	491.989	279.256	134.798	138.620
Constituição e Atualização Monetária	24.461	126.258	73.530	6.173
Reversão da Provisão	-	(13)	(429)	-
Baixas por Pagamento	(255)	(67.851)	(22.670)	-
Saldo Final em 31/12/2016	516.195	337.650	185.229	144.793
Depósitos em Garantia (Nota 09)	14.602	208.675	126.228	-

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: **(i)** imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$526.479 (2016 - R\$508.104), no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda; e **(ii)** notificação fiscal de débito junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$6.878 (2016 - R\$6.878). No Consolidado não há registro de outras ações fiscais dessa natureza.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$80.904 (2016 - R\$72.992) e no Consolidado R\$109.587 (2016 - R\$100.087). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, no período houve encerramento de procedimento fiscal no âmbito da Receita Federal relacionado aos incentivos pagos pelo Banrisul, na qualidade de patrocinador, no contexto do processo de migração voluntária entre os planos de aposentadoria complementar administrados pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, ocorrido em 2014, que resultou em autuação relativa a IRPJ e CSLL no valor total de R\$147.179, sendo classificada pelos assessores jurídicos como de perda possível.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$189.444 (2016 - R\$162.313) e no Consolidado R\$193.558 (2016 - R\$164.978). Adicionalmente, o valor de R\$56.484 (2016 - R\$42.489) e no Consolidado R\$57.895 (2016 - R\$43.697) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.479.593 (2016 - R\$1.153.573) e no Consolidado R\$1.491.689 (2016 - R\$1.164.273), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança e empréstimos.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$115.928 (2016 - R\$125.886) e no Consolidado R\$116.268 (2016 - R\$126.228).

Existem ainda R\$1.825.555 (2016 - R\$1.847.852) e no Consolidado R\$1.832.615 (2016 - R\$1.853.365) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a ações de danos morais, repetição do indébito e financiamento imobiliário, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$149.508 (2016 - R\$144.793).

NOTA 17 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Administração de Fundos	76.605	81.823	79.946	81.823
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	63.229	61.162	63.206	61.142
Rendas de Garantias Prestadas	4.189	5.753	4.189	5.753
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	58.302	49.740
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	4.078	3.196
Serviços de Administração Convênio Banricard	-	-	6.536	7.132
Serviços de Administração Rede de Adquirência Vero	-	-	90.009	77.119
Outras Receitas de Serviços	-	-	11.113	11.079
Total	144.023	148.738	317.379	296.984

NOTA 18 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rede de Adquirência Vero	-	-	463.542	529.169
Tarifas de Cartões de Benefícios	-	-	41.402	40.371
Devolução de Cheques	23.043	23.519	23.043	23.519
Débitos em Conta	60.540	50.551	60.540	50.551
Serviços de Arrecadação	53.589	48.903	53.589	48.903
Comissões de Seguridade	194.567	156.030	194.567	156.030
Transações com Cheques	19.369	19.481	19.369	19.481
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	478.711	443.886	478.711	443.886
Cartão de Crédito	48.411	41.751	48.411	41.751
Tarifas de Saques	8.100	7.566	8.100	7.566
Tarifas de Uso da Agência Virtual	1.082	3.334	1.082	3.334
Tarifas de Fiança Bancária	10.401	10.489	10.401	10.489
Outras Receitas de Tarifas	25.746	28.287	26.408	28.287
Total	923.559	833.797	1.429.165	1.403.337
Pessoas Físicas	460.211	423.308	474.992	432.391
Pessoas Jurídicas	463.348	410.489	954.173	970.946

NOTA 19 - DESPESAS DE PESSOAL

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração Direta ⁽¹⁾	1.103.020	1.010.928	1.112.101	1.018.896
Benefícios ⁽¹⁾	324.387	308.466	326.322	310.310
Encargos Sociais	490.717	478.023	493.129	480.526
Treinamentos	10.553	7.744	10.564	7.759
Total	1.928.677	1.805.161	1.942.116	1.817.491

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Benefícios está incluído, em 2017, o montante de R\$89.221, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PAV – Plano de Aposentadoria Voluntária, e R\$4.703 referente ao PDV – Plano de Desligamento Voluntário, destinado aos empregados lotados nas agências/unidades vinculadas às Superintendências Regionais Santa Catarina e Outros Estados.

NOTA 20 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Comunicações	62.106	78.427	62.721	79.034
Processamento de Dados	117.324	115.098	138.152	151.884
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	150.140	141.033	150.140	141.033
Amortização e Depreciação	185.311	144.631	188.501	148.234
Aluguéis e Condomínios	114.076	109.026	111.951	107.318
Materiais	12.570	15.238	20.682	21.833
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	541.639	441.699	734.094	686.445
Serviços Técnicos Especializados	78.355	42.375	79.315	43.545
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽²⁾	91.538	84.116	102.597	90.511
Manutenção e Conservação	55.819	49.921	56.135	50.480
Água, Energia e Gás	26.666	26.525	27.268	27.290
Serviços do Sistema Financeiro	53.275	42.911	53.864	43.300
Outras	53.130	49.240	57.323	53.400
Total	1.541.949	1.340.240	1.782.743	1.644.307

(1) Do montante de R\$541.639 (2016 - R\$441.699), R\$269.397 (2016 - R\$194.065) são provenientes de despesas dos serviços com originação de crédito consignado através do canal Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., sendo deste valor R\$146.696 (2016 - R\$58.589) referente as operações contratadas em 2017, já sob as regras emanadas na Resolução nº 4.294/13 do CMN e Circular nº 3.738/14 do Bacen.

(2) É composto principalmente por R\$42.164 (2016 - R\$34.152) de despesa com propaganda institucional e R\$39.828 (2016 - R\$39.075) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 21 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	145.006	134.813	45.916	45.293
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	207	13
Cíveis	-	-	157	429
Fiscais	785	-	785	-
Outros	5.141	5.646	5.141	5.646
Securitização	144	213	144	213
Tarifas Interbancárias	32.471	27.978	32.471	27.978
Ajuste Cambial – Dependências no Exterior	-	4.081	-	4.081
Títulos de Créditos a Receber	9.614	18.968	9.614	18.968
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069/04	32.327	50.982	32.327	50.982
Comissão e Taxa sobre Seguro e Capitalização	13.186	12.603	13.186	12.603
Receitas Diversas com Cartões	78.603	73.794	78.603	73.794
Lucros na Venda de Bens	14.724	227	14.724	306
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	30.330	22.026	30.365	22.150
Receitas de Adquirência - Antecipação Operações Performadas	-	-	82.989	74.697
Receita Pacto Contratual Icatu ⁽¹⁾	60.000	13.472	60.000	13.472
Crédito Tributário Plano Verão ⁽²⁾	252.087	-	252.087	-
Outras Receitas Operacionais	95.222	51.769	107.219	68.874
Total	769.640	416.572	765.935	419.499

(1) Em 2017 o Banrisul firmou com a Icatu Seguros acordo de investimento, prevendo a exclusividade do balcão de títulos de capitalização pelo prazo de 20 anos. Em contrapartida, a Icatu pagou ao Banco o valor de R\$60 milhões e irá constituir uma empresa de capitalização da qual o Banco será detentor de 49,99% do capital. A empresa deverá ser constituída ainda em 2018, após obtidas as autorizações do BACEN e SUSEP.

O valor correspondente ao ano 2016 refere-se a complemento de valor relativo ao convênio celebrado entre o Banrisul e Icatu Seguros na distribuição, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, de produtos de Seguros de Pessoas e Previdência nos canais Banrisul.

(2) Em Dezembro de 2017 foi reconhecido contabilmente o crédito tributário de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no valor de R\$252.087, relativos ao trânsito em julgado do processo judicial que estabeleceu ao Banrisul o direito de aplicar integralmente o IPC de janeiro de 1989, "Plano Verão", como indexador de correção monetária do seu balanço patrimonial, com a consequente utilização das parcelas de depreciação e amortização sobre a aludida correção monetária do ativo imobilizado e diferido, bem como, ainda que os efeitos dessa correção monetária complementar sejam deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL para os balanços patrimoniais subsequentes. Tal decisão foi objeto de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado já deferido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e está sendo compensado com débitos de tributos e contribuições sob administração da mesma.

NOTA 22 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Descontos Concedidos em Renegociações	57.386	159.068	57.386	159.068
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 16)	115.575	124.479	116.298	126.258
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	34.712	8.350	34.712	8.350
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	2	2	2	2
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 16)	76.159	73.046	76.600	73.530
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	7.359	8.836	7.359	8.836
Despesas com Provisões para Riscos Fiscais (CS/IR) (Nota 16)	18.589	24.461	20.138	24.461
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 16)	4.715	6.173	4.715	6.173
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	4.191	9.018	4.191	9.018
Despesas com Provisões para Dívidas Assumidas junto ao GESB	1.738	2.313	1.738	2.313
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	-	57.531	-	57.531
Despesas com Cartões	22.076	30.219	22.076	30.219
Incentivo à Migração - Planos FBSS ⁽¹⁾	1.230	842	1.230	842
Despesas com Provisões de Garantias Prestadas pelo Banrisul	11.140	12.785	11.140	12.785
Outras Despesas Operacionais	180.792	107.768	183.330	116.320
Total	535.664	624.891	540.915	635.706

(1) Refere-se aos incentivos oferecidos pelo Banco aos participantes do Plano de Benefícios PBI ocorrido em 2014 e que ainda possuem o direito de migrar suas reservas para o Plano de Benefícios Saldado ou Plano de Benefícios FBPREV II.

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2017 é de R\$4.750.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,58	2.721.484	77,46	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,53	-	-	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,80	-	-	213.546	0,05
Outros	364.735	0,18	464.085	13,21	174.315.774	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.058.582	100,00	3.513.164	100,00	200.402.731	100,00	408.974.477	100,00

No período, houve a conversão de ações, entre PNA e ON, no montante de 3.677 ações, em virtude das solicitações dos acionistas.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 28 de abril de 2017, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$250.000, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- (i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- (ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- (i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

A Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Em 28 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2017 no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação nº 207/96 da CVM e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou/creditou o montante de R\$400.037, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2017 (2016 - R\$248.088), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento/crédito desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$180.017 (2016 - R\$111.640).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício	1.053.036	659.689
Ajuste		
Reserva Legal	(52.652)	(32.984)
Base de Cálculo dos Dividendos	1.000.384	626.705
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	250.096	156.676
Dividendo Adicional 15%	150.058	94.005
Total dos Dividendos	400.154	250.681
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	261.724	234.004
Ações Ordinárias (R\$674,41698 por lote de mil ações)	138.285	124.381
Ações Preferenciais A (R\$674,41698 por lote de mil ações)	2.381	2.142
Ações Preferenciais B (R\$674,41698 por lote de mil ações)	135.153	121.565
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(14.095)	(14.084)
B) Juros sobre Capital Próprio Creditados	118.226	-
Ações Ordinárias (R\$303,48773 por lote de mil ações)	62.283	-
Ações Preferenciais A (R\$331,59171 por lote de mil ações)	1.067	-
Ações Preferenciais B (R\$303,48773 por lote de mil ações)	60.868	-
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(5.992)	-
C) Dividendos Provisionados	20.204	16.677
Ações Ordinárias (R\$49,35887 por lote de mil ações)	10.129	8.361
Ações Preferenciais A (R\$54,29791 por lote de mil ações)	175	144
Ações Preferenciais B (R\$49,35887 por lote de mil ações)	9.900	8.172
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	400.154	250.681

NOTA 24 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$10.775.038 (2016 - R\$10.360.235), dos quais R\$10.188.286 (2016 - R\$9.674.878) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo anteriormente mencionado está registrado na rubrica Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento.

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$455.344 (2016 - R\$776.284), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários. Para estes riscos existe provisão para possíveis perdas no montante de R\$21.786 (2016 - R\$14.002).

(c) O Banrisul é responsável por operações de custódia no montante de R\$875.230 (2016 - R\$829.708).

(d) O Banrisul possui créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados no valor de R\$97.380 (2016 - R\$120.704) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R\$8.528 (2016 - R\$8.522).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2017	2016
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	9.751.772	9.204.795
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	102.898	134.665
Fundos de Ações	73.090	53.588
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	17.214	18.083
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	118.324	49.402
Carteiras Administradas	643.552	602.488
Total	10.706.850	10.063.021

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 161 grupos (164 em 2016) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 53.667 consorciados ativos (45.728 em 2016).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2017 é de R\$307.437, sendo R\$84.328 com vencimento até um ano, R\$182.122 de um a cinco anos e R\$40.987 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R\$104.898 (2016 - R\$100.024).

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	1.462.704	980.054	1.594.634	1.104.855
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(365.676)	(245.014)	(398.659)	(276.214)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(34.802)	(32.963)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 20%	(292.541)	(196.011)	(241.589)	(147.721)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes	(658.217)	(441.025)	(675.050)	(456.898)
Efeito da Lei nº 13.169/15 nos Tributos Diferidos ⁽¹⁾	(26.635)	(2.884)	(26.635)	(2.884)
Ajuste Multa Câmbio	(2.121)	(2.778)	(2.121)	(2.778)
Participação dos Empregados nos Resultados	55.599	44.310	55.599	44.310
Juros sobre o Capital Próprio	180.017	111.640	180.017	111.640
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	136.534	104.614	13.977	(24.052)
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	28.707	(35.776)	36.850	(15.451)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(286.116)	(221.899)	(417.363)	(346.113)
Corrente	(456.843)	(507.797)	(588.729)	(632.486)
Diferido	170.727	285.898	171.366	286.373

(1) A Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

- Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Banrisul		
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.295.047	586.238	447.155
Provisão para Riscos Trabalhistas	139.636	46.230	31.000
Provisão para Riscos Fiscais	134.867	8.012	62
Outras Provisões Temporárias	506.975	111.668	22.912
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.076.525	752.148	501.129
Créditos não Registrados	(23)	-	-
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	2.076.502	752.148	501.129
Obrigações Fiscais Diferidas	(223.207)	(53.819)	-
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.853.295	698.329	501.129

	Banrisul Consolidado			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.295.992	586.245	447.444	1.434.793
Provisão para Riscos Trabalhistas	141.794	46.649	31.206	157.237
Provisão para Riscos Fiscais	135.207	8.996	62	144.141
Outras Provisões Temporárias	508.055	111.668	22.934	596.789
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.081.048	753.558	501.646	2.332.960
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 09)	2.081.025	753.558	501.646	2.332.937
Obrigações Fiscais Diferidas	(223.551)	(54.042)	-	(277.593)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.857.474	699.516	501.646	2.055.344

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias			Banrisul	Banrisul Consolidado
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2018	737.214	596.198	1.333.412	1.333.412	1.333.918
2019	167.989	103.049	271.038	271.038	271.545
2020	153.044	94.082	247.126	247.126	247.633
2021	127.323	76.394	203.717	203.717	204.224
2022	53.554	32.132	85.686	85.686	86.194
2023 a 2025	74.882	44.929	119.811	119.811	121.859
2026 a 2027	41.707	25.024	66.731	66.731	67.564
Após 2027	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2017	1.355.727	971.817	2.327.544	2.327.521	2.332.937
Total em 31/12/2016	1.197.698	878.827	2.076.525	2.076.502	2.081.025

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.024.701, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

- Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Superveniência de Depreciação	(13.967)	(15.302)	(13.967)	(15.302)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	(25.647)	(371)	(25.647)	(371)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(173.324)	(158.168)	(173.667)	(158.336)
Superávit Atuarial	(64.088)	(49.366)	(64.312)	(49.542)
Total	(277.026)	(223.207)	(277.593)	(223.551)

NOTA 26 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda (anteriormente Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTPS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3.792/09 do CMN, alterada por Resolução Bacen nº 4.611 de 30 de novembro de 2017, Resolução Bacen nº 3.846 de 25 de março de 2010, Resolução Bacen nº 4.275 de 31 de outubro de 2013 em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos – AETQ, Resolução Bacen nº 4.449 de 20 de novembro de 2015 e Resolução Bacen nº 4.469 de 25 de maio de 2016.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banco se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, e as suas alterações posteriores conforme Resolução MPS/CNPC nº 9/2012, Resolução MPS/CNPC nº 15/2014 e Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banrisul dispõe de parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$67.244 (2016 - R\$71.756), distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$38.114, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$17.154 e Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$11.976, registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 15). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - (IGP-DI), por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, sendo revisadas anualmente.

	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Hipóteses Econômicas - 31/12/2017						
Taxa de Desconto Nominal	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.	9,84% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.
Crescimento Real de Salários	7,42% a.a.	n/a	8,71% a.a.	10,97% a.a.	n/a	10,98% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	n/a	4,25% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	4,25% a.a.	n/a	4,25% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,25% a.a.	n/a
Hipóteses Econômicas - 31/12/2016						
Taxa de Desconto Nominal	11,14% a.a.	11,14% a.a.	11,14% a.a.	11,14% a.a.	11,14% a.a.	11,14% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.
Crescimento Real de Salários	8,74% a.a.	n/a	8,58% a.a.	8,59% a.a.	n/a	8,58% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	n/a	4,85% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	4,85% a.a.	n/a	4,85% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	5,85% a.a.	n/a

Hipóteses Demográficas em 31/12/2017	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 basic, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 basic, segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,10)
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	Não aplicável	Light Fraca, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

Hipóteses Demográficas em 31/12/2016	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano Saldado	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)
Plano Saúde	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	Não aplicável	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução MPS/Previc nº 12 de 13 de outubro de 2014, alterada pelas Instruções Previc nº 22 de 15 de abril de 2015, nº 24 de 08 de setembro de 2015 e nº 10 de 27 de setembro de 2017 combinadas com a Instrução Previc nº 23 de 26 de junho de 2015, com a Resolução MTPS/CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015 e Portaria Previc nº 375 de 17 de abril de 2017, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - o Banrisul oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Varição na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2017 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2017	31/12/2016
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	340.827	284.311
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	49.502	37.556
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	-	-
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	-	1.055
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(143.076)	(110.219)
Prêmio Aposentadoria ⁽¹⁾	179.913	157.812
Total	427.166	370.515

(1) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$70.154 (2016 – R\$60.975) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio aposentadoria, totalizando R\$249.646 (2016 – R\$218.480).

Em 31 de dezembro de 2017, o reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrente dos ganhos e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial, totalizou o montante de R\$(51.221) (2016-R\$(164.223)).

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2017 e 2016 de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2017						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(2.311.644)	(1.178.380)	(104.141)	(10.966)	(198.704)	(179.913)
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.970.817	1.128.878	127.583	12.611	341.780	-
Superávit/(Déficit)	(340.827)	(49.502)	23.442	1.645	143.076	(179.913)
Teto do Ativo	-	-	(23.442)	(1.645)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(340.827)	(49.502)	-	-	143.076	(179.913)
Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais - VPO	(2.098.547)	(1.096.231)	(82.791)	(9.887)	(184.223)	(157.812)
Valor Justo dos Ativos - VJA	1.814.236	1.058.675	85.108	8.856	294.442	-
Superávit/(Déficit)	(284.311)	(37.556)	2.317	(1.031)	110.219	(157.812)
Teto do Ativo	-	-	(2.317)	(24)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(284.311)	(37.556)	-	(1.055)	110.219	(157.812)
Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2017						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	2.098.547	1.096.231	82.791	9.887	184.223	157.812
Custo de Serviço Corrente	(89)	-	1.257	997	1.894	4.918
Custo Financeiro	220.929	117.178	8.983	1.095	20.161	14.701
Contribuições dos Participantes do Plano	64.063	6.015	695	742	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais – Experiência	62.080	(11.778)	22.841	828	(12.048)	(11.233)
(Ganhos)/Perdas Atuariais – Premissas Demográficas	(60.523)	(24.076)	(12.758)	(7.520)	(4.616)	177
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	156.913	75.565	7.545	5.110	16.690	38.822
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(230.276)	(80.755)	(7.213)	(173)	(4.443)	(25.284)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(3.157)	-
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	2.311.644	1.178.380	104.141	10.966	198.704	179.913
Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	1.717.126	884.797	61.135	6.730	142.680	120.490
Custo de Serviço Corrente	99	-	601	973	1.325	3.932
Custo Financeiro	202.871	106.426	7.533	842	17.601	12.421
Contribuições dos Participantes do Plano	66.057	6.054	838	812	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais – Experiência	67.223	56.148	15.032	894	7.185	13.428
(Ganhos)/Perdas Atuariais – Premissas Demográficas	(2.644)	(5.552)	(4.334)	(1.068)	(83)	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	263.599	120.697	6.975	830	22.664	9.413
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(215.784)	(72.339)	(4.989)	(126)	(4.167)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.982)	(1.872)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	2.098.547	1.096.231	82.791	9.887	184.223	157.812

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2017						
	Plano de Benefícios I	Plano Salgado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	1.814.236	1.058.675	85.108	8.856	294.442	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	196.016	114.003	9.327	1.034	31.866	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	65.232	21.048	37.487	1.508	15.472	-
Contribuições do Empregador	61.546	9.892	2.179	644	-	-
Contribuições dos Empregados	64.063	6.015	695	742	-	-
Benefícios Pagos	(230.276)	(80.755)	(7.213)	(173)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.970.817	1.128.878	127.583	12.611	341.780	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Salgado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	1.654.424	900.890	52.539	6.137	248.649	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	200.966	109.536	6.627	860	30.584	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	36.404	104.038	27.797	504	15.209	-
Contribuições do Empregador	72.169	10.496	2.296	669	-	-
Contribuições dos Empregados	66.057	6.054	838	812	-	-
Benefícios Pagos	(215.784)	(72.339)	(4.989)	(126)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.814.236	1.058.675	85.108	8.856	294.442	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2017						
	Plano de Benefícios I	Plano Salgado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(284.311)	(37.556)	-	(1.055)	110.219	(157.812)
Custo dos Serviços Correntes	89	-	(1.257)	(997)	(1.894)	(4.918)
Juros sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(24.913)	(3.175)	86	(64)	11.705	(14.701)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(93.238)	(18.663)	(1.008)	1.472	15.446	(27.766)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	3.157	-
Contribuições do Empregador	61.546	9.892	2.179	644	4.443	25.284
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(340.827)	(49.502)	-	-	143.076	(179.913)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2016						
	Plano de Benefícios I	Plano Salgado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(62.702)	-	(8.647)	(598)	105.969	(120.490)
Custo dos Serviços Correntes	(99)	-	(601)	(973)	(1.325)	(3.932)
Juros sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(1.905)	1.081	(913)	17	12.983	(12.421)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(291.774)	(49.133)	7.865	(170)	(14.557)	(22.841)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	2.982	-
Contribuições do Empregador	72.169	10.496	2.296	669	4.167	1.872
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(284.311)	(37.556)	-	(1.055)	110.219	(157.812)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2018						
Custo dos Serviços Correntes	(1.702)					
Juros Líquido sobre o Passivo/(Ativo) Atuarial	26.405	4.359				
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	24.703	4.359				

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2018	240.673	92.954	6.696	217	10.827	38.856
2019	246.777	96.851	6.920	228	11.017	8.329
2020	252.435	100.138	7.147	239	11.640	7.454
2021	257.965	103.858	7.375	279	12.801	8.219
2022	263.241	107.791	7.600	304	13.730	11.900
2023 a 2027	1.388.213	592.988	41.347	1.517	90.943	143.878

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	501	1.007	4.496	5.037	4.017	10.631
Aposentados/Assistidos	3.564	1.729	457	24	5.282	-
Pensionistas	923	335	-	-	721	-
Total	4.988	3.071	4.953	5.061	10.020	10.631

Quantidade de Participantes em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	638	1.262	4.999	4.924	4.944	11.300
Aposentados/Assistidos	3.551	1.514	280	15	4.842	-
Pensionistas	923	350	-	-	944	-
Total	5.112	3.126	5.279	4.939	10.730	11.300

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2017			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(116.180)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	115.061
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% aumento	(65.424)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% redução	61.148

Plano de Benefícios Saldado (PBS) – 31/12/2017			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(54.900)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	59.690
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% aumento	(22.500)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% redução	24.484

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2017			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(4.539)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	4.948
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT - 2000 ⁽²⁾	10% aumento	(106)
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT - 2000 ⁽²⁾	10% redução	212

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) – 31/12/2017			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(525)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	574
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT - 2000 ⁽²⁾	10% aumento	541
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT - 2000 ⁽²⁾	10% redução	(539)

Plano de Saúde – 31/12/2017			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(3.188)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	3.449
Tábua de Mortalidade	AT – 2000 ⁽³⁾	10% aumento	(1.261)
Tábua de Mortalidade	AT – 2000 ⁽³⁾	10% redução	1.375

Auxílio Medicamento – 31/12/2017			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(7.304)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	8.163
Tábua de Mortalidade	AT – 2000 ⁽³⁾	10% aumento	(3.822)
Tábua de Mortalidade	AT – 2000 ⁽³⁾	10% redução	4.317

Prêmio Aposentadoria – 31/12/2017			Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% aumento	(6.886)
Taxa de Desconto	9,84%	0,5% redução	7.495
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% aumento	(513)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% redução	515

(1) AT – 2000 Basic segregada por sexo

(2) AT – 2000 Basic suavizada em 10%

(3) AT – 2000 Basic

NOTA 27 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS CORPORATIVOS

A gestão integrada de Capital e de Riscos Corporativos é estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação e planejamento da necessidade de capital e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, estando alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição e das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura de gestão de riscos do Grupo Banrisul é liderada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e socioambiental, e pelos Comitês de Gestão, que subsidiam a Diretoria e o Conselho de Administração no processo de tomada de decisões.

O Banrisul procura alinhar suas atividades de gestão aos padrões recomendados pelo Comitê de Basileia, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido.

Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles das informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção e o aprimoramento dos sistemas de *Application* e *Behaviour Score* oportunizam o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito - o Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

(i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso;

(ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente; e

(iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos de crédito, não canceláveis incondicional e unilateralmente pela Instituição, representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul, que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

(d) Créditos a Liberar

Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionadas ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas. O valor da exposição relativa aos créditos a liberar corresponde ao somatório das parcelas de operações de crédito a liberar em até 360 dias.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercado das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 15. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (e).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A Carteira *Trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A Carteira *Banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa nº 475/08 da CVM, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2017.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2017.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2017.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$3,3080 de 31/12/2017 (PTAX - Venda - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros	Moedas	Ações	
1	1%	13	1.344	232	1.589
2	25%	320	33.594	5.795	39.709
3	50%	634	67.188	11.590	79.412

Definições:

Taxa de Juros – exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação.

Moeda Estrangeira – exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, identifica-se no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 84,60% de toda a perda esperada para os três cenários. Observamos que a perda esperada no Cenário 2 foi 25 vezes maior que no Cenário 1. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 100%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (65,79%), no valor total de R\$79.412. Considerando a perda esperada nos três cenários, os mesmos totalizam R\$120.710.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 15). Estas captações externas possuíam o valor original de US\$775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015, o Banrisul recomprou US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos), e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar - US\$” considera a cotação de R\$3,3080 de 29/12/2017 (SPOT das 13h - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2017.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2017.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2017.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap	Trading	Alta do Cupom de US\$	(3.340)	(79.750)	(152.385)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	Banking	Alta do Cupom de US\$	3.340	79.751	152.387
Efeito Líquido			-	1	2

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez

A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O risco de liquidez dos negócios bancários pode ter a sua origem no momento em que estes são gerados, ocasionado pela dificuldade na captação de recursos necessários para financiar os ativos, o que conduz, normalmente, a acréscimos nos custos de captação; ou pelas dificuldades de liquidação das obrigações para com terceiros, induzidas por descasamentos nos prazos de vencimento de ativos e passivos.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as estratégias de negócios do Banco, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banco.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e é responsável por manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada, cumprindo os níveis mínimos exigidos pelos requerimentos regulatórios.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises do gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, avaliação e tratamento dos riscos operacionais aos quais o Banco está exposto.

No que tange à mensuração, os riscos são avaliados qualitativamente de acordo com os critérios de Frequência e Impacto, para sua classificação inerente e residual. De modo a avaliar quantitativamente o risco operacional, o Banrisul também monitora e coleta eventos, consolidando-os na Base de Dados Interna de Risco Operacional.

Os resultados das análises são submetidos à Diretoria e ao Conselho de Administração para deliberação. Adicionalmente, os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados trimestralmente ao Comitê de Riscos Corporativos e semestralmente à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Índices de Capital

Conforme previsto na Resolução nº 4.192/13 do CMN a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o Conglomerado Prudencial. A Resolução nº 4.193/13 do CMN define os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além de introduzir o Adicional de Capital Principal.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2017:

Banrisul Conglomerado Prudencial	2017	2016
Patrimônio de Referência	6.578.696	6.521.525
Nível I	5.690.408	5.455.580
Capital Principal	5.690.408	5.455.580
Capital Social	4.756.759	4.506.303
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	2.473.989	2.091.237
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	195.869	154.300
Avaliação Patrimonial e TVM	191.379	149.810
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	4.490	4.490
Ajustes Prudenciais	1.344.471	987.660
Exceto Participações não Consolidadas e Crédito Tributário	1.101.043	852.377
Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos Superiores	243.428	135.283
Nível II	888.288	1.065.945
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	888.288	1.065.945
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA	38.749.515	38.479.411
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	29.563.694	30.172.550
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	851.001	1.051.603
Risco de Juros (RWA _{JUR1})	3.141	929
Risco de Ações (RWA _{ACS})	40.095	28.810
Risco de Taxa de Câmbio (RWA _{CAM})	807.765	1.021.864
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	8.334.820	7.255.258
Carteira <i>Banking</i> (R _{BAN})	259.331	296.581
Margem sobre o PR considerando R _{ban}	2.250.666	2.425.102
Índice de Basileia %	16,98%	16,95%
Índice de Nível I %	14,69%	14,18%
Índice de Capital Principal %	14,69%	14,18%
Índice de Imobilização %	8,67%	12,59%
Razão de Alavancagem	7,46%	7,51%

O Índice de Basileia (IB) representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Para 2017, estão previstos os limites mínimos de capital de 9,25% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,00% para o índice de Nível I e 4,5% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital – ACP exigido é de 1,25%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 7,25% para o Nível I e 5,75% para o Capital Principal.

O Patrimônio de Referência (PR), em dezembro de 2017, alcançou R\$6.578.696. Comparado a dezembro de 2016, o PR apresentou incremento de R\$57.171, impactado pelo aumento de R\$234.828 no Nível I, resultado da incorporação do lucro do período e dedução dos ajustes prudenciais e da redução de R\$177.657 na dívida subordinada registrada no Nível II. As deduções seguem a aplicação do cronograma de Basileia III para ajustes prudenciais e dívida subordinada.

Em 31 de dezembro de 2017, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 16,98%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. O Índice de Nível I foi de 14,69% e o Índice de Capital Principal foi de 14,69%. A razão de alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2017 foi de 7,46 %.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul tem cumprido todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 da CVM e Resolução nº 3.750/09 do CMN.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 3.750/09 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banco, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias;

(ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (SULGÁS), Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS – empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

- (iii) Coligadas: Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; e Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada;
- (iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS), entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- (v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs) é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e
- (vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Banrisul.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Banrisul	
			Receitas (Despesas)	
	2017	2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(784.111)	(505.285)	(35.148)	(33.527)
Outros Créditos ⁽¹⁾	15.422	15.294	-	-
Depósitos à Vista	(589.738)	(452.595)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(118.324)	(49.402)	(33.704)	(31.963)
Outras Obrigações ⁽³⁾	(91.471)	(18.582)	(1.444)	(1.564)
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(1.057.013)	(963.199)	65.592	48.536
Outros Créditos	93.590	71.190	101.184	91.514
Depósitos à Vista	(12.147)	(25.042)	-	-
Depósitos a Prazo	(27.868)	(257.678)	(1.942)	(33.995)
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(153.573)	(157.275)	(2.705)	(5.678)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(258.754)	-	(25.820)	-
Outras Obrigações	(698.261)	(594.394)	(5.125)	(3.305)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(68.371)	(72.643)	(19.908)	(18.909)
Outras Obrigações	(68.371)	(72.643)	(19.908)	(18.909)
Total	(1.909.495)	(1.541.127)	10.536	(3.900)

(1) O montante de R\$15.422 refere-se aos funcionários cedidos.

(2) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(3) Do montante de R\$91.471, R\$8.958 refere-se aos funcionários adidos.

	Ativos (Passivos)		Banrisul Consolidado	
			Receitas (Despesas)	
	2017	2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(766.960)	(479.719)	(33.047)	(30.826)
Disponibilidades	15.336	23.393	2.042	2.640
Outros Créditos ⁽¹⁾	17.237	17.467	59	61
Depósitos à Vista	(589.738)	(452.595)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽²⁾	(118.324)	(49.402)	(33.704)	(31.963)
Outras Obrigações ⁽³⁾	(91.471)	(18.582)	(1.444)	(1.564)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(68.371)	(72.643)	(19.908)	(18.909)
Outras Obrigações	(68.371)	(72.643)	(19.908)	(18.909)
Total	(835.331)	(552.362)	(52.955)	(49.735)

(1) Do montante de R\$17.237, R\$15.422 refere-se aos funcionários cedidos.

(2) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(3) Do montante de R\$91.471, R\$8.958 refere-se aos funcionários adidos.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	10.123	7.249
Remuneração	7.850	5.704
Encargos Sociais	2.273	1.545
Benefícios Pós-emprego	664	560
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	664	560
Total	10.787	7.809

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$720.

(c) Outras Informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(d) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração têm, em conjunto, a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2017:

Ações	Quantidade
Ações Ordinárias	356
Ações Preferenciais	720
Total de Ações	1.076

NOTA 29 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01(R1));
Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03(R2));
Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05(R1));
Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1));
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Eventos Subsequentes (CPC 24);
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); e
Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O Banrisul, em 13 de março de 2017, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Relatórios

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2017

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por três membros independentes, eleitos em 09 de maio de 2016, para um mandato unificado de dois anos.

Sua atuação abrange o Conglomerado do Banrisul, e possui, dentre suas competências, zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pela eficácia e efetividade da atuação das auditorias independente e interna, e pelo acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos.

Os relatórios das atividades e as atas das reuniões são disponibilizadas ao Conselho de Administração, com o qual o Comitê reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2017.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem o Conglomerado Banrisul, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

À KPMG Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Grupo Banrisul, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Atividades Desenvolvidas

O planejamento dos trabalhos foi realizado, considerando as principais atribuições, sendo revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. O Comitê manteve-se atento às questões objeto de sua responsabilidade, dentre elas o controle interno, o gerenciamento de riscos e as contingências. No período de 14 de agosto de 2017 a 07 de fevereiro de 2018, foram realizadas 77 reuniões, devidamente formalizadas em atas.

No tocante à educação continuada, os seus membros participaram de vários seminários, congressos e cursos relacionados às suas áreas de competência, totalizando 63 horas no semestre.

Quanto à prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras, inclusive consolidadas, do Banco, de suas Controladas, dos fundos de investimento administrados pelo Banrisul, o planejamento dos trabalhos dos respectivos auditores Independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos e a análise do aperfeiçoamento da estrutura de controles internos. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e dos balanços semestrais e anual, os integrantes do Comitê reuniram-se com a KPMG para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados e da independência dos auditores.

Conclusão

A análise dos relatórios da Auditoria Interna e da Controladoria, que acompanham os apontamentos do Banco Central do Brasil e os da Auditoria Independente, permitem assegurar ao Comitê a eficiência e a eficácia do controle interno, permitindo concluir que, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não há elementos que comprometem a efetividade desse sistema.

A auditoria independente, no âmbito de sua responsabilidade de expressar opinião sobre a situação patrimonial e financeira do Banco e apresentar recomendações para o aprimoramento do sistema contábil, está desempenhando seu trabalho em padrões compatíveis com o porte, características e complexidade do Banrisul.

O exame regular das demonstrações financeiras, o contato frequente com a Contabilidade, a Auditoria Interna e a Auditoria Independente, permitem ao Comitê avaliar a qualidade dessas demonstrações e afirmar que elas estão livres de distorções relevantes.

Considerando o escopo de suas atividades, os trabalhos e as avaliações realizadas, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Conglomerado, para o semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2017, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2018.

Antoninho Scottá

João Verner Juenemann
Coordenador

João Carlos Bona Garcia

PARECER CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do Artigo 163, da Lei 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, no Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, estes últimos emitidos nesta data, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2018.

Claudio Morais Machado
Presidente

Urbano Schmitt
Vice-Presidente

Fernando Ferrari Filho
Jorge Irani da Silva
Massao Fábio Oya
Conselheiros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banrisul em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banrisul e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Banrisul e Banrisul Consolidado)**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3(f e g) e 8, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banrisul, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade e não apenas nos percentuais mínimos da Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos de contratos de câmbio e dos outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chaves e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pelo Banrisul na definição das principais premissas utilizados na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e para o atendimento aos requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN, relacionados a apuração da provisão para devedores duvidosos e as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Provisões e passivos contingentes – trabalhista, cível e fiscal (Banrisul e Banrisul Consolidado)**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(m) e 16, o Banrisul possui demandas judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, para as quais é reconhecida provisão nas demonstrações contábeis da parcela cujo risco de perda de acordo com avaliação da Administração é provável. As parcelas dos passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas e as perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação. A mensuração, reconhecimento e a divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativa a esses processos judiciais e administrativos requerem julgamento profissional do Banrisul e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos julgados como chaves relacionados aos processos de cadastro, mensuração e registro contábil das provisões e passivos contingentes. Para os processos em que o Banrisul é representado por consultores externos, solicitamos e analisamos as cartas-respostas de confirmação desses consultores em relação a existência das ações judiciais e administrativas. Com base em uma amostra avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados em períodos anteriores pelo Banrisul para definição da probabilidade de êxito e definição dos valores envolvidos nas ações judiciais e administrativas e comparamos com as condenações no período corrente. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Obrigações com Benefício de longo prazo pós-emprego (Banrisul e Banrisul Consolidado)**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3(p) e 26, o Banrisul é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários e dependentes. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como “planos de benefício definido”. As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, tabela de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Por se tratar de uma obrigação relevante e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuarias dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chaves do Banrisul relacionados ao processo de determinação das premissas a serem utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em amostragem validamos as bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações e com auxílio de nossos especialistas atuariais analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como tabua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Avaliamos, ainda, as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração das obrigações atuarias dos planos de benefício definido e de saúde complementar e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Ambiente de Tecnologia da informação (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul é dependente de sua estrutura de tecnologia de informação para o desenvolvimento de suas operações, continuidade de seus processos de negócios e consequente elaboração das demonstrações contábeis, a qual envolve o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Considerando que os riscos inerentes à tecnologia da informação, especificamente os associados a processos e controles que suportam a operacionalidade dos sistemas de tecnologia, podem ocasionar processamento incorreto de informações críticas e eventualmente impactar a elaboração das demonstrações contábeis, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação, avaliamos o desenho, a implementação e, por meio de amostragem, avaliamos a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos sistemas considerados chave para elaboração das informações financeiras, tais como controles internos automatizados e/ou com componentes automatizados e controles relacionados à segurança da informação, incluindo os controles relativos (i) ao gerenciamento de acesso a dados e programas, (ii) aos desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos, (iii) a gerenciamento de alterações sistêmicas e (iv) eventuais controles compensatórios desses sistemas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima descritos consideramos que os processos e controles nos proporcionaram base aceitável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banrisul, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banrisul. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banrisul é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banrisul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banrisul e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banrisul e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banrisul e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banrisul e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banrisul e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2018.



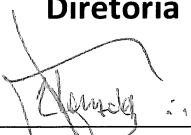
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

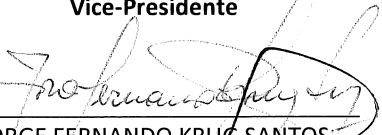
**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

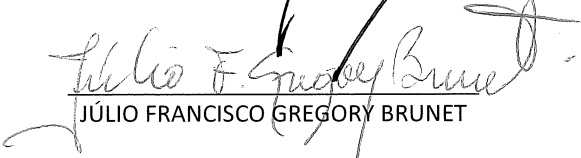
Diretoria

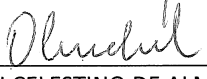

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Presidente


IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente


JORGE FERNANDO KRUG SANTOS


JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO


JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET


OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA

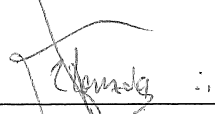

OSMAR PAULO VIECELI


RICARDO RICHINITI HINGEL


SUZANA FLORES COGO

Conselho de Administração

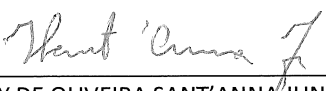

LUIZ ANTÔNIO BINS
Presidente


LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

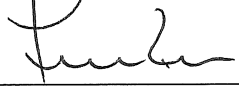

CARLOS ANTÔNIO BÚRIGO

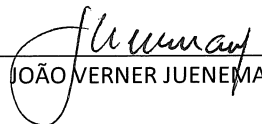

DILIO SERGIO PENEDO

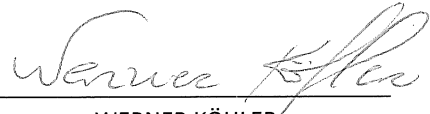

FLÁVIO POMPERMAYER


IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR


JOÃO CARLOS BRUM TORRES


JOÃO GABBARDO DOS REIS


JOÃO VERNER JUENEMANN


WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul**

Diretoria

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Presidente

IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
Vice-Presidente

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
JORGE LUIZ OLIVEIRA LOUREIRO
JÚLIO FRANCISCO GREGORY BRUNET
OBERDAN CELESTINO DE ALMEIDA
OSMAR PAULO VIECELI
RICARDO RICHINITI HINGEL
SUZANA FLORES COGO
Diretores

Conselho de Administração

LUIZ ANTÔNIO BINS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ANTÔNIO BÚRIGO
DILIO SERGIO PENEDO
FLÁVIO POMPERMAYER
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
JOÃO CARLOS BRUM TORRES
JOÃO GABBARDO DOS REIS
JOÃO VERNER JUENEMANN
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

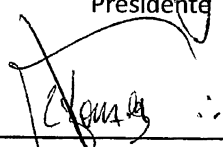
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, item V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

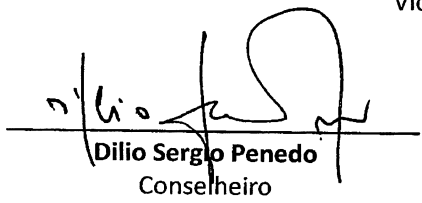
Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2018.



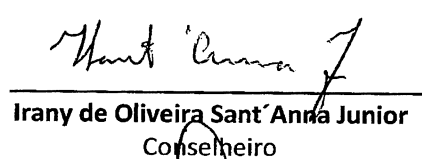
Luiz Antônio Bins
Presidente



Luiz Gonzaga Veras Mota
Vice-Presidente



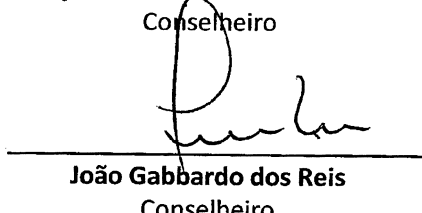
Dilio Sergio Penedo
Conselheiro



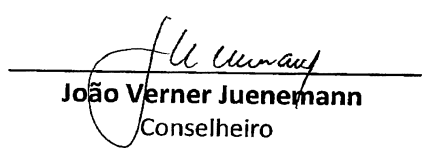
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Conselheiro



Flávio Pompermayer
Conselheiro



João Gabbardo dos Reis
Conselheiro



João Verner Juenemann
Conselheiro



Carlos Antônio Burigo
Conselheiro



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 16.03.2018 as 15:11:18.

Válido até: 14.06.2018.

Código de Controle: 277074.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS.....	10
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	10
3. Principais práticas contábeis	10
4. Aplicações interfinanceiras de liquidez	12
5. Títulos e valores mobiliários.....	12
6. Outros créditos	13
7. Outras obrigações	13
8. Operações com partes relacionadas.....	14
9. Patrimônio Líquido.....	14
10. Limites operacionais.....	15
11. Imposto de renda e contribuição social	15
12. Receitas de prestação de serviços	16
13. Outras despesas administrativas.....	16
14. Gerenciamento de riscos.....	16
15. Provisão para contingências.....	16
16. Outras informações.....	17
PARECER DO CONSELHO FISCAL	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	19

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Princípios:

Ética, patrimônio a preservar;
Transparência como filosofia;
Segurança como diferencial competitivo;
Responsabilidade, compromisso com as pessoas;
Rentabilidade, questão de sobrevivência;
Satisfação do cliente como resultado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Desempenho Financeiro e Operacional - Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais da Corretora alcançaram o montante de R\$183,8 milhões, com expansão de R\$98,6 milhões, em relação ao montante de R\$85,2 milhões, registrado no exercício de 2016. O Patrimônio Líquido atingiu R\$81,9 milhões, crescimento de 2,1% ou 1,7 milhões superior ao resultado de 80,2 milhões apurado no exercício de 2016, a variação do período teve como origem a incorporação dos resultados gerados.

O volume total das operações realizadas em 2017 alcançou R\$ 2.256,7 milhões, representando um aumento de 47,6% em relação ao volume de R\$1.529,1 milhões registrados no exercício de 2016.

Gestão de fundos de investimento - A partir de 26/07/2017, a Banrisul Corretora passou a fazer a gestão dos fundos de investimento sob administração fiduciária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, num patrimônio total de aproximadamente R\$ 11 bilhões, como forma de adaptação do Banrisul à Instrução CVM nº 558. A nova atividade agregou receita, proveniente de percentual da taxa de administração dos fundos de investimento, e custos, decorrentes da estrutura de gestão e controles, de acordo com o contrato de gestão firmado entre o Banco e a Corretora. O balanço entre receita e custos da nova atividade refletiu-se de forma positiva no resultado obtido no segundo semestre.

Gestão de Risco - A Corretora está inserida na estrutura organizacional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), seu controlador. A administração e a estrutura de gerenciamento de risco de capital são desenvolvidas de forma consolidada com o Banrisul, em atendimento aos normativos do BACEN. Os riscos de liquidez, de mercado e de crédito são gerenciados, diariamente, pela Banrisul Corretora.

As políticas de risco são revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos de capital está disponível no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota "Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos".

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	173.887	36.437
Disponibilidades	16	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	19.209	33.721
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 5)	<u>55.221</u>	<u>1.170</u>
Carteira própria	44.127	1.170
Vinculados à prestação de garantia	11.094	-
Outros créditos - diversos (Nota 6)	<u>99.439</u>	<u>1.537</u>
Rendas a Receber	654	-
Negociação e intermediação de valores	98.559	1.965
(-) Provisão para outros créditos	(2)	(545)
Diversos	228	117
Outros valores e bens	<u>2</u>	<u>2</u>
Despesas antecipadas	2	2
Não Circulante	9.913	48.800
Realizável a longo prazo	9.554	48.423
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 5)	<u>9.256</u>	<u>47.768</u>
Carteira própria	-	39.528
Vinculados à prestação de garantia	9.256	8.240
Outros créditos (Nota 6)	<u>298</u>	<u>655</u>
Diversos	298	655
Permanente	359	377
Investimentos	74	74
Imobilizado de uso	226	239
Intangíveis	59	64
Total do ativo	183.800	85.237
Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	101.696	4.851
Outras obrigações	<u>101.696</u>	<u>4.851</u>
Sociais e estatutárias (Nota 7 (a))	501	434
Fiscais e previdenciárias (Nota 7 (b))	805	1.419
Negociação e intermediação de valores (Nota 7 (c))	99.329	2.079
Diversas (Nota 7 (d))	1.061	919
Não Circulante	138	123
Exigível a longo prazo	138	123
Outras obrigações	<u>138</u>	<u>123</u>
Diversas (Nota 7 (d))	138	123
Patrimônio líquido (Nota 9)	81.966	80.263
Capital social	70.000	70.000
Reservas de lucros	16.552	14.957
Ajuste de avaliação patrimonial	(96)	(204)
Ações em tesouraria	(4.490)	(4.490)
Total do passivo	183.800	85.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas da intermediação financeira	<u>3.366</u>	<u>8.080</u>	<u>10.804</u>
Resultado de títulos e valores mobiliários	3.366	8.080	10.804
Receitas/despesas da intermediação financeira	<u>543</u>	<u>543</u>	-
Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa	543	543	-
Resultado da intermediação financeira	<u>3.909</u>	<u>8.623</u>	<u>10.804</u>
Receitas (despesas) operacionais	<u>(1.492)</u>	<u>(4.659)</u>	<u>(7.058)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	6.346	8.289	3.775
Despesas de pessoal (Nota 8 (b))	(860)	(1.663)	(1.435)
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(5.932)	(10.404)	(8.568)
Despesas tributárias	(787)	(1.238)	(908)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(259)	357	78
Resultado operacional	<u>2.417</u>	<u>3.964</u>	<u>3.746</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>2.417</u>	<u>3.964</u>	<u>3.746</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	<u>(1.096)</u>	<u>(1.873)</u>	<u>(1.934)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(859)	(1.639)	(2.199)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(237)	(234)	265
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>1.321</u>	<u>2.091</u>	<u>1.812</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R\$	<u>0,044</u>	<u>0,070</u>	<u>0,061</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em milhares de reais)

	Reserva de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial			Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva expansão	Títulos disponíveis para venda	Atualização de títulos patrimoniais			
Em 01 de janeiro de 2016	70.000	4.152	6.791	2.632	(419)	70	(4.490)	-	78.736
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	215	-	-	-	215
Outros Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	-	8	-	-	8
Baixa de Títulos Patrimoniais	-	-	-	-	-	(78)	-	-	(78)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.812	1.812
Destinação do Lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	91	453	838	-	-	-	(1.382)	-
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	-	(430)	(430)
Em 31 de dezembro de 2016	70.000	4.243	7.244	3.470	(204)	-	(4.490)	-	80.263
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	108	-	-	-	108
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.091	2.091
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	105	522	968	-	-	-	(1.595)	-
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	-	(496)	(496)
Em 31 de dezembro de 2017	70.000	4.348	7.766	4.438	(96)	-	(4.490)	-	81.966
Em 01 de julho de 2017	70.000	4.282	7.436	3.827	(183)	-	(4.490)	-	80.872
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	87	-	-	-	87
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	1.321	1.321
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	66	330	611	-	-	-	(1.007)	-
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	-	(314)	(314)
Em 31 de dezembro de 2017	70.000	4.348	7.766	4.438	(96)	-	(4.490)	-	81.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas	<u>10.617</u>	<u>17.962</u>	<u>14.786</u>
Intermediação financeira	3.366	8.080	10.804
Prestação de serviços	6.346	8.289	3.775
Reversão de outros créditos	543	543	-
Outras	362	1.050	207
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(6.531)</u>	<u>(11.061)</u>	<u>(8.658)</u>
Serviços de terceiros	(6.280)	(10.556)	(8.180)
Água, energia e gás	(28)	(58)	(64)
Comunicações	(222)	(445)	(411)
Materiais	(1)	(2)	(3)
Valor adicionado bruto	4.086	6.901	6.128
Depreciação e amortização	(3)	(18)	(38)
Valor adicionado a distribuir	4.083	6.883	6.090
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal (Nota 8(b))	<u>715</u>	<u>1.382</u>	<u>1.206</u>
Remuneração (Nota 8(b))	679	1.312	1.146
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	36	70	60
Impostos, taxas e contribuições	<u>2.028</u>	<u>3.391</u>	<u>3.071</u>
Federais	1.711	2.977	2.882
Municipais	317	414	189
Remuneração de capitais de terceiros	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>1</u>
Aluguéis	19	19	1
Remuneração de capitais próprios	<u>1.321</u>	<u>2.091</u>	<u>1.812</u>
Lucros retidos	1.007	1.595	1.382
Dividendos	314	496	430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	<u>1.027</u>	<u>1.815</u>	<u>2.353</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios	1.321	2.091	1.812
Ajustes do lucro líquido	<u>(294)</u>	<u>(276)</u>	<u>541</u>
Depreciação e amortização	3	18	38
(Reversão) para outros créditos de liquidação duvidosa	(543)	(543)	-
Créditos tributários	237	234	(265)
Provisão para passivos contingentes	9	15	57
Provisão para perdas em ativos intangíveis	-	-	711
Variação nos ativos e obrigações	<u>1.056</u>	<u>(458)</u>	<u>749</u>
(Aumento) redução em outros créditos	(73.673)	(96.249)	11
Redução em outros valores e bens	2	-	2
Aumento em outras obrigações	75.331	96.778	1.638
Imposto de renda e contribuição social pagos	(604)	(987)	(902)
Caixa líquido proveniente/aplicado nas atividades operacionais	2.083	1.357	3.102
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) em títulos para negociação	(4.066)	(4.066)	-
(Aumento) redução em títulos disponíveis para venda	132	891	(215)
(Aumento) em títulos mantidos até o vencimento	(9.414)	(12.256)	(40.542)
Alienação de investimentos	-	-	471
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(5)
(Aumento) em outros ativos intangíveis	-	-	(19)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.348)	(15.431)	(40.310)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	(429)	(526)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(429)	(526)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(11.265)	(14.503)	(37.734)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	<u>30.490</u>	<u>33.728</u>	<u>71.462</u>
Disponibilidades	8	7	9
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30.482	33.721	71.453
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	<u>19.225</u>	<u>19.225</u>	<u>33.728</u>
Disponibilidades	16	16	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.209	19.209	33.721
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(11.265)	(14.503)	(37.734)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na B3 S.A., coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A diretoria da Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2018.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil - BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não hajam perdas de caráter permanente acrescidas dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do BACEN e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 20% até dezembro de 2018 e 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 para Contribuição Social. Para o imposto de renda sobre o lucro tributável a alíquota é de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) apurado no período, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários foram calculados com base nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, o total dos créditos tributários está registrado na rubrica “Outros créditos - diversos” no grupo do ativo realizável a longo prazo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

l) Lucro por ação - A Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação durante o período correspondente ao resultado.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2017	2016
Para negociação	4.066	-
Disponível para venda	387	1.170
Mantidos até o vencimento	60.024	47.768
Total da carteira	64.477	48.938
Circulante	55.221	1.170
Não circulante	9.256	47.768

a) Títulos e valores mobiliários - Para Negociação

	2017		2016
	Valor de custo/contábil	Valor de mercado	Valor de mercado
Sem vencimento			
Fundo de Investimento - Vinculados à prestação de garantias	4.066	4.066	-
Total	4.066	4.066	-

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2017		2016
	Valor de custo	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil
Sem vencimento			
Ações de companhias abertas	761	379	1.162
Certificados de privatização	8	8	8
Total	769	387	1.170

Os efeitos decorrentes do ajuste valor de mercado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$382 (2016 – R\$455), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$153 (2016 – R\$182).

Durante o exercício de 2012 algumas ações classificadas como “Para Negociação” foram reclassificadas para a categoria “Disponíveis para Venda”. O ajuste de marcação a mercado destes ativos na data da reclassificação era de R\$69, líquido dos efeitos tributários, registrados no resultado daquele exercício. No exercício de 2017, após a venda de ações, o ajuste de marcação a mercado dos ativos reclassificados é de R\$133.

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2017		2016
	Valor de custo/contábil	Valor de mercado	Valor de custo/contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras	43.741	43.743	39.528
Letras financeiras do tesouro - (LFT) - Vinculados à prestação de garantia	16.283	16.282	8.240
Total	60.024	60.025	47.768

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento. A Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA) para a marcação a mercado dos títulos públicos e o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período para a marcação a mercado das ações de companhias abertas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros créditos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
a) Rendas a receber:	654	-
Serviços prestados a receber	654	-
b) Negociação e intermediação de valores:	98.557	1.420
Caixa de registro e liquidação	97.236	977
Devedores - Conta liquidações pendentes	1.321	443
c) Diversos:	526	772
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 (b))	452	715
Impostos e contribuições a compensar	-	6
Outros	74	51
Total - Outros créditos	99.737	2.192
Circulante	99.439	1.537
Não circulante	298	655

7. Outras obrigações

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
a) Sociais e estatutárias:	501	434
Dividendos e bonificações a pagar	501	434
b) Fiscais e previdenciárias:	805	1.419
Impostos e contribuições sobre o lucro	599	1.274
Impostos e contribuições a recolher	206	145
c) Negociação e intermediação de valores:	99.329	2.079
Comissões e corretagens a pagar	36	25
Credores - Conta liquidações pendentes	99.293	2.054
d) Diversas:	1.199	1.042
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.061	919
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	138	123
Total geral das outras obrigações	101.834	4.974
Circulante	101.696	4.851
Não circulante	138	123

8. Operações com partes relacionadas

a) Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. podem ser assim sumariados:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades	16	7	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez - mercado aberto	19.209	33.721	2.705	5.262
Letras Financeiras	43.740	39.528	4.212	4.528
Convênio prestação de serviços	(755)	(529)	(7.259)	(5.797)
Dividendos	(489)	(424)	-	-

A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração** - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

	2017	2016
Remuneração	1.312	1.146
Encargos Sociais	351	289
Total	1.663	1.435

A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício de 2017 em R\$1.663 (2016 - R\$1.435).

Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

9. Patrimônio Líquido

a) **Capital social** - O capital social em 31 de dezembro de 2017 é R\$70.000, e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$1,75 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) **Ações em tesouraria** - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) **Distribuição de resultados** - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) 25% para constituição de Reserva Estatutária; e (iii) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) **Reserva Estatutária** - Tem por finalidade o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos.

e) **Reserva para Expansão** - A Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a., calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de 25% (vinte e cinco por cento).

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei e o saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	2.091	1.812
Constituição de reservas		
Legal	(105)	(91)
Base de cálculo de dividendos	1.986	1.721
Dividendos propostos - 25%	496	430

10. Limites operacionais

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a partir de 1º de janeiro de 2015 a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), devem ter como base o Conglomerado Prudencial. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2017 é de 17,0%.

11. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.964	3.746
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	314	611
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	(562)	647
(=) Base do IRPJ	3.716	5.004
(=) Base da CSLL	3.716	5.004
Imposto de Renda - corrente	(905)	(1.227)
Contribuição Social - corrente ¹	(744)	(1.001)
Incentivos Fiscais	10	29
Total IRPJ e CSLL - correntes	(1.639)	(2.199)
IRPJ e CSLL diferidos ¹	(234)	265
IRPJ e CSLL registrados no resultado	1.873	1.934

(1) A lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do setor financeiro elevando-a de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição (Realização)</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	242	(241)	1	242
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	182	(29)	153	182
Provisão outros ativos intangíveis	242	-	242	242
Outras provisões temporárias	49	7	56	49
Total do ativo fiscal diferido	715	(263)	452	715

c) Expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Total</u>
2018	58	96	154
2022	129	169	298
Total 31.12.2017	<u>187</u>	<u>265</u>	<u>452</u>
Total 31.12.2016	<u>299</u>	<u>416</u>	<u>715</u>

O valor presente dos créditos tributários é de R\$332, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Receitas de prestação de serviços

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendas de administração de fundos de investimentos	3.340	3.340	-
Rendas de corretagens em operações em bolsas	2.586	4.181	3.196
Rendas de comissões	7	11	4
Rendas de outros serviços	<u>413</u>	<u>757</u>	<u>575</u>
Total	6.346	8.289	<u>3.775</u>

A partir de 26 de julho de 2017 a Corretora passou a atuar como gestora dos fundos de investimento sob administração fiduciária do Banrisul, como forma de adaptação do Grupo Financeiro Banrisul à Instrução CVM nº 558 de março de 2015. Em 31/12/2017, a receita total da taxa de administração de fundos de investimentos sob gestão da Corretora foi de R\$3.340.

13. Outras despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comunicações	222	445	411
Processamentos de dados	394	772	709
Serviços do sistema financeiro	345	569	334
Convênio prestação serviços (Nota 8)	4.262	7.259	5.797
Comissões de intermediação financeira	341	509	368
Serviços técnicos especializados	238	468	471
Publicações	75	160	152
Outras	<u>55</u>	<u>222</u>	<u>326</u>
Total	5.932	10.404	<u>8.568</u>

14. Gerenciamento de riscos

A Corretora aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07, respectivamente, ambas do Banco Central do Brasil. A Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., líder do conglomerado financeiro.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora figura como parte em processos judiciais de natureza cível no montante de R\$138 (2016 – R\$123) classificados como perda provável, que foram integralmente provisionados. O montante de R\$210 (2016 – R\$183), de acordo com os assessores jurídicos internos da Corretora a probabilidade de perda nestes casos é considerado como possível, desta forma não foram provisionados.

16. Outras informações

Novas Normas e interpretações - As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

a) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

b) IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato: certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.

Claudio Antonio Pasa
Presidente

Fernando Antonio Viana Imenes
Conselheiro

Marcus Vinicius Berthier de Araujo Góes
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Banrisul Corretora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Corretora em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Banrisul Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Banrisul Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Corretora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria da Fazenda
Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Diretoria

Nilvo Reinoldo Fries
Diretor - Presidente

Carmem Paludo
Diretora

João Emílio Gazzana
Diretor

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto
Presidente

Antônio Ávila da Silva
Fernando Castro Martins
Elói Astir Stertz
Márcio Machado Irion
Paulo Ricardo Fernandes Gomes
Conselheiros

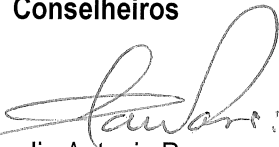
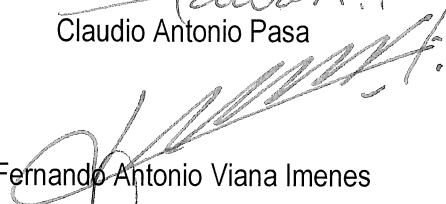
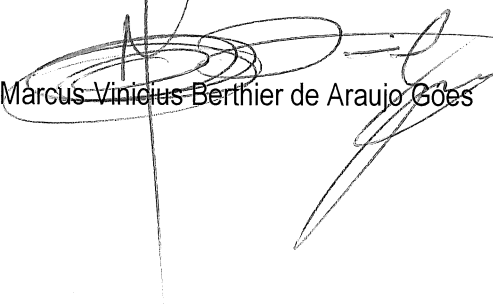
Fabiana Rodrigues de Souza
Contadora CRCRS - 084401/O-6

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.

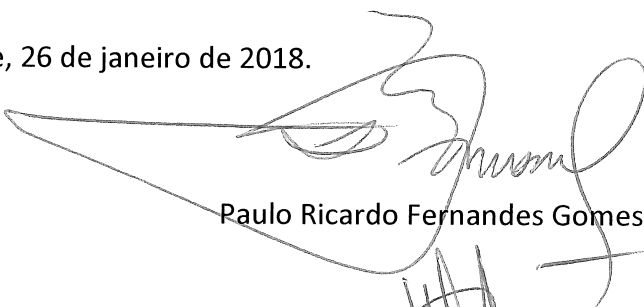
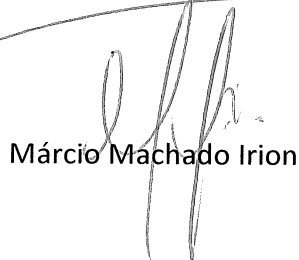
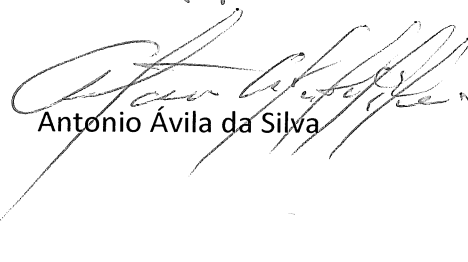
Conselheiros


Claudio Antonio Pasa
Fernando Antonio Viana Imenes
Marcus Vinicius Berthier de Araujo Góes

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2018.


Jair Antonio Pauletto
Paulo Ricardo Fernandes Gomes
Fernando Castro Martins
Elói Astir Stertz
Márcio Machado Irion
Antonio Ávila da Silva

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA
REGISTRO.....	: RS-084401/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 981.280.190-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.03.2018 as 15:47:17.

Válido até: 10.06.2018.

Código de Controle: 276655.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
2. BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
6. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO	11
7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS	12
8. NOTAS EXPLICATIVAS	13
1. Contexto operacional	13
2. Apresentação das demonstrações financeiras	13
3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios	13
4. Resumo das operações de consórcios	16
5. Títulos e valores mobiliários (Administradora)	16
6. Outros créditos – diversos (Administradora)	17
7. Sociais e Estatutárias (Administradora)	18
8. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)	18
9. Provisão para contingências	18
10. Patrimônio líquido (Administradora)	18
11. Outras despesas administrativas	19
12. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL	19
13. Transações com partes relacionadas (Administradora)	20
14. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)	21
15. Aplicações Financeiras (Grupos de Consórcios)	21
16. Instrumentos financeiros (Administradora)	21
PARECER DO CONSELHO FISCAL	23
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	24

Missão:

Promover a integração de pessoas físicas e jurídicas em grupos fechados, proporcionando a aquisição segura de bens e serviços, através de uma gestão comprometida com os nossos valores.

Visão:

Ser referência na administração de grupos de consórcios, buscando sempre a realização de sonhos.

Valores:

Comprometimento

Transparência

Excelência

Eficiência

Ética

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31.12.2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de imóveis e automóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banrisul a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Em 31.12.2017 a empresa administrava 161 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 53.667 consorciados, sendo que, no ano de 2017, ocorreram 8.411 contemplações. No período, apresentou lucro líquido de R\$ 35.017 mil (0,7 % superior ao mesmo período de 2016).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduziram suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	<u>164.434</u>	<u>167.789</u>
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>46</u>	<u>137</u>
Carteira própria	<u>156.625</u>	<u>160.735</u>
Outros créditos - diversos (Nota 6)	<u>156.625</u>	<u>160.735</u>
	<u>7.763</u>	<u>6.917</u>
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>125.681</u>	<u>93.411</u>
Carteira própria	<u>120.863</u>	<u>86.313</u>
Outros créditos - diversos (Nota 6)	<u>120.863</u>	<u>86.313</u>
	<u>4.818</u>	<u>7.098</u>
Permanente		
Imobilizado de uso	<u>416</u>	<u>389</u>
Outras imobilizações de uso	<u>416</u>	<u>389</u>
Depreciações acumuladas	<u>738</u>	<u>640</u>
	<u>-322</u>	<u>-251</u>
Total do ativo	<u>290.531</u>	<u>261.589</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Outras obrigações	<u>45.693</u>	<u>27.092</u>
Sociais e estatutárias (Nota 7)	<u>45.693</u>	<u>27.092</u>
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	<u>24.975</u>	<u>8.282</u>
Diversas	<u>6.287</u>	<u>8.463</u>
	<u>14.431</u>	<u>10.347</u>
Exigível a longo prazo		
Outras obrigações	<u>233</u>	<u>72</u>
Passivos Contingentes (Nota 9)	<u>233</u>	<u>72</u>
	<u>233</u>	<u>72</u>
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 10)	<u>244.605</u>	<u>234.425</u>
Reservas de lucros	<u>200.000</u>	<u>192.100</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>44.243</u>	<u>42.077</u>
	<u>362</u>	<u>248</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>290.531</u>	<u>261.589</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017.

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>2º Semestre</u>		
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.089	25.260	31.016
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>11.089</u>	<u>25.260</u>	<u>31.016</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>14.801</u>	<u>27.481</u>	<u>21.263</u>
Receitas de prestação de serviços	31.140	58.302	49.740
Outras despesas administrativas (Nota 11)	(11.513)	(22.066)	(20.625)
Despesas tributárias	(5.030)	(9.687)	(8.710)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	204	932	858
Resultado operacional	<u>25.890</u>	<u>52.741</u>	<u>52.279</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	(8.589)	(17.724)	(17.488)
Valores correntes	(8.781)	(18.064)	(17.617)
Valores diferidos	192	340	129
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	<u>17.301</u>	<u>35.017</u>	<u>34.791</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	<u>0,19</u>	<u>0,39</u>	<u>0,39</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Reservas de Lucro						Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	172.600	8.371	7.248	19.429	27	-	207.675
Capital integralizado	19.500	-	(71)	(19.429)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	34.791	34.791
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	221	-	221
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.740	1.740	23.049	-	(26.529)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,09 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(8.262)	(8.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	192.100	10.111	8.917	23.049	248	-	234.425
Capital integralizado (Nota 10)	7.900	-	-	(7.900)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.017	35.017
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	114	-	114
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.750	1.750	6.566	-	(10.066)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,28 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(24.951)	(24.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	200.000	11.861	10.667	21.715	362	-	244.605
Mutações do Exercício	7.900	1.750	1.750	(1.334)	114	-	10.180
Saldo em 1º de julho de 2017	200.000	10.996	9.802	18.471	317	-	239.586
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	17.301	17.301
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	45	-	45
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	865	865	3.244	-	(4.974)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,14 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(12.327)	(12.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	200.000	11.861	10.667	21.715	362	-	244.605
Mutações do Semestre	-	865	865	3.244	45	-	5.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	17.301	35.017	34.791
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	187	161	(132)
Créditos tributários	(261)	(457)	(169)
Depreciação	32	71	73
Variações de ativos e obrigações			
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(21.856)	(30.327)	(32.184)
(Aumento) redução em outros créditos	11.235	9.862	4.944
(Aumento) redução em outras obrigações	(2.213)	1.907	7.198
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.421)	(7.971)	(7.476)
Caixa líquido proveniente das aplicações nas atividades Operacionais	4	8.263	7.045
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	-	(98)	(11)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(98)	(11)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(8.256)	(6.960)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(8.256)	(6.960)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>4</u>	<u>(91)</u>	<u>74</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	<u>42</u>	<u>137</u>	<u>63</u>
Disponibilidades	42	137	63
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>46</u>	<u>46</u>	<u>137</u>
Disponibilidades	46	46	137
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>4</u>	<u>91</u>	<u>74</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo		
Circulante	<u>778.266</u>	<u>667.365</u>
Disponibilidades	344	444
Aplicações financeiras (Nota 15)	<u>391.609</u>	<u>332.237</u>
Disponibilidade do grupo	50.028	39.441
Vinculadas a contemplações	341.390	292.288
Recursos grupos em formação	191	508
Outros créditos	<u>386.313</u>	<u>334.684</u>
Bens apreendidos ou retomados	1.149	704
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 14)	385.164	333.980
Compensação	<u>3.404.866</u>	<u>2.696.037</u>
Consórcio		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	27.063	23.478
Contribuições devidas ao grupo	1.765.991	1.398.856
Valores e bens ou serviços a contemplar	1.611.812	1.273.703
Total do Ativo	<u>4.183.132</u>	<u>3.363.402</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo		
Circulante/Exigível a Longo Prazo	<u>778.266</u>	<u>667.365</u>
Outras obrigações	<u>778.266</u>	<u>667.365</u>
Obrigações com consorciados	282.236	246.715
Grupos em formação	191	508
Valores a repassar	3.772	1.719
Contemplações a entregar	341.390	292.288
Recursos a devolver a consorciados	100.585	83.208
Recursos dos grupos	50.092	42.927
Compensação	<u>3.404.866</u>	<u>2.696.037</u>
Consórcio		
Recursos mensais a receber de consorciados	27.063	23.478
Obrigações do grupo por contribuições	1.765.991	1.398.856
Bens ou serviços a contemplar	1.611.812	1.273.703
Total do Passivo	<u>4.183.132</u>	<u>3.363.402</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u>		
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades no início do período	<u>363.677</u>	<u>332.681</u>	<u>282.607</u>
(+) Recursos coletados	<u>273.453</u>	<u>518.023</u>	<u>455.117</u>
Contribuições para aquisições de bens	216.074	405.765	350.116
Taxa de administração	30.177	56.503	48.426
Contribuição ao fundo de reserva	7.061	13.171	11.140
Renda de aplicação financeira	12.065	27.827	32.975
Prêmios de seguros	3.835	7.259	5.776
Outros	4.241	7.498	6.684
(-) Recursos utilizados	<u>245.177</u>	<u>458.751</u>	<u>405.043</u>
Aquisição de bens	195.115	362.402	321.188
Taxa de administração	30.600	57.197	49.026
Prêmio de seguros	3.835	7.258	5.778
Devolução a consorciados desligados	8.261	17.612	17.306
Outros	7.366	14.282	11.745
Disponibilidades no final do período	<u>391.953</u>	<u>391.953</u>	<u>332.681</u>
Depósitos bancários	344	344	444
Aplicações financeiras	391.609	391.609	332.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora” ou “Banrisul Consórcios”) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”) seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular 3.624/13.

As cartas circulares nº 3.147/04 e nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 29/01/2018.

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a) Da administradora

(i) Apuração do resultado - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº. 2.381/93 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) Títulos e valores mobiliários – Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(vii) Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(ix) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica “Outros créditos diversos” e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(x) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Dos grupos de consórcio - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Disponibilidades e aplicações financeiras - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454/94 e 3.524/11 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados - Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

(v) Valores de bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.

(vi) Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	<u>Quantidade</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Grupos administrados	161	164
Consorticiados ativos	53.667	45.728
Bens entregues - no ano	7.829	7.699
Bens entregues - total	27.266	26.959
Bens pendentes de entrega	5.849	5.344
Desistentes/excluídos – no ano	2.384	1.756
Desistentes/excluídos - total	21.494	19.110
Assembleias a realizar	7.540	6.617

A taxa de inadimplência é de 3,00 % (2016 – 3,31%).

5. Títulos e valores mobiliários (Administradora)

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Para negociação	41.562	26.929
Disponível para venda	2.195	2.122
Mantidos até o vencimento	233.731	217.997
Total	<u>277.488</u>	<u>247.048</u>

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u>	<u>Valor de</u>
		<u>Mercado</u>	<u>Mercado</u>
Fundo Premium FI RF LP	31.313	31.313	19.727
Banrisul Master Fundo Invest RF DI LP (1)	10.249	10.249	7.202
Total	<u>41.562</u>	<u>41.562</u>	<u>26.929</u>

(1) Recursos dos Grupos Encerrados Contabilmente.

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para Venda

	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u>	<u>Valor de</u>
		<u>Mercado</u>	<u>Mercado</u>
Fundo de Investimento Imobiliário	1.647	2.195	2.122
Total	<u>1.647</u>	<u>2.195</u>	<u>2.122</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$ 548 (2016 - R\$ 378), os quais estão registrados no

patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 186 (2016- R\$ 128).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Títulos e valores mobiliários – Mantidos até o Vencimento

	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Custo/ Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor de Mercado</u>
CDB DI	18.717	18.727	17.304
Letras Financeiras	215.014	215.146	201.310
	<u>233.731</u>	<u>233.873</u>	<u>218.614</u>

As aplicações em Letras Financeiras foram realizadas com prazos de 730 e 731 dias à taxa média de 106,7% do DI, e o CDB (Certificado de Depósito Bancário) com prazo de 361 dias e rendimento diário de 101,5% do CDI, aplicados junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela BM&F.

6. Outros créditos – diversos (Administradora)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Circulante</u>		
Cotas de consórcio adquiridas	4.763	4.144
Valores pendentes de cobrança judicial (cotas inadimplentes)	523	-
Impostos e contribuições a compensar	1.651	2.601
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	608	-
Outros	218	172
Total	<u>7.763</u>	<u>6.917</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Realizável a longo prazo</u>		
Depósitos vinculados a processos judiciais	4.477	6.526
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	189	339
Bens retomados	-	1
Impostos e contribuições a compensar	152	232
Total	<u>4.818</u>	<u>7.098</u>

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações cíveis), remuneração variável sobre a performance comercial e campanha de vendas.

A expectativa de realização desses créditos é até 2022 e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 722 (2016 - R\$ 299).

Os valores dos consorciados inadimplentes (cotas ajuizadas) são compostos por R\$ 523 (2016 - R\$ 211). Já o valor de R\$ 4.477 (2016 - R\$ 6.316) está relacionado a depósitos judiciais referentes a processos cíveis e a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

7. Sociais e Estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Dividendos a pagar	24.951	8.262
Outras	24	20
Total	<u>24.975</u>	<u>8.282</u>

8. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	5.105	7.461
Outras	1.182	1.002
Total	<u>6.287</u>	<u>8.463</u>

9. Provisão para contingências

(a) Provisão para contingências – Prováveis

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para passivos contingentes cíveis	233	72
Total	<u>233</u>	<u>72</u>

(b) Provisão para contingências - Possíveis

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 28.579 (2016 - R\$ 26.999) e R\$ 2.276 (2016 - R\$ 1.122) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

10. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital Social - O Capital Social no valor de R\$ 200.000 é composto por 89.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em dezembro de 2016 o Capital Social era de R\$ 192.100.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 19 de abril de 2017, foi deliberada a integralização de capital social no valor de R\$ 7.900, com a utilização de recursos dos saldos de Reserva Especial de Lucros.

b) Distribuição de Resultados - O lucro líquido do semestre, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições

estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 75% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da empresa.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2017 podem ser demonstrados como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	35.017	34.791
Reserva legal (5%)	(1.750)	(1.740)
Base de cálculo dos dividendos	33.267	33.051
Dividendos propostos (75% em 2017 e 25% em 2016)	24.951	8.262
Dividendos por ações em circulação – R\$	0,28	0,09

11. Outras despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u> <u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Convênio de prestação de serviços (Nota 13)	9.226	18.429	18.171
Despesas de serviços de terceiros	60	122	234
Despesas com administração e conselhos	341	663	596
Aluguéis	2	2	3
Manutenção	0	1	4
Outras despesas administrativas	1.884	2.849	1.617
Total	<u>11.513</u>	<u>22.066</u>	<u>20.625</u>

12. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	52.741	52.279
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	1.974	882
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	1.974	882
(=) Base do IRPJ	<u>54.715</u>	<u>53.161</u>
(=) Base da CSLL	<u>54.715</u>	<u>53.161</u>
Imposto de Renda (25%)	(13.655)	(13.171)
Contribuição Social (9%)	(4.925)	(4.750)
IR e CS – Outros	-	(7)
Deduções doações e patrocínios	516	440
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(17.724)</u>	<u>(17.488)</u>
IRPJ e CSLL Corrente	(18.064)	(17.617)
IRPJ e CSLL Diferidos	340	129

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outras provisões temporárias	339	458	797	339
Total do ativo fiscal diferido	<u>339</u>	<u>458</u>	<u>797</u>	<u>339</u>

Expectativa de realização dos créditos tributários

	<u>Contribuição</u> <u>Social</u>	<u>Imposto</u> <u>de Renda</u>	<u>Total</u>
2018	162	447	609
2019	12	35	47
2020	12	35	47
2021	12	35	47
2022	12	35	47
Total 31.12.2017	<u>210</u>	<u>587</u>	<u>797</u>
Total 31.12.2016	92	247	339

13. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Administradora de Consórcios. Além disso, são recebidos da Banrisul cartões S.A. dividendos conforme Estatuto Social da mesma, podendo ser assim demonstradas:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	46	-	137	-
Títulos e valores mobiliários	275.293	25.189	244.926	30.711
Outras obrigações - sociais e estatutárias	(24.871)	-	(8.237)	-
Convênio prestação de serviços	-	(18.429)	-	(18.171)
Banrisul Cartões S.A.				
Clientes	-	(20)	-	(19)
Dividendos	-	105	-	82

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem uma cota de consórcio de nossa administração. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Circular nº 3.463/09, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

14. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Curso normal	382.859	331.002
Em atraso	1.448	1.679
Em cobrança judicial	857	1.299
Total	<u>385.164</u>	<u>333.980</u>

15. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 391.609 (2016 - R\$ 332.237) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

16. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.

Vicente Jorge Soares Rodrigues
Presidente

Conselheiros

Arnildo Dutra de Miranda

Ronei Xavier Janovik

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Banrisul Consórcios), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2017 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2017 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a

não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

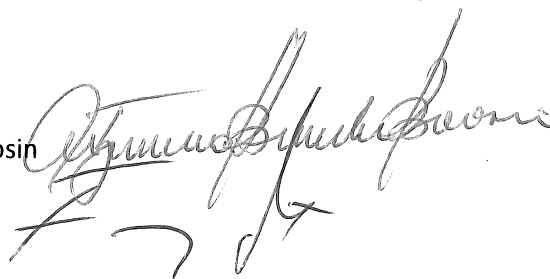
Secretaria da Fazenda
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente



Artemino Raimundo Rosin
Fernando Postal
Diretores



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Richiniti Hingel - **Presidente**
Erno Luiz Fleck - **Vice-Presidente**

José Luiz Castro Mendel - **Conselheiro**
Sergio Antônio Severo dos Santos - **Conselheiro**



Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora - CRC RS-061075/O-7



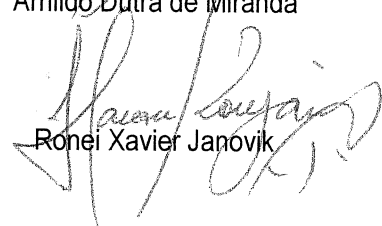
PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018.


Vicente Jorge Soares Rodrigues
Presidente

Conselheiros


Arnildo Dutra de Miranda
Ronel Xavier Janovik

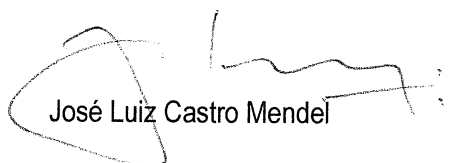
PARECER

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2018.


Ricardo Richinitti Hingel
Presidente

Conselheiros


Erno Luiz Fleck
José Luiz Castro Mendel
Sérgio Antônio Severo dos Santos



KPMG Auditores Independentes

Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar

90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e Acionistas da

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Banrisul Consórcios), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2017 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2017 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



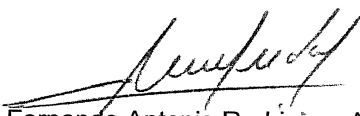
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: KATHIA HELENA IAHNKE DE OLIVEIRA CRIXEL
REGISTRO.....	: RS-061075/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 415.689.310-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.03.2018 as 15:47:07.

Válido até: 10.06.2018.

Código de Controle: 276654.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul Cartões S.A.

ÍNDICE

4



PRESS RELEASE

5



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

13



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19



NOTAS EXPLICATIVAS



Rede de Adquirência

- A base de clientes atingiu **108,9 mil Credenciados Ativos** em dezembro de 2017, com aumento de **3,5%** quando comparado a 2016.
- Foram capturadas **261,5 milhões de Transações** no canal de vendas próprio, gerando o **Volume Financeiro Transacionado de R\$ 21.732,9 milhões** em 2017, com crescimento de **7,2%** e **8,4%**, respectivamente, quando comparado ao ano anterior.
- A **Antecipação do Recebimento de Vendas** alcançou **R\$ 2.002,9 milhões** no ano de 2017, representando **18,8%** do volume passível de antecipação.
- Início das operações com a bandeira Elo, ampliando o portfólio de captura.



Cartões de Benefícios e Empresariais

- O **Faturamento** somou **R\$ 1.389,1 milhões** em 2017, com incremento de **3,4%** em comparação com 2016.
- Os **Convênios Ativos** totalizaram **9,0 mil** em dezembro de 2017, refletindo crescimento de **9,4%** frente ao mesmo período do ano anterior.

Resultados Financeiros da Banrisul Cartões S.A.

- **Lucro Líquido** totalizou **R\$ 222,1 milhões** no exercício de 2017, cuja elevação foi de **7,7%** em relação ao obtido no ano de 2016.
- **Patrimônio Líquido** da Companhia registrou **R\$ 706,6 milhões** ao final de dezembro de 2017.
- **Receita Operacional Líquida** alcançou **R\$ 522,1 milhões** no acumulado de 2017.
- **Custo dos Serviços Prestados** reduziu **18,1%** em 2017 frente a 2016, totalizando **R\$ 275,2 milhões**.
- **ROE** (rentabilidade calculada sobre o patrimônio líquido) foi de **31,4%** em 2017.

Destaques Operacionais e Financeiros		2016	2017	Variação
Volume Financeiro Transacionado Canal Próprio (R\$ milhões)		20.052,4	21.732,9	+8,4%
Quantidade de Transações Canal Próprio (milhões)	VERO	243,9	261,5	+7,2%
Credenciados Ativos (milhares)		105,2	108,9	+3,5%
Faturamento (R\$ milhões)		1.343,8	1.389,1	+3,4%
Quantidade de Transações (milhões)	BANRICARD	21,3	21,2	-0,1%
Quantidade de Convênios Ativos (milhares)		8,2	9,0	+9,4%
Lucro Líquido (R\$ milhões)		206,2	222,1	+7,7%
Patrimônio Líquido (R\$ milhões)		537,5	706,6	+31,5%
Retorno sobre Patrimônio Líquido – ROE		38,4%	31,4%	-6,9 p.p.

Nota: todos os valores apresentados no Relatório da Administração foram calculados e formatados utilizando a função de arredondamento do programa *Microsoft Excel*.